

ISSN 1983-6023



Ano III – Número 6 – Dezembro/2010

Expediente

Conselho Editorial

Antônio Sérgio Alfredo Guimarães (Sociologia – USP)
Carlos Moreira Henriques Serrano (Antropologia – USP)
Maria Cristina Cortez Wissenbach (História – USP)
Kabengele Munanga (Antropologia – USP)
Leila Maria Gonçalves Leite Hernandez (História – USP)
Marina de Mello e Souza (História – USP)
Marina Gusmão de Mendonça (História – FAAP)
Ronilda Iyakemi Ribeiro (Psicologia – USP)
Wilson do Nascimento Barbosa (História – USP)

Edição

Flávio Thales Ribeiro Francisco
Irinéia M. Franco dos Santos
Muryatan Santana Barbosa
Rodrigo Bonciani

Colaboradores

Josélia Aguiar
Luís Carlos de Assis
Magno Bissoli
Sebastião Vargas Filho
Surya Aaronovich Pombo de Barros

Autor Corporativo

NEACP – Núcleo de Estudos de África, Colonialidade e Cultura Política
Sankofa - Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana
Publicação semestral do NEACP – Núcleo de Estudos de África, Colonialidade e Cultura Política.
Departamento de História (USP). Av. Professor Lineu Prestes, 338. Cidade Universitária. Sala M-4. São Paulo
– SP – CEP 05508-900. Telefone: (011) 3091-8599.
<http://sites.google.com/site/revistasankofa>
revistasankofa@gmail.com
<http://site.google.com/site/neacpusp>
neacp.usp@hotmail.com

Orientação para Autores:

Os textos enviados para publicação devem obedecer às seguintes normas:

1. *Artigos*: mínimo de quinze, máximo de trinta páginas, em Times New Roman, corpo 12, entrelinha 1,5.
2. *Resenhas*: mínimo de duas, máximo de seis páginas, em Times New Roman, corpo 12, entrelinha 1,5.
3. *Entrevistas*: mínimo de duas, máximo de dez páginas, em Times New Roman, corpo 12, entrelinha 1,5.
4. *Documentação*: mínimo de dez, máximo de vinte páginas, em Times New Roman, corpo 12, entrelinha 1,5.
5. As citações, notas de referência e indicações bibliográficas devem seguir as normas atualizadas ABNT.
6. Os artigos devem vir acompanhados com resumo e palavras-chave em português e em língua estrangeira.
7. Todos os artigos devem vir acompanhados de bibliografia ou referências bibliográficas.
8. Serão aceitos artigos em espanhol ou inglês, acompanhados de resumo e palavras-chave em português.

Os textos devem ser enviados em formato *doc* ou *rtf* para o endereço eletrônico: revistasankofa@gmail.com. Juntamente com os mesmos, deverá ser encaminhado um resumo de até dez linhas sobre a qualificação acadêmica e profissional do(s) autor(es).

Aguardamos a vossa participação.

Os Editores.

FICHA CATALOGRÁFICA

SANKOFA - Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana/Núcleo de Estudos de África, Colonialidade e Cultura Política – Número VI, Ano III, Dezembro de 2010. São Paulo, NEACP, 2010.

<http://revistasankofa.googlepages.com>

Semestral

1. História da África. 2. Diáspora Africana

Sumário

Sobre Sankofa	04
Editorial	05
Artigos	
A inserção dos Africanos na Zona da Mata – Minas Gerais, Século XIX <i>Jonis Freire</i>	07
Liberdade, Liberdades: Dilemas da Escravidão na Sabinada (Bahia, 1837-1838) <i>Juliana Serzedello Crespim Lopes</i>	25
Sangradores Africanos na Bahia do Século XIX (1825-1828) <i>Jacimara Souza Santana</i> <i>Andreilza Oliveira dos Santos</i>	45
Conceição das Crioulas: Terra, Mulher e Política <i>Maria Jorge dos Santos Leite</i>	62
Ensaaios & Debates	
História da África: Ética e Ciência <i>Muryatan Santana Barbosa</i>	89
Resenhas	
<i>O Mistério do Simonal</i> : ALEXANDRE, Ricardo. <i>Nem vem que não tem</i> : a vida e o veneno de Wilson Simonal. São Paulo: Editora Globo, 2009. <i>Petrônio Domingues</i>	98
Entrevista	
Wilson do Nascimento Barbosa: <i>História, Cultura Negra e Luta Antirracista no Brasil</i>	107

Sobre Sankofa

O conceito de *Sankofa* (*Sanko* = voltar; *fa* = buscar, trazer) origina-se de um provérbio tradicional entre os povos de língua Akan da África Ocidental, em Gana, Togo e Costa do Marfim. Em Akan “*se wo were fi na wosan kofa a yenki*” que pode ser traduzido por “*não é tabu voltar atrás e buscar o que esqueceu*”. Como um símbolo Adinkra, Sankofa pode ser representado como um pássaro mítico que voa para frente, tendo a cabeça voltada para trás e carregando no seu bico um ovo, o futuro. Também se apresenta como um desenho similar ao coração ocidental. Os Ashantes de Gana usam os símbolos Adinkra para representar provérbios ou idéias filosóficas. *Sankofa* ensinaria a possibilidade de voltar atrás, às nossas raízes, para poder realizar nosso potencial para avançar.¹

Sankofa é, assim, uma realização do eu, individual e coletivo. O que quer que seja que tenha sido perdido, esquecido, renunciado ou privado, pode ser reclamado, reavivado, preservado ou perpetuado. Ele representa os conceitos de auto-identidade e redefinição. Simboliza uma compreensão do destino individual e da identidade coletiva do grupo cultural. É parte do conhecimento dos povos africanos, expressando a busca de sabedoria em aprender com o passado para entender o presente e moldar o futuro.

Deste saber africano, Sankofa molda uma visão projetiva aos povos milenares e aqueles desterritorializados pela modernidade colonial do “Ocidente”. Admite a necessidade de recuperar o que foi esquecido ou renegado. Traz aqui, ao primeiro plano, a importância do estudo da história e culturas africanas e afro-americanas, como lições alternativas de conhecimento e vivências para a contemporaneidade. Desvela, assim, desde a experiência africana e diaspórica, uma abertura para a heterogeneidade real do saber humano, para que nos possamos observar o mundo de formas diferentes. Em suma, perceber os nossos problemas de outros modos e com outros saberes. Em tempos de homogeneização, está é a maior riqueza que um povo pode possuir.

¹ Sobre a simbologia e imagens há informações disponíveis em <http://www.africanwithin.com/studies/sankofa.htm>. Data de acesso: 01/02/2008. Ou <http://www.tulsalibrary.org/aarc/sankofa.htm>. Data de acesso: 05/02/2008.

EDITORIAL SANKOFA Nº 6

Ao recolher o mundo dos antigos e sua narração, reconstitui-se automaticamente um pedaço do mundo que estava perdido. Incluem-se novas peças no quebra-cabeças, que de outro modo expressaria apenas a lógica da dominação. Isso permite à geração seguinte dos vencidos (ou dos desprezados?) ver a si própria como herdeira de certas tradições culturais, apontadas antes como arcaísmos e “manifestações do atraso”. Digo geração dos desprezados porque dificilmente foram vencidos. Para que fossem vencidos seria necessário que tivessem os mesmos objetivos dos supostos vencedores, que são, na verdade, apenas dominadores. Mas quase sempre, quando se vai buscar o depoimento dos “vencidos”, vê-se que eles se dedicaram a outros motivos que não aqueles descritos pelos seus inimigos e perseguidores. No caso, por exemplo, da cultura negra no Brasil, é claro que os negros não se dedicavam à destruição dos brancos, a queimar suas casas, etc, mas, contrariamente, a viver a sua (deles) própria vida e deixar viver os outros. É evidente que se a dominação européia permitisse aos negros que vivessem sua própria vida ela estaria condenada como enriquecimento e conseqüentemente como dominação. Daí que visse no projeto a destruição de si mesma. Daí considerar a liquidação do outro e seu projeto como uma vitória. Trata-se, contudo, de uma vitória do dependente, que deve renovar-se a cada dia, sob pena de desaparecer. Assim, os outros motivos do outro, os motivos do dominado, se encontram não nas relações com os dominadores, mas na busca de si mesmo. No esforço para construir cotidianamente sua presença no mundo, dá-se a materialização de seus motivos como atos culturais.

Wilson do Nascimento Barbosa, **A Capoeira Dura e a Religião Afro-Brasileira**, pp.2-3.

A citação acima do Prof. Barbosa é a inspiração de abertura para este editorial. Ainda se luta, em especial, nas academias brasileiras, pelas condições políticas que favoreçam a elaboração de uma história antirracista, explicativa da realidade social e de nossa identidade cultural.

Nesse sentido, a consolidação da Revista Sankofa como um veículo de divulgação das teorias, debates e estudos originais sobre a história africana e afro-brasileira deve ser ressaltada como um avanço nessa luta. Uma vez que as mídias de massa privilegiam os teóricos defensores das elites e os discursos racistas, faz-se importante destacar as ações que vêm sendo perpetradas por diferentes grupos e centros de pesquisa em diferentes lugares do mundo. A formação de redes de pesquisadores, listagens de indexação de títulos e publicações, cursos e seminários servem-nos como estratégias, instrumentos de educação e fortificação de ações integradas, auxiliares para a elaboração de políticas públicas articuladas aos movimentos negros e culturais, etc.

O Conselho Editorial e os Editores da Revista Sankofa agradecem, portanto, aos seus leitores, colaboradores e divulgadores – professores, estudantes, militantes dos movimentos negros e outros que repassam, via *blogs*, os *links* e as chamadas de artigo da Sankofa – o trabalho desenvolvido nesses três anos.

Este número 6 fecha o terceiro ano de publicação com textos que são resultado de pesquisas originais em diferentes regiões sobre a História Afro-Brasileira. Na seção **Artigos**, o trabalho de **Jonis Freire** *A inserção dos Africanos na Zona da Mata – Minas Gerais, Século XIX*, traz um estudo sobre demografia da escravidão. Nele aborda a inserção dos africanos em duas propriedades da Zona da Mata Mineira antes e após o fim do tráfico transatlântico de cativos em 1850. O artigo seguinte *Liberdade, Liberdades: Dilemas da Escravidão na Sabinada (Bahia, 1837-1838)* de **Juliana Serzedello Crespim Lopes** faz uma análise historiográfica e documental sobre as relações escravistas desenvolvidas ao longo da revolta liberal conhecida como Sabinada (Bahia, 1837-1838). Também sobre o século XIX na Bahia, mas abordando as práticas de cura, as autoras **Jacimara Souza Santana e Andreilza Oliveira dos Santos** apresentam o texto, *Sangradores Africanos na Bahia do Século XIX (1825-1828)*. Nele apresentam dados sobre a atuação dos sangradores africanos, que na condição de escravos, davam assistência de saúde à sociedade baiana oitocentista. Por fim, o artigo de **Maria Jorge dos Santos Leite** *Conceição das Crioulas: Terra, Mulher e Política*, analisa de forma exemplar o movimento quilombola da comunidade de Conceição das Crioulas no sertão pernambucano. Ali se percebe a organização e a luta das mulheres daquela comunidade pela garantia da posse da terra e direitos de cidadania e igualdade étnico-racial.

A seção **Ensaaios & Debates**, neste número, apresenta de **Muryatan Santana Barbosa** *História da África: Ética e Ciência*; uma reflexão teórica sobre as perspectivas da História da África com pontos importantes para o debate da área.

Já **Petrônio Domingues** nos brinda com a **Resenha** *O Mistério do Simonal* sobre o livro de Ricardo Alexandre, *Nem vem que não tem: a vida e o veneno de Wilson Simonal*, publicado em 2009 pela Editora Globo. A análise crítica sobre Simonal é o mote utilizado por Domingues para analisar contradições políticas no contexto da cultura musical brasileira.

Por fim, o sexto número da Sankofa traz uma entrevista especial com o **Prof. Wilson do Nascimento Barbosa** em que são debatidos temas sobre a *História, a Cultura Negra e a Luta Antirracista no Brasil*. Não é muito fazer aqui um agradecimento caloroso ao professor Barbosa que foi, desde o início do projeto desta publicação, o maior incentivador, instigador e exemplo de competência intelectual e dedicação na luta contra a alienação que encobre a dominação econômica, política e ideológica que ainda pesa sobre nosso povo. A ele dedicamos esse número.

A Inserção dos Africanos na Zona da Mata – Minas Gerais, Século XIX

Jonis Freire²

Resumo: O artigo aborda a inserção dos africanos em duas propriedades da Zona da Mata Mineira antes e após o fim do tráfico transatlântico de cativos em 1850. Percebe-se a importância deste mecanismo de reprodução da mão-de-obra para a manutenção/ampliação do contingente escravo. Detectamos que os escravos adquiridos por esses senhores eram, em sua maioria, advindos de uma determinada região do continente africano, e que estes africanos eram, majoritariamente, homens em idade produtiva (típicos de regiões de *plantation*), tendência que transparece mesmo após o fim do tráfico e em outras regiões da província mineira. A nosso ver são as tradições e memórias desses cativos que influenciaram a formação das comunidades escravas daquela região durante o século XIX.

Palavras-chave: África, tráfico transatlântico, demografia da escravidão, comunidade escrava, Minas Gerais.

The insertion of Africans in the Zona da Mata - Minas Gerais, century

Abstract: The article discusses the insertion of Africans in two properties of the Zona da Mata Mineira before and after the end of the transatlantic slave captives in 1850. Note the importance of this mechanism of reproduction of the labor force for the maintenance/expansion of the number of slaves. We have detected that slaves acquired by these owners were mostly coming from a particular region of Africa, and that these Africans were mostly men of productive age (typical of plantation areas), and this is reflected even after the end trafficking and other regions of the province of Minas Gerais. As we are the traditions and memories of those captives that influenced the formation of the slave communities of the region during the nineteenth century.

Keywords: Africa, transatlantic traffic, demography of slavery, the slave community, Minas Gerais.

O Brasil é notadamente reconhecido como tendo sido o *locus* para onde foi levado o maior contingente dos escravos transportados do continente africano. A historiografia sobre este tema desde muito tempo se debruça, dentre outros aspectos, sobre as possibilidades encontradas pelos proprietários brasileiros no que diz respeito à aquisição de sua mão-de-obra escrava, às rotas e ao volume do tráfico.³

Herbert Klein procurou sintetizar alguns dos eventos que levaram a América Portuguesa a se firmar como a maior absorvedora de mão-de-obra africana durante o século XIX. De acordo com Klein:

Os portugueses permaneceram como os maiores traficantes durante a maior parte do século XIX em virtude de três fatores: O fim dos tráficos de escravos norte-americano e britânico em 1808, a destruição da frota escrava francesa durante a era da Revolução Francesa e a abolição formal da maior parte do tráfico europeu nas três primeiras décadas do novo século. A abolição da escravidão, em 1834, nas colônias inglesas e, em 1848, nas colônias francesas eliminou totalmente estas regiões como importadoras de escravos.⁴

² Doutor em História pela Unicamp; Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO/Niterói).

³ SLENES, Robert. Op. cit., 1976; KLEIN, Herbert. Op. cit. 1987; FLORENTINO, Manolo. Op. cit. 1997; RODRIGUES, Jaime. Op. cit., 2000.

⁴ KLEIN, Herbert. *Escravidão africana: América Latina e Caribe*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 169.

Sobre esse grande número de cativos de origem africana e sua consequente importância cultural, cremos que os argumentos de Robert Slenes são bastante elucidativos. Segundo este pesquisador:

Nas regiões de grande lavoura no Rio de Janeiro e em São Paulo, e nas áreas agropecuárias mais dinâmicas do Sul de Minas Gerais, a escravidão na primeira metade do século XIX era quase literalmente “africana”. Recenseamentos da época indicam que cerca de 80% dos cativos adultos (acima de 15 anos) nessas regiões provinham da África. Além disso, os adultos “crioulos” (nascidos no Brasil) provavelmente eram, majoritariamente, filhos de africanos. Portanto, falar das esperanças e recordações dos cativos nesta parte do Brasil implica necessariamente em voltar a atenção para a herança cultural que os desterrados da África trouxeram consigo.⁵

O tráfico internacional de escravos provenientes da África, um dos responsáveis pelo aumento da mão-de-obra cativa, é uma das perspectivas analíticas sobre a reprodução dos escravos no Brasil.⁶ Outra vertente de análise sobre o crescimento da população escrava é a da reprodução natural dos cativos. Segundo alguns estudiosos, o aumento do contingente escravo por meio do nascimento poderia permitir uma possível manutenção e/ou ampliação da mão-de-obra cativa.⁷

Parece-nos inquestionável a afirmação de que o Brasil se utilizou, durante vários anos de sua colonização, do tráfico intercontinental com o intuito de adquirir mão-de-obra

⁵ SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava –Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p.142.

⁶ Cf., entre outros, MOTTA, José Flávio e MARCONDES, Renato Leite. “O comércio de escravos no vale do Paraíba paulista: Guaratinguetá e Silveiras na década de 1870.” *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE/USP, 30(2): pp.267-299, 2000. SLENES, Robert W. *The Brazilian Internal Slave Trade, 1850-1888: Regional economies, slave experience and the politics of a peculiar market*. In: Walter Johnson. (Org.). *Domestic Passages: Internal Slave Trades in the Americas, 1808-1888*. New Haven: Yale University Press, 2005. SLENES, Robert W. *The demography and economics of brazilian slavery: 1850-1888*. Tese de Doutorado. Stanford University, 1976. KLEIN, Herbert S. “A demografia do tráfico atlântico de escravos para o Brasil.” *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.17, n. 2, pág. 129-149, maio/ago. 1987. FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, século XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Editora da Unicamp/CECULT, 2000.

⁷ PAIVA, Clotilde A. & LIBBY, Douglas C. “Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX.” *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE/USP, 25(2): 203-233, maio/ago., 1995. GUTIÉRREZ, Horacio. “Demografia escrava numa economia não-exportadora: Paraná, 1800-1830.” *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 17, n. 2, p.297-314, maio-ago. 1987. SANTOS, Jonas Rafael dos. “Senhores e escravos: a estrutura da posse de escravos em Mogi das Cruzes no início do século XIX.” *Estudos de História*, Franca, SP, v.9, n.2, p.235-253, 2002. BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *Famílias e escravarias: demografia e família escrava no norte de Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: FFLCH/USP, 1994. (Dissertação de Mestrado). BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. “Famílias e escravarias: demografia e família escrava no norte de Minas Gerais no século XIX.” *População e família*, São Paulo, v.1, n.1, p. 211-234, jan./jun., 1988. BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru, SP: EDUSC, 2004. Algumas críticas sobre o trabalho de Bergad, feitas por Libby, podem ser vistas em uma resenha no *American Historical Review*, 107,1 (2002), 258-9. E também em LIBBY, Douglas Cole. Minas na mira dos Brazilianistas: reflexões sobre os trabalhos de Higgins e Bergad. In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues (Org.). *História Quantitativa e Serial: um balanço*. Belo Horizonte: ANPUH-MG, 2001. NOGUERÓL, Luiz Paulo Ferreira de. *Economia escravista e preços de escravos em Minas Gerais: o caso de Sabará entre 1850 e 1887*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1997. (Dissertação de Mestrado em Economia). TEIXEIRA, Heloisa Maria. *Reprodução e famílias escravas de Mariana (1850-1888)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001. (Dissertação de Mestrado em História Econômica).

farta e relativamente barata devido ao grande fluxo de cativos. As estimativas sobre a quantidade de africanos trazidos para a América Portuguesa são muitas. Eduardo França Paiva, por exemplo, baseando-se em diversos autores, aponta a percentagem de 38% de escravos africanos em direção ao Brasil entre os séculos XVI e XIX. Ao perdurar até o ano de 1850, o tráfico intercontinental garantiu o abastecimento da Colônia e depois do Império, até pelo menos esse ano, constituindo-se “em variável fundamental para a reprodução física da mão-de-obra cativa”.⁸ Manolo Florentino em seu estudo sobre o tráfico de escravos, séculos XVIII e XIX, entre a África e o Rio de Janeiro (maior recebedor de escravos oriundos da África) afirmou que:

(...) se durante a primeira década do século XIX o porto do Rio continuou a deter quase metade das importações de africanos, a partir de então sua participação subiu vertiginosamente, variando entre 70% e 90% das importações de todo o país, índice que varia de acordo com o autor adotado como parâmetro para as estimativas das importações brasileiras.⁹

David Eltis, pesquisando o tráfico transatlântico de escravos para as Américas, percebeu que entre aqueles com nacionalidades conhecidas e que se aventuraram neste tipo de comércio, os portugueses foram os responsáveis pelos maiores volumes de mão-de-obra escrava. De acordo com os cálculos do pesquisador, entre os anos de 1519 e 1867, 5.074.900 africanos fizeram parte do comércio transatlântico de africanos, tendo os portugueses à frente dos negócios. Isto correspondeu a 45,9% do total de escravos comercializados entre aqueles anos. Em segundo lugar vinham os ingleses com 28,1% e os franceses com 13,2%. Segundo Eltis, durante este mesmo período, a maior parte dos cativos despachados para as Américas eram da região da *West Central África* – portos de Malembó, Loango, Cabinda, Ambriz, Benguela – 44,2% (4.887,500 escravos). Seguidos pelos de *Bight of Benin* e *Bight of Biafra*, com respectivamente, 18,4% (2.034,600 escravos) e 13,7% (1.517,900 escravos).¹⁰

Com relação ao volume de cativos chegados em diversas regiões das Américas por meio do tráfico transatlântico, o Brasil se sobressaiu como o local para onde foram enviadas as maiores levas de cativos africanos. Conforme os dados de Eltis, o Nordeste brasileiro, juntamente com Bahia e o Sudeste foram responsáveis por 40,6% dos 9.599,000 africanos traficados para as Américas entre os séculos XVI e XIX. O Sudeste do Brasil foi a região que recebeu o maior número de cativos, tanto em números absolutos quanto em números relativos, foram 2.017.900 indivíduos escravizados, o que equivalia a 21,0% do

⁸ FRAGOSO, João & FLORENTINO, Manolo, 1990, p.20-34, *Apud*: FLORENTINO, op. cit., 1997, p. 27.

⁹ *Ibidem*, p. 66.

¹⁰ ELTIS, David. The volume and structure of the transatlantic slave trade: a reassessment. *William and Mary Quarterly*, 3d Series, Volume 58, Number I, January 2001. Tabelas I e II.

total de cativos. Foi, sobretudo, entre os anos de 1801-1850 que ocorreram os maiores desembarques de africanos no Sudeste Brasileiro, foram 1.145.100 cativos – 56,7% dos desembarcados nesta região. Em anos precedentes (1519-1800) as cifras chegaram a 869.300 (43,1%) e em anos posteriores o número caiu vertiginosamente quando chegou, entre 1851-1867, a 0,2%, o que correspondia a 3.600 africanos.¹¹

Minas Gerais é considerada pelos pesquisadores como a maior possuidora de escravos no século XIX.¹² Cremos que o tráfico de escravos está entre os motivos que explicam o grande contingente de cativos na Província Mineira durante o século XIX, oriundos num primeiro momento do continente africano e depois do tráfico nacional interno. Claro está que as duas possibilidades, reprodução natural e tráfico, podem não ser excludentes, mas complementares.¹³

Conforme estimativas de Eduardo França Paiva, desde o século XVIII a capitania contava com um alto número de cativos. Segundo sua análise em testamentos e inventários, para as Comarcas do Rio das Mortes e Rio das Velhas, eram cerca de 2/3 de africanos e 1/3 de crioulos, sendo que estes últimos possuíam uma composição sexual mais equilibrada do que os africanos, àquela época com uma supremacia masculina. Com relação às procedências dos africanos, o autor indicou que a maioria era oriunda da Costa da Mina e de Angola.¹⁴

De acordo com o estudo sobre o tráfico atlântico de escravos realizado por Manolo Florentino, Minas Gerais se constituiu como um dos principais pontos de recebimento de cativos a partir do porto do Rio de Janeiro, nos primeiros anos do século XIX.

Com relação à distribuição terrestre de africanos entre a segunda metade da década de 1820 e a primeira da seguinte, Minas Gerais, com sua economia voltada para o abastecimento (isto é, com a predominância de camponeses donos de pequenos plantéis de cativos), aparecia como pólo de absorção de 40% a 60% dos escravos que saíam do Rio de Janeiro. (...) O desempenho da economia mineira a transformava em um dos grandes pólos de demanda por africanos desembarcados no porto do Rio (...).¹⁵

¹¹ Ibidem. Tabela III.

¹² Essa discussão pode ser vista em vários autores e ainda é norteada pelos trabalhos de: CANO, Wilson e LUNA, Francisco Vidal. "A reprodução natural de escravos em Minas Gerais (século XIX): uma hipótese." *Cadernos IFCH-UNICAMP*. Campinas, SP, (10): 1-14, out. 1983. MARTINS, Roberto Borges. "Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego a escravidão numa economia não-exportadora." *Estudos Econômicos*, 13 (1): 181-209, jan./abr., 1983. SLENES, Robert. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX. São Paulo: *Estudos Econômicos*, v.18, nº-03, 1988.

¹³ Conferir PAIVA, Clotilde A. & LIBBY, Douglas C. Op. cit., 1995

¹⁴ PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001, p.118.

¹⁵ FLORENTINO, op. cit., 1997, p. 38.

Nesse aspecto chama atenção a região denominada de Zona da Mata¹⁶ e em especial o município de Juiz de Fora, que viria a ser detentor do maior contingente de escravos no correr do século XIX na Província de Minas Gerais.¹⁷ A análise das posses de escravos de duas famílias senhoriais, encabeçadas por Antonio Dias Tostes e pelo Comendador Francisco de Paula Lima, que consideramos representativas no tocante aos grandes proprietários da Mata Mineira, nos possibilita detectar quais as estratégias adotadas por esses senhores na composição de suas escravarias.¹⁸

Em uma região na qual desde o começo do século XIX o café vinha se estruturando como propagador do desenvolvimento da localidade, o que pode ser percebido dentre outros aspectos pelo crescimento demográfico daquela população, seu cultivo nas fazendas, sobretudo nas de maior porte, necessitava de mão-de-obra constante e abundante, e essa força de trabalho foi a escrava, principalmente a de origem africana. Acreditamos que esta maioria de africanos, seja no total dos escravos seja entre os jovens/adultos, deva ter conformado os padrões da comunidade escrava no Distrito de Santo Antonio do Paraibuna.

Segundo Ângelo Alves Carrara, a Zona da Mata Mineira era, àquela época, uma área contígua ao Vale do Paraíba Fluminense,¹⁹ próxima ao porto do Rio de Janeiro, de onde eram escoadas as levas de escravos chegados do continente africano. A análise dessa região não só por sua importância econômica e demográfica, mas também pela geográfica, que sem dúvida contribuiu para suprir as posses de escravos encontradas naquela área, permite perceber de que forma o tráfico de cativos influenciou na composição da escravaria da localidade, e porque não dizer da Província Mineira como um todo. Como bem salientaram Clotilde Paiva e Tarcísio Botelho:

¹⁶ O crescimento demográfico da Mata Mineira foi bastante vertiginoso durante o século XIX. Muito provavelmente reflexo do desenvolvimento cafeeiro que impulsionava a formação de novas posses, bem como ampliava as já existentes. Em 1822 a região contava com 20.000 indivíduos, já em 1872 possuía 250.000 e em 1890, 430.000 habitantes. PIRES, Anderson José. *Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora (1870-1930)*. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 1993, p.33. (Dissertação de Mestrado em História).

¹⁷ A esse respeito entre outros ver ANDRADE, Rômulo Garcia de. *Limites impostos pela escravidão a comunidade escrava e seus vínculos de parentesco: Zona da Mata de Minas Gerais, século XIX*. São Paulo: USP, 1995. (Tese de Doutorado). GUIMARÃES, Elione Silva. *Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação: família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora – MG, 1828-1928)*. São Paulo: Annablume; Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2006b. LACERDA, Antonio Henrique Duarte. *Os padrões de alforrias em um município cafeeiro em expansão: Juiz de Fora, Zona da Mata de Minas Gerais, 1844-1888*. São Paulo: Fapeb; Annablume, 2006.

¹⁸ Essas famílias encabeçadas pelos ditos senhores são representativas no que diz respeito aos grandes proprietários da Zona da Mata Mineira que em geral possuíam grandes extensões de terra, produziam muito café tinham muitos cativos e grande prestígio social. Cf.: FREIRE, Jonis. *Escravidão e família escrava na Zona da Mata Mineira oitocentista*. Campinas, SP: Unicamp, 2009.

¹⁹ CARRARA, Angelo Alves. *A Zona da Mata de Minas Gerais: diversidade econômica e continuísmo (1839-1909)*. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 1993. (Dissertação de Mestrado em História).

Sabe-se que nas décadas que antecederam a abolição do tráfico negreiro houve uma intensificação na entrada de escravos no Brasil, especialmente via porto do Rio de Janeiro, de onde vinham para Minas. É provável que, neste momento, as facilidades de importação de mão-de-obra cativa tenham levado os africanos a se espalharem por todos os pontos do território. No entanto, tanto o percentual de escravos na população total quanto a Razão de Sexos refletem diferenças regionais. No Sul, Mata e Mineradora as proporções estão quase sempre acima de 35% e as Razões de Sexo próximas de dois homens por mulher. No Norte e Oeste as proporções são, na maioria dos casos, inferiores à 30% e há cerca de 1,2 homens para cada mulher.²⁰

As altas taxas de razão de sexo²¹ encontradas na década de 30 dos oitocentos ainda se refletiram na segunda metade do século XIX mineiro e demonstram, segundo Paiva e Botelho, o movimento populacional anterior. Sobretudo em duas regiões que seriam o Sul, devido ao abastecimento para a Corte, e a Zona da Mata, que vinha iniciando sua expansão por meio do cultivo do café. Para eles: “Mesmo na segunda metade do século, estas duas áreas continuam mostrando algum sinal de desequilíbrio nas Razões de Sexo o que pode ser o resultado da importação (intra e/ou inter provincial) no crescimento da escravaria”.²² De acordo com José Flavio Motta:

Se o predomínio crescente dos africanos patenteia a importância do tráfico externo de cativos, as cada vez maiores razões de masculinidade entre os escravos oriundos da África – sempre mais elevadas que as concernentes aos cativos nascido no Brasil – atestam a preferência dada à importação de indivíduos do sexo masculino.²³

Os escravos pertencentes àquelas duas famílias, bem como os cativos de outros senhores escravistas, no Brasil Colonial e Imperial, foram a base de sua força de trabalho. Por meio deles se erigiram engenhos, fazendas de café, cidades, enfim, tudo que dependia de mão-de-obra teve nesses indivíduos a fonte de trabalho. A rotina era extenuante tanto nas fazendas de café como em outras atividades. Sandra Graham sintetizou muito bem o panorama do mundo do trabalho desses escravizados:

A maioria dos escravos trabalhava grande parte do tempo no café, mas alguns também plantavam milho, feijão e arroz e criavam gado. Escravos artesãos – carpinteiros, ferreiros, pedreiros – construíam as casas, estradas e pontes de uma fazenda. Escravas domésticas cozinhavam, limpavam, lavavam e passavam roupas, carregavam água, esvaziavam os restos de cozinha e dejetos noturnos e entregavam recados. Uma escrava com leite de sua própria gravidez podia amamentar o bebê de sua senhora ou, como “ama-seca”, cuidar dos filhos mais velhos dela. As crianças escravas tinham suas tarefas próprias: separar café, cuidar de cabras, descascar feijões, regar jardins ou cuidar dos menores. O número e a variedade de escravos qualificados dependiam do tamanho e da

²⁰ PAIVA, Clotilde Andrade & BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. População e espaço no século XIX mineiro: algumas evidências de dinâmicas diferenciadas. In: *Anais do VII Seminário Sobre a Economia Mineira*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1995, p. 102.

²¹ A razão de sexo é definida como o número de homens para cada grupo de 100 mulheres.

²² *Ibidem*, p. 102.

²³ MOTTA, José Flavio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: FAPESP: Annablume, 1999, p. 140.

prosperidade da fazenda, da diversidade de sua produção e dos confortos que a família quisesse ter.²⁴

Cabe agora visualizar um pouco mais de perto as posses das duas famílias alvo de nosso estudo. Um perfil desses cativos pode ser vislumbrado por meio do estudo das Listas Nominativas de Habitantes e dos Inventários *post-mortem*. Vamos começar com a propriedade do capitão Antonio Dias Tostes, então com 55 anos de idade, e de longe o maior possuidor de cativos daquela localidade, de acordo com as Listas Nominativas de 1831. A maioria esmagadora de seus escravos foi descrita como africano/africana (126), e representava o maior número dos cativos existentes naquele fogo. Em seguida vinham os crioulos, num total de 19. Havia ainda 02 escravos pardos. Esses números absolutos demonstram a grande supremacia de homens e mulheres africanos em relação aos crioulos e pardos. Nessa propriedade havia uma maioria de cativos do sexo masculino, tanto entre africanos quanto entre crioulos, 73,0% e 57,9%, respectivamente. No entanto, é preciso ressaltar que os africanos eram quase três vezes mais do que suas parceiras de mesma origem. As cativas africanas (27,0%), embora possuíssem um percentual menor do que as crioulas (42,1%) eram em números absolutos mais representativas do que estas últimas. Esse fogo contava ainda com duas cativas designadas como pardas, que representavam a totalidade dos descritos como pardos (Tabela I).

Tabela I
Sexo e origem dos cativos de Antonio Dias Tostes, 1831*

Origem Sexo	Africano	%	Crioulo	%	Pardo	%	Total	%
Masculino	92	73,0	11	57,9	-	-	104	70,8
Feminino	34	27,0	08	42,1	02	100	43	29,2
Total	126	100	19	100	02	100	147	100,0

Fonte: Mapas de população. Distrito de Santo Antonio do Juiz de Fora, Termo da Nobre e Muito Leal Vila de Barbacena, 1831. Arquivo Público Mineiro (doravante APM), Caixa 09; Documento 04.

De acordo com os passaportes e despachos emitidos na primeira metade do oitocentos pela Intendência de Polícia da Corte, Tostes levou para Minas Gerais 96 escravos.²⁵ Em 24 de janeiro de 1829, comprou 22 cativos; no ano de 1830, foram outras

²⁴ GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Caetana diz não*: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 42-43.

²⁵ Para um conhecimento a respeito desta documentação, bem como das possibilidades e “armadilhas” oriundas destas fontes, conferir: FRAGOSO, João Luis & FERREIRA, Roberto Guedes. *Alegrias e Artimanhas de uma fonte seriada, despacho de escravos e passaportes da Intendência de Polícia da Corte, 1819-1833*. Seminário de História Quantitativa e serial no Brasil: um balanço. Ouro Preto, MG: ANPUH-MG, 2001.

três remessas, duas em janeiro e uma em abril, respectivamente, 20, 20 e 34 cativos, todos escravos novos conforme consta nas fontes.²⁶ Sem dúvida, a família Tostes utilizou como estratégia de manutenção e/ou ampliação de suas posses em escravos o tráfico atlântico de escravos, por meio da compra na Corte; constituindo-se, conforme demonstrou Fabio W. Pinheiro, como uma das famílias da Mata Mineira que mais se utilizou deste tipo de reposição da mão-de-obra cativa. Ainda segundo este pesquisador:

(...) Minas Gerais entre 1809 e 1830 foi o principal destino dos escravos, onde 40% das almas despachados do Rio de Janeiro se dirigiram para este território, enquanto na província fluminense este índice foi de 36%. Mais do que isso, verificamos também que dos escravos remetidos 97,8% eram africanos novos, se mostrando, assim, como um precioso indício da forte vinculação entre o tráfico Atlântico e a economia mineira.²⁷

No ano de 1837 ocorreu a partilha dos bens da primeira esposa de Antonio Dias Tostes, Dona Anna Maria do Sacramento. Quanto à origem dos cativos, esta fonte demonstra que a grande maioria da escravaria dessa família continuava a ser composta por africanos, 108, os crioulos eram 33. Mesmo entre aqueles dos quais não foi possível conhecer a origem, os homens suplantam as mulheres, sendo 28 homens, 63,6% e 16 mulheres, 36,4% (Tabela II). Os crioulos e crioulas que se equilibravam no ano do recenseamento (1831), tinham agora (1837) uma supremacia dos homens, respectivamente, 66,7% e 33,3%.

Tabela - II
Sexo e origem dos cativos de D. Anna Maria do Sacramento, 1837

Origem Sexo	Africano	%	Crioulo	%	Não consta	%	Total	%
Masculino	81	75,0	22	66,7	28	63,6	131	71,0
Feminino	27	25,0	11	33,3	16	36,4	54	29,0
Total	108	100	33	100	44	100	185	100,0

Fonte: Partilha dos bens de D. Anna Maria do Sacramento, 1837. Arquivo Histórico de Juiz de Fora (doravante AHJF).

Ao contrastarmos os dados das duas tabelas acima, verificamos uma pequena diminuição no número de africanos e um aumento no número de crioulos no decorrer daqueles seis anos. O número de cativos, onde não foi possível saber sobre sua

²⁶ Respectivamente, Códice 421, v.21, p.255v; Códice 424, v.04, p. 27; Códice 424, v.04, p. 28; Códice 424, v.04, p. 114. Arquivo Nacional. (disponível no bando de dados do IPEA, CD-ROM).

²⁷ PINHEIRO, Fabio Wilson Amaral. *O tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros, Zona da Mata (c.1809 – c.1830)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007, p. 148-149. (Dissertação de Mestrado em História).

procedência aumentou, entretanto, mesmo que fossem todos crioulos, o que não deve ser o caso, não conseguiriam suplantar os cativos provenientes da África.

Com relação ao sexo dos cativos, a propriedade dos Dias Tostes, possuía uma maioria de homens e africanos, típicos de uma propriedade de *plantation*, com razões de sexo bastante elevadas. Em 1831, computamos uma razão de 270,6 entre os africanos e 137,5 para os crioulos.

Perfil semelhante encontramos no ano de 1837, embora tenham diminuído o seu percentual, os africanos continuaram possuindo a supremacia nessa propriedade. Àquela época, as razões de sexo de africanos e crioulos eram, respectivamente, 300 e 200. Havia ainda os cativos sem origem conhecida, mas mesmo dentre estes a diferença era elevada, perfazendo 175 homens para cada grupo de cem mulheres.

A Tabela III nos permite tecer algumas considerações a respeito da faixa etária na qual se situavam esses cativos. Na faixa de 1-14 anos encontravam-se 35 cativos, vinte e três escravos africanos, 65,7%; oito crioulos, 28,6% e as duas pardas, 5,7%. Na segunda faixa etária (15 – 40 anos), composta pelo maior número dos cativos de Antonio Dias Tostes àquela época (105), estavam inclusos 99 africanos, 94,3%, e seis crioulos 5,7%. Finalmente a última (41 + anos), e a que contempla o menor número de cativos (07), possuía quatro africanos, 57,1% e três crioulos, 42,9%.

Tabela III
Sexo e faixa etária dos cativos do Capitão Antonio Dias Tostes, 1831

Faixa etária Sexo	1-14 (crianças)	%	15-40 (jovens/adultos)	%	41+ (idosos)	%	Total	%
Masculino	21	60,0	77	73,3	05	71,4	103	70,1
Feminino	14	40,0	28	26,7	02	28,6	44	29,9
Total	35	100	105	100	07	100	147	100,0

Fonte: Mapas de população. Distrito de Santo Antonio do Juiz de Fora, Termo da Nobre e Muito Leal Vila de Barbacena, 1831. APM. Caixa 09; Documento 04.

Se subtrairmos os cativos na faixa de 1-14 anos do total de escravos encontrados na posse do Capitão Antonio Dias Tostes em 1831, encontramos um total de 103 africanos e 09 crioulos, dentro das duas outras faixas etárias expostas na tabela acima, ou seja, havia um percentual de 91,9% de africanos e 8,1% de crioulos. Fica claro, então, que o maior

proprietário de escravos do Distrito de Santo Antonio do Juiz de Fora possuía uma posse majoritariamente composta de africanos em idade produtiva.²⁸

Na partilha dos bens de Dona Anna Maria do Sacramento, ocorrida no ano de 1837, temos a oportunidade de avaliar a posse de escravos deste senhor (Tabela IV). Houve um aumento do número de cativos, que totalizavam 185 escravos. Portanto, durante este intervalo de tempo a posse de cativos desta família aumentou 25,9%, em relação aos listados em 1831, agregando 38 escravos aquela comunidade.

Tabela IV
Sexo e faixa etária dos cativos de D. Anna Maria do Sacramento, 1837

Faixa etária Sexo	Recém nascido*	%	1-14 (crianças)	%	15-40 (jovens/adultos)	%	41+ (idosos)	%	Não consta	%	Total	%
Masculino	09	64,3	17	53,1	89	75,4	06	85,7	10	71,4	131	70,8
Feminino	05	35,7	15	46,9	29	24,6	01	14,3	04	28,6	54	29,2
Total	14	100	32	100	118	100	07	100	14	100	185	100

Fonte: Partilha dos bens de D. Anna Maria do Sacramento, 1837. AHJF. * Crianças com menos de um ano de idade.

Ainda de acordo com a partilha feita em 1837, nos foi possível saber a origem dos cativos. Encontramos a maioria dos africanos na faixa atribuída aos jovens, perfazendo 82 indivíduos, 69,5%; seguidos por 02 crioulos, 1,7%; para os outros 33 cativos não sabemos a origem, 28,8%. Na faixa concernente às crianças existiu certo equilíbrio entre africanos e crioulos, respectivamente, quatorze (43,8%) e quinze (46,9%) havia ainda três crianças que não pudemos conhecer a origem (9,4%). Existiam 14 recém-nascidos, treze deles de origem crioula (92,9%), um não conhecemos a origem, entretanto, acreditamos que pela idade é muito provável que tenham sido crioulo. Embora não se saiba a taxa de mortalidade daquela população, parece que houve entre a lista de 1831 e a partilha em 1837 um crescimento vegetativo natural²⁹ importante entre os cativos pertencentes aos Dias Tostes. Para outros 14 escravos não foi possível se conhecer a idade, o que nos impossibilitou determinar a que faixas pertenceram, oito africanos, dois crioulos e outros quatro sem origem descrita.

É fato que na primeira metade do século XIX o aumento do número dos cativos se deu por meio da mão-de-obra proveniente do tráfico atlântico. Nesse aspecto o

²⁸ Stanley Stein, em estudo sobre o Vale do Paraíba, com referência especial ao município de Vassouras, apontou os cativos entre 15 e 40 anos como sendo os “escravos em idade de trabalho eficiente. (...) segmento crucial da mão-de-obra das fazendas, (...)”. STEIN, op.cit., 1961, p. 93.

²⁹ Definido como a diferença positiva entre nascimentos e mortes

conhecimento da procedência dos cativos africanos é um aspecto muito interessante, pois possibilita uma aproximação das regiões das quais vieram aqueles indivíduos. Entretanto, é preciso ressaltar que tais procedências podem dizer respeito apenas ao porto de onde foram embarcados, não correspondendo de imediato ao seu grupo de convívio.

Segundo os estudos realizados por Mary Karasch, os escravos africanos enviados para Minas Gerais, em 1831/1832, eram oriundos primeiramente do Centro-Oeste Africano, 40,6%; África Oriental, 38,4%; África Ocidental, 7,5% e os escravos novos de origem desconhecida eram 13,5%. A mesma autora atentou para a importância do comércio feito por meio dos traficantes mineiros: “Quem não tinha esse tipo de gente [escravos novos] comprava muitas vezes escravos de traficantes mineiros que os levavam para Minas Gerais”.³⁰

Diferente da relação de habitantes de 1831 que não descrevia as procedências dos cativos africanos, a partilha ocorrida em 1837 nos possibilitou conhecer um pouco mais sobre essa variável, pois designava a procedência dos africanos (Tabela V).

Tabela V
Procedência dos cativos de Anna Maria do Sacramento, 1837

Origem africana	Procedência	Nº de cativos	%
África Central ou Centro-Oeste Africano	Congo	34	31,0
	Cabinda	31	28,2
	Monjolo	07	6,3
	Muange	01	0,9
Angola	Benguela	17	15,5
	Cassange	08	7,3
	Rebolo	05	4,5
	Angola	02	1,8
África Ocidental	Mina	01	0,9
África Oriental	Moçambique	03	2,7
Brasil	Rio de Janeiro	01	0,9
-	Total	110	100

Fonte: Partilha dos bens de D. Anna Maria do Sacramento, 1837. AHJF

Utilizando as classificações de Mary Karasch sobre as origens africanas dos cativos oriundos do tráfico para o Rio de Janeiro, encontramos na posse de Dona Anna Maria do Sacramento, no ano de 1837, dentre aqueles com procedência conhecida, uma maioria de

³⁰ KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 96-97.

cativos provenientes da “África Central ou Centro-Oeste Africano”, formada pelas regiões do Congo Norte (66,4%) e Angola (29,1%), perfazendo no total 95,5%. Eram 73 cativos procedentes da região do Congo Norte, compostos por 34 Congos (31,0%), 31 Cabindas (28,2%) e sete Monjolo (6,3%); também do Centro-Oeste africano havia um Muange (0,9%), que Karasch caracterizou como de região incerta. Da região de “Angola” eram 32 cativos, sendo de Angola Meridional 17 Benguela (15,5%); os outros 14 eram do Norte de Angola – oito Cassange (7,3%), cinco Rebolo (4,5%) e dois Angola (1,8%). Da “África Oriental” temos três escravos de Moçambique, 2,7%. Existia um cativo da “África Ocidental”, 0,9%, de procedência Mina.³¹ Havia ainda 73 cativos sem esta variável mencionada.

Padrão semelhante foi encontrado por Fabio Pinheiro, que constatou, por meio de análise de inventários *post-mortem*, a hegemonia da África Central Atlântica enquanto principal área de procedência dos cativos levados a partir do Rio de Janeiro para a Zona da Mata Mineira, entre os anos de 1809 e 1830. Foram 93,8% de cativos oriundos desta região, com ênfase para Angola, Congo e Benguela. Logo a seguir vinham os cativos da África Oriental (Moçambique), com 3,6%, seguidos pelos da África Ocidental com cerca de 2,6%. Buscando enriquecer seu conhecimento sobre este aspecto, o pesquisador utilizou os registros alfandegários para vislumbrar as procedências dos cativos despachados da Província carioca rumo à Província Mineira.

Por meio do cruzamento entre as principais áreas de origem dos africanos traficados a partir da praça mercantil carioca para a Província de Minas, Pinheiro pôde “perceber a possibilidade de uma coincidência entre a tendência das regiões de origem dos cativos do tráfico para Minas Gerais e os residentes na mata mineira”. Naquele mesmo período (1809-1830), para os escravos onde foi possível se saber essa variável, 70,2% eram da África Central Atlântica. Os da África Oriental perfizeram 21,6%, enquanto que os cativos da África Ocidental foram 8,2%. Interessante notar que quando este período é recortado entre os anos de 1809-1819 e 1820-1830, notou-se sempre, em termos percentuais, uma diminuição entre os cativos da África Central Atlântica e da África Ocidental e um aumento dos escravizados da África Oriental, entre aqueles traficados para Minas Gerais.³²

Esse mesmo perfil de procedência dos escravos africanos foi encontrado para São José Del Rey pelos pesquisadores Afonso Graça Filho e Fabio Vieira Pinto, entre os anos de 1743 e 1850, por meio da consulta em inventários. Os escravos dessa região vinham em

³¹Ibidem.

³² PINHEIRO, Fabio Wilson Amaral. Op. cit., p. 54-55.

sua maioria da África Centro-Oeste, eram Benguelas, Ganguelas, Angolas, Cabindas, Cassanges, Rebolos e Congos, um total de 82,1% dos cativos africanos; logo após vinham os da África Ocidental, 8,19% (a maior parte de procedência Mina) seguidos pelos da África Oriental, que perfaziam 1,08% (Moçambiques).³³

A dependência do tráfico internacional de escravos também foi percebida por Marcos Andrade, em estudo sobre o Sul de Minas (Termos de Baependi e Campanha). Em cada uma dessas localidades a percentagem de africanos era superior a 45%. De acordo com a análise empreendida pelo pesquisador, o Sul de Minas e a Província mineira seguiram a tendência do tráfico internacional, o que levou a um grande contingente de cativos provenientes da África Central.

A grande maioria dos que vieram para Minas Gerais, na primeira metade do século XIX, era proveniente da África Central. Em todas as freguesias, o percentual de cativos desta área, quase sempre ficou acima de 90%, com predominância para os angola, os banguela e os benguela. Em segundo lugar, estavam os cativos oriundos da África Ocidental, qualificados genericamente como “mina”. Percebe-se que o percentual oscilava entre 6 e 11% e, a considerar as informações encontradas nos registros paroquiais, a entrada de cativos da África Ocidental nas freguesias do sul de Minas foi maior na década de 1780.³⁴

De acordo com o historiador Robert Slenes, em seus estudos sobre o Sudeste brasileiro, as evidências apontam para uma supremacia nas senzalas desta região de escravizados provenientes da África Central Ocidental, portadores de uma homogeneidade cultural:

Nas fazendas do Rio e de São Paulo [e provavelmente nas mineiras fronteiriças aos vales do Paraíba fluminense e paulista], formadas em boa parte em regiões praticamente desabitadas a partir do final do século XVIII, quando não depois de 1820, os africanos constituíam a grande maioria dos escravos adultos antes do fim do tráfico. Além disso, eles provinham principalmente da África Central ocidental, o que significa que compartilhavam uma herança cultural e um patrimônio lingüístico bantu. (...) Finalmente, a grande maioria de crioulos adultos nas fazendas eram filhos de centro-africanos (...).³⁵

No concernente à procedência dos escravos daquela posse de cativos (1837), encontramos na faixa referente às crianças quatro cativos de Cabinda; três cativos do Congo; três de Benguela, dois Cassange; um Monjolo; um Rebolo; 18 deles não tiveram

³³ GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro & PINTO, Fábio Carlos Vieira. Tráfico e famílias escravas em Minas Gerais. In: GONÇALVES, Andréa Lisly & ARAUJO, Valdeci Lopes de. *Estado, região e sociedade: contribuições sobre história social e política*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008, p. 67.

³⁴ ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro – Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008, p. 286.

³⁵ SLENES, Robert. A Árvore de *Nsanda* transplantada: cultos *kongo* de aflição e identidade escrava no Sudeste brasileiro (século XIX). In: LIBBY, Douglas Cole & FURTADO, Júnia Ferreira (Orgs.). *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 279.

essa variável mencionada. Entre os por nós designados como jovens/adultos (15 – 40 anos) existiram 28 Congos; 24 Cabinda; 10 Benguela; 06 Monjolo; 06 Cassange; 03 Rebolo; 02 Angola; um Mina; um Carioca e 34 não consta. Ou seja, na faixa onde se localizavam os escravos mais aptos para o trabalho - “jovens/adultos” - havia 58 cativos do Congo Norte, 21 de Angola e um Mina. O grupo dos idosos era composto por um Congo e três Benguela, para três deles não estava registrada tal informação. Dentre os recém nascidos não havia menção à procedência, e entre os cativos onde não foi possível se saber a idade encontramos dois do Congo, um de Benguela, três de Cabinda e um Rebolo, um Muange, e para seis não consta a procedência.

Analisando outra das duas famílias, notamos que o Comendador Francisco de Paula Lima, patriarca da família Paula Lima, falecido no dia 26 de novembro de 1865, possuiu uma propriedade majoritariamente masculina, onde os homens somavam 68,1% da posse e as mulheres 31,4% (Tabela VI). Para um indivíduo, 0,5%, não foi possível conhecer o sexo. Nesta posse também houve uma maior concentração de cativos entre os jovens/adultos (15-40 anos), com 136 escravos. Logo depois, 35 idosos, seguidos por 29 crianças e apenas 01 recém-nascido, um pequeno número se comparado à escravaria de Dona Anna Maria do Sacramento. Os escravos descritos como crioulos eram 19, dois deles procedentes da Bahia.

Tabela VI
Sexo e faixa etária dos cativos do Comendador Francisco de Paula Lima, 1866

Faixa etária Sexo	Recém nascido	%	1-14 (crianças)	%	15-40 (jovens/adultos)	%	41+ (idosos)	%	Total	%
Masculino	-	-	21	65,6	89	65,4	29	82,9	139	68,1
Feminino	01	100	11	34,4	47	34,6	05	14,2	64	31,4
Não consta	-	-	-	-	-	-	01	2,9	01	0,5
Total	01	100	32	100	136	100	35	100	204	100

Fonte: Inventário *post-mortem* do Comendador Francisco de Paula Lima, 1866. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora (doravante AHUFJF). Cartório do 1º Ofício Cível.

Por meio do conhecimento do sexo e da faixa etária de seus cativos podemos perceber que os crioulos estiveram em sua maioria na faixa etária das crianças, num total de 15, correspondendo 46,9% das crianças. Três pertenciam à faixa etária de 15-40 anos, inclusive os dois descritos como “da Bahia”, 2,2%. O outro crioulo era a recém-nascida Rozaria, de oito meses, filha de Theophila. Os oito africanos conhecidos dividem-se entre a terceira e a quarta faixa etária, respectivamente, seis, 4,4%, (dois Congos, dois Rebolos, um Cabinda e o outro Cabo Verde) e dois, 5,7%, (Moçambique e Benguela). Entretanto, a

imensa maioria dos cativos onde não foi possível se saber sua origem pertencia à faixa dos jovens, totalizando 127 escravos (93,4%), em seguida, computamos 35 na faixa acima dos 41 anos (94,3%), e por fim 17 escravos, 51,7%, compunham a faixa etária concernente às crianças.

No ano de 1877, aos 27 dias do mês de outubro, faleceu a viúva do Comendador Francisco de Paula Lima, Dona Francisca Benedicta de Miranda Lima. De acordo com o inventário da mesma, esta senhora possuía à época 130 cativos, o documento listou ainda, nove ingênuos. Passados onze anos, desde o inventário do Comendador, percebemos um decréscimo no número de escravos, o que não é de se espantar se consideramos que neste intervalo de tempo houve a partilha dos bens daquele senhor, inclusive os escravos, no ano de 1866. Logicamente podem ter existido outros fatores que levaram a essa baixa no número de cativos, como vendas, óbitos e dívidas.

Ainda podemos encontrar mais homens do que mulheres escravas, todavia, apesar da diferença, os números tendem mais a se equilibrar. Houve uma diminuição no número total de homens com relação às mulheres. Enquanto estes diminuem, mais ou menos em torno de 10%, estas aumentam na mesma proporção.

A posse dos Paula Lima possuiu tanto no inventário do Comendador Francisco de Paula Lima, quanto no de sua esposa, D. Francisca Benedicta de Miranda Lima, um pequeno percentual de africanos com procedência conhecida (Tabela VII). Essas procedências aproximam-se às da escravaria de D. Anna Maria do Sacramento, primeira esposa do capitão Antonio Dias Tostes. Lá havia também, dentre os africanos com procedência conhecida, uma maioria proveniente da “África Central ou Centro-Oeste Africano”. Em 1866, oito cativos eram da “África Central”, temos dois Congos e um Cabinda; de “Angola” dois Rebolos e um Benguela; encontramos da “África Oriental” um Moçambique e da “África Ocidental” um Cabo Verde. Já em 1877 da “África Central ou Centro-Oeste Africano” foram três Congos e três Cabindas; de “Angola”, dois Rebolo, um Benguela, um Angola e um Cassange; da “África Oriental” temos dois escravos de Moçambique da “África Ocidental” havia um Cabo Verde.³⁶

³⁶Cf. KARASCH, op. cit., 2000.

Tabela VII
Procedência dos cativos africanos da família Paula Lima, Juiz de Fora 1866 e 1877

Ano do inventário Procedência	1866	1877	Total
Congo	02	01	03
Cabinda	01	02	03
Rebolo	02	-	02
Cassange	-	01	01
Benguela	01	-	01
Angola	-	01	01
Moçambique	01	01	02
Cabo Verde	01	-	01
Total	08	06	14

Fonte: Inventário *post-mortem* do Comendador Francisco de Paula Lima, 1866 e inventário *post-mortem* de sua esposa Dona Francisca Benedicta de Miranda Lima, 1877. AHUFJF. Cartório do 1º Ofício Cível

Coincidência? Talvez não. Duas hipóteses podem ser possíveis para se pensar esta semelhança. Primeiro, como o número de procedências dadas a conhecer é pequeno, nossa análise pode estar enviesada distorcendo o que realmente aconteceu. Uma segunda hipótese a ser pensada é a de que, até o fim efetivo do tráfico os traficantes e compradores de cativos tenham continuado a ter preferência na compra de cativos provenientes das regiões acima citadas, ou que mesmo após a extinção do tráfico, com o conseqüente redirecionamento desta prática, tenham continuado essa dinâmica só que agora se valendo da compra destes Congos, Cabindas, Rebolos, etc. no mercado interno.

Como bem afirmou José Roberto Góes, ninguém pode negar que a imigração forçada africana para o Brasil foi marcante na nossa formação e conformou muitas das nossas características. O autor argumentou que o estudo da escravidão não pode perder de vista tal aspecto, pois esse grande contingente populacional escravo proveniente do tráfico internacional nos deu “a sua cor”.³⁷ Para Góes:

Em outras palavras, o ser escravo africano no Brasil deve ter importado na vivência de situações radicalmente (e dolorosamente) particulares por parte dos cativos. Este é um dado elementar sem cuja adequada consideração a compreensão de aspectos essenciais da escravidão estará comprometida. As alternativas que o cativo propunha a esses escravos bem como as soluções que puderam encontrar estiveram visceralmente marcadas por sua condição de cativos estrangeiros.³⁸

A herança africana sem dúvida fez parte da experiência que os cativos tiveram em sua condição escrava. Portanto, seja no interior das fazendas e sítios, na área rural ou urbana, no nordeste ou no sudeste brasileiro, os traços da herança africana, constantemente

³⁷ GÓES, José Roberto. *O cativo imperfeito: um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX*. Vitória: Lineart, 1993, p. 34.

³⁸ *Ibidem*, p. 34. José Roberto Góes, utilizando-se de viajantes, oferece ao longo do livro uma “visão” acerca da “enxurrada” de cativos que chegavam ao Rio de Janeiro da primeira metade do XIX.

renovados pelo tráfico se fizeram sentir cotidianamente entre os escravos. Isto ocorreu por meio do casamento, das práticas de nomeação dos filhos, do apadrinhamento de seus filhos, em sua religiosidade, nas lutas contra a opressão senhorial e em tantas outras atitudes tomadas por eles na busca pela conquista de um espaço de autonomia, mesmo que restrito, dentro do sistema escravista.

BIBLIOGRAFIA:

1. ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro – Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.
2. ANDRADE, Rômulo Garcia de. *Limites impostos pela escravidão a comunidade escrava e seus vínculos de parentesco: Zona da Mata de Minas Gerais, século XIX*. 2v. São Paulo: USP, 1995. (Tese de Doutorado).
3. CARRARA, Angelo Alves. *A Zona da Mata de Minas Gerais: diversidade econômica e continuísmo (1839-1909)*. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 1993. (Dissertação de Mestrado em História).
4. ELTIS, David. The volume and structure of the transatlantic slave trade: a reassessment. *William and Mary Quarterly*, 3d Series, Volume 58, Number I, January 2001.
5. FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, século XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
6. FRAGOSO, João Luis & FERREIRA, Roberto Guedes. *Alegrias e Artimanhas de uma fonte seriada, despacho de escravos e passaportes da Intendência de Polícia da Corte, 1819-1833*. Seminário de História Quantitativa e serial no Brasil: um balanço. Ouro Preto, MG: ANPUH-MG, 2001.
7. GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro & PINTO, Fábio Carlos Vieira. Tráfico e famílias escravas em Minas Gerais. In: GONÇALVES, Andréa Lisly & ARAUJO, Valdeci Lopes de. *Estado, região e sociedade: contribuições sobre história social e política*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.
8. GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Caetana diz não: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
9. GUIMARÃES, Elione Silva. *Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação: família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora – MG, 1828-1928)*. São Paulo: Annablume; Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2006.
10. KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

11. KLEIN, Herbert S. “A demografia do tráfico atlântico de escravos para o Brasil.” *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.17, n. 2, pág. 129-149, maio/ago. 1987.
12. _____. *Escravidão africana: América Latina e Caribe*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
13. LACERDA, Antonio Henrique Duarte. *Os padrões de alforrias em um município cafeeiro em expansão: Juiz de Fora, Zona da Mata de Minas Gerais, 1844-1888*. São Paulo: Fapeb; Annablume, 2006.
14. MOTTA, José Flávio & MARCONDES, Renato Leite. “O comércio de escravos no vale do Paraíba paulista: Guaratinguetá e Silveiras na década de 1870.” *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE/USP, 30(2): pp.267-299, 2000.
15. PAIVA, Clotilde Andrade & BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. População e espaço no século XIX mineiro: algumas evidências de dinâmicas diferenciadas. In: *Anais do VII Seminário Sobre a Economia Mineira*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1995.
16. PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.
17. PINHEIRO, Fabio Wilson Amaral. *O tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros, Zona da Mata (c.1809 – c.1830)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007, p. 148-149. (Dissertação de Mestrado em História).
18. RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Editora da Unicamp/CECULT, 2000.
19. SLENES, Robert W. The Brazilian Internal Slave Trade, 1850-1888: Regional economies, slave experience and the politics of a peculiar market. In: Walter Johnson. (Org.). *Domestic Passages: Internal Slave Trades in the Americas, 1808-1888*. New Haven: Yale University Press, 2005.
20. _____. *The demography and economics of brazilian slavery: 1850-1888*. Tese de Doutorado. Stanford University, 1976.
21. _____. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava –Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
22. _____. A Árvore de *Nsanda* transplantada: cultos *kongo* de aflição e identidade escrava no Sudeste brasileiro (século XIX). In: LIBBY, Douglas Cole & FURTADO, Júnia Ferreira (Orgs.). *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006.
23. STEIN, Stanley. *Grandezza e decadência do café no Vale do Paraíba, com referência especial ao município de Vassouras*. São Paulo: Brasiliense, 1961.

**Liberdade, Liberdades:
Dilemas da Escravidão na Sabinada (Bahia, 1837-1838)**

Juliana Serzedello Crespim Lopes³⁹

Resumo: Este trabalho propõe a investigação das relações escravistas desenvolvidas ao longo da revolta liberal conhecida como Sabinada (Bahia, 1837-1838). A análise basear-se-á na documentação produzida pelos próprios envolvidos no movimento separatista baiano, bem como nas fontes referentes à repressão do movimento, de modo que se ofereça um panorama comparativo. A intenção é compreender as relações escravistas em um meio político predominantemente liberal, assim como a importância das marcas sociais de cor entre os envolvidos no episódio.

Palavras chave: Brasil, século XIX; Bahia, século XIX; revoltas regenciais; raça; escravidão.

Abstract: This paper aims at investigating the slavery relationships at Sabinada (Bahia, 1837-1838), a liberal separatist rebellion. The analysis is based on the documentation produced by the people involved in the event and also by the sources regarding the repression of it. The purpose is to know how liberalism and slavery were defended by the same movement, recognizing the race/color boundaries and its importance in this social context.

Keywords: Brazil, Nineteenth Century; Bahia, Nineteenth Century; regency rebellions; race; slavery.

Introdução

Em novembro de 1837, surgiu na capital da Bahia um movimento revolucionário de grandes proporções. Conhecido pela historiografia como Sabinada, este episódio é o tema deste trabalho. Antes de qualquer análise, entretanto, é necessária uma breve apresentação narrativa.

A movimentação revolucionária não se resume nem se inicia na tomada do poder pelos rebeldes. Meses antes disso, já era intensa a propaganda e a crítica política na capital baiana; as reuniões dos clubes liberais e a divulgação de jornais e panfletos revolucionários eram do conhecimento de todos, inclusive das autoridades policiais. Como principal articulador das idéias radicais surge a figura do médico, professor e publicista Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira. Entretanto, Sabino não foi o único a disseminar propostas de revolução. Junto a ele, estavam alguns dos homens envolvidos nos levantes federalistas dos anos anteriores, como Daniel Gomes de Freitas.

No dia 6 de novembro, dada a pouca articulação das autoridades provinciais para evitar os encontros rebeldes, o Corpo de Artilharia do Forte de São Pedro se amotinou, contando com a colaboração de Sabino e outros civis notadamente comprometidos com os clubes e jornais revolucionários. Na manhã do dia seguinte, militares e civis marcharam juntos em direção ao centro da cidade.

Nesta última hora, com os rebeldes assomando as proximidades do Palácio, as autoridades tentaram se defender, porém os praças e homens do Corpo Policial mobilizados para esta função

³⁹ Mestre em História Social pela FFLCH/USP, é professora do Centro Paula Souza de Educação Tecnológica (CEE/TEPS-SP) e educadora do Museu Afro Brasil.

houveram por bem aderir aos levantados. Assim, a única solução para os governantes foi a fuga em embarcações ancoradas na Baía de Todos os Santos. Além das autoridades, foi embarcada também uma grande parte do tesouro da capital, recolhido às pressas para não ser deixado nas mãos dos revolucionários. Eis que no dia 7 de novembro de 1837, marcado pelos protagonistas e pela historiografia como o dia de início da Sabinada, a capital da Bahia ficou sem nenhum dos seus governantes. A partir daí têm início as movimentações políticas e militares centrais do episódio que se pretende discutir aqui.

Os rebeldes se dirigiram à Câmara Municipal, onde aclamaram uma ata de sete artigos com as intenções e propostas do novo regime, descrito como “inteiramente desligado” do governo central do Rio de Janeiro. Entre as disposições iniciais, vale destacar a promoção de recompensas para a categoria militar, sem cujo apoio é pouco provável que os rebeldes civis tivessem conseguido chegar ao poder.⁴⁰ Além disso, foi aclamado o governante do Estado Independente, João Carneiro da Silva Rego. Este, deputado eleito para a Assembléia Provincial, era proprietário de terras e escravos; uma figura de quem se esperava poder representar com dignidade o novo Estado em fundação.

Dias após tais medidas, entretanto, parte significativa da população da capital se retirou dali – temendo, certamente, a possibilidade de um rumo trágico para os acontecimentos. Os revolucionários, antevendo um esvaziamento ainda maior da cidade, optaram por reconsiderar o item mais radical de sua primeira ata: em 11 de novembro, o Estado revolucionário da Bahia reiterava sua independência, mas passava a afirmar que voltaria ao conjunto do Império com a coroação de Pedro II⁴¹. Vale lembrar que este período histórico, conhecido como Regencial, foi pródigo em movimentos de caráter separatista em diversas províncias do Império, resultados de embates entre projetos políticos diversos – entre eles, têm destaque os projetos centralistas e federalistas.⁴²

Simultaneamente aos fatos ocorridos na capital baiana, os governantes fugidos se reencontraram e rearticularam no Recôncavo, sobretudo em Cachoeira, São Francisco e Santo Amaro, para onde foram realocadas as instituições básicas do governo. A partir de então, o presidente da província solicitou a ajuda dos senhores de engenho locais e também do governo central para debelar o movimento rebelde da capital. Para tanto, as forças

⁴⁰ As atas de 7 e 11 de novembro de 1837 encontram-se reproduzidas diversas vezes ao longo de uma coleção publicada pelo Arquivo Público da Bahia. In: *Publicações do Arquivo do Estado da Bahia: A revolução de 7 de novembro de 1837*. Salvador: Bahia, Cia. Editora e Gráfica, 1937-1948. No vol. 1, às pp. 59-64 e 114-119. No vol. 2, às pp. 14-15 e 24-27. No vol. 5, às pp. 113-124. Doravante, essa coleção será designada pela sigla PAEBA.

⁴¹ Cf. Douglas Guimarães Leite. *Sabinos e diversos: emergências políticas e projetos de poder na revolta baiana de 1837*. Salvador: UFBA, Dissertação de mestrado, 2006.

⁴² Para um panorama político geral do período das Regências, ver: Paulo Pereira CASTRO. “A experiência republicana?”. In: Sérgio Buarque de HOLANDA (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, 2ª. Volume. São Paulo: DIFEL, 1964. Para uma análise dos projetos políticos em disputa no período, ver: Miriam DOLHNIKOFF. *O pacto imperial – origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Ed. Globo, 2005.

imperiais repetiram a estratégia já utilizada na Guerra de Independência (1822-1823) e também na expulsão dos holandeses (1625): o cerco da capital por terra e por mar. Com isso, impediam o abastecimento e a realização de trocas comerciais com a cidade, visando também conter a expansão da revolta para outras partes da província. Desta forma, os legalistas lograram isolar os rebeldes em todos os sentidos, minando suas resistências aos poucos, até a restauração da cidade nos combates finais de 13 a 16 de março de 1838.

Os revolucionários tiveram poucas oportunidades para fugir à difícil realidade do sítio. Com isso, a população local foi vitimada pela fome e pela violência de uma guerra que se estendeu durante quatro meses. O governo revolucionário tentou administrar a situação, mas chegou ao limite, permitindo a fuga de mulheres, crianças e idosos da cidade sitiada. Outra evidência da gravidade da situação se encontra no recrutamento de soldados entre escravos e presos condenados. Nos dias finais do combate, descritos pelo comandante das armas João Crisóstomo Callado, houve um número elevado de mortos e de edifícios incendiados na cidade.⁴³

Após a restauração de Salvador, teve início o processo de “caça” aos rebeldes e envolvidos no movimento. Eram tantos os condenados que as prisões públicas não foram suficientes. Lotaram-se também as barcas prisionais, e muitos foram enviados para cumprir pena em Fernando de Noronha ou nos campos de batalha contra os farrapos, no Rio Grande do Sul. Os líderes do movimento – entre eles Sabino e Carneiro Rego – foram, após longos processos, condenados à morte. No entanto, com a coroação de Pedro II em 1840, obtiveram uma anistia por parte do Imperador, tendo suas penas reduzidas ao degredo em áreas distantes, como São Paulo e Mato Grosso.⁴⁴

Este é o universo factual ao qual esta análise vai se reportar. Neste artigo, pretende-se introduzir a discussão acerca das relações entre negros e brancos na Sabinada, bem como as formas pelas quais a lógica do sistema escravista foi vivenciada e manipulada por seus protagonistas, tanto em campo rebelde, como em campo legalista. Tendo em vista que o governo revolucionário recrutou escravos para combater em suas fileiras, propõe-se investigar de que maneira se davam as relações entre combatentes livres e escravos, levando em consideração as diferenças de cor e os embates de tipo racial que o movimento evidenciou para seus contemporâneos e os analistas posteriores.

A revolução de 1837 dá margem a diferentes abordagens da questão racial, uma vez que a sociedade baiana oitocentista tinha, entre suas principais características, uma profunda diversidade. Não conviviam ali apenas os extremos *senhor* e *escravo*, assim como

⁴³ Cf. João Crisóstomo CALLADO. “Relatório dos acontecimentos dos dias 13, 14, 15 e 16 de março de 1838”. In: PAEBA, vol 2, pp. 137-224.

⁴⁴ Para uma apresentação factual mais consistente de toda a Sabinada, ver: Paulo Cesar SOUZA. *A Sabinada*. Op. cit.

não se lhes correspondiam automaticamente as categorias *branco* e *preto*. No universo da cidade de Salvador, grupos miscigenados desempenhavam papéis sociais de toda ordem. Conflitos entre eles eram parte do cenário urbano desde o período colonial e ainda mais após a Independência.⁴⁵ A partir disso, como já apontou a historiografia, adquire centralidade na Sabinada a parcela negra da população, bem como a importância de uma investigação sobre o lugar social e simbólico ocupado por estes setores sociais entre rebeldes e legalistas. Vale lembrar que o líder Francisco Sabino era mulato, conforme descrição dos processos-crime movidos contra ele. Além disso, outros representantes importantes da revolta, como o major Santa Eufrásia, eram negros.

Antes de dar início a essa análise, entretanto, é necessária uma última justificativa de ordem conceitual. A categoria *negro*, aqui utilizada, estava presente de forma diferente da atual no universo vocabular dos contemporâneos da Sabinada. Assim, os que hoje podem ser considerados negros, na época em questão eram classificados com termos bastante variáveis, como *pretos* (designação genérica para os de origem africana), *crioulos* (nascidos no Brasil), *pardos*, *cabras* e até mesmo *bodes* (designações genéricas para indivíduos mestiços).⁴⁶ Neste artigo, o uso da categoria *negro* pretende caracterizar os homens não-brancos, africanos ou afro-descendentes, que recebiam diversas nomenclaturas naquele período. Quando a análise da documentação o exigir, serão utilizadas as categorias nativas.

A análise basear-se-á na documentação recolhida sobre a Sabinada, tanto em publicações impressas pelo Arquivo do Estado da Bahia como em manuscritos recolhidos na mesma instituição. Estes documentos foram selecionados em dois diferentes grupos: aqueles produzidos no âmbito do Estado revolucionário constituído na capital, por um lado, e aqueles produzidos entre as forças imperiais legalistas, por outro. Desta forma, pretende-se apresentar um panorama comparativo entre a face que os rebeldes queriam dar ao movimento, e a resposta dada por aqueles que o combatiam, levando sempre em consideração as análises já realizadas pela historiografia que vem se debruçando sobre o tema desde meados do século XIX.

Eufrásia e Sabino: alianças negociadas entre homens de cor

Há indícios de que a cor da pele tenha influenciado na composição das alianças políticas ao longo do período de governo revolucionário. Como exemplo, propõe-se a

⁴⁵ Cf. João José REIS. *Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos malês em 1835*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003. Ver também: João José REIS & Eduardo SILVA. *Negociação e Conflito. A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Cia da Letras, 1989.

⁴⁶ Cf. João José REIS. *Rebelião escrava no Brasil. Op. cit.*, p. 23. Ver também: Kátia Vinhático PONTES. *Mulatos: políticos e rebeldes baianos*. Salvador: UFBA, dissertação de mestrado, 2000.

análise da participação do major Santa Eufrásia, já mencionado, na Sabinada. Tendo construído sua trajetória junto às milícias negras da Bahia, Eufrásia foi um dos mais importantes comandantes de armas da revolução de 1837. Santa Eufrásia foi, nas palavras do historiador Braz do Amaral, um “crioulo de muito valor”. O major também foi citado por Manoel Querino, em 1923, em célebre artigo no qual foram nomeados os “homens de cor preta na História”.⁴⁷

Para se ter uma ideia do mito construído em torno de Eufrásia, vale citar que a própria historiografia apresenta diferentes versões sobre sua morte. Alguns afirmam que o major teria se suicidado antes de ser preso, outros afirmam que o suicídio aconteceu depois de sua prisão, outros afirmam ainda que ele foi morto pelas forças legalistas. Dilton Araújo demonstra como a imprensa conservadora procurou, após a restauração da cidade, fixar no imaginário baiano uma imagem de selvageria para Santa Eufrásia, afirmando que ele teria cometido barbaridades, como impedir a fuga de uma comitiva de freiras da cidade durante a revolução.⁴⁸

Que o major Eufrásia foi uma liderança importante entre os sabinos, e sobretudo entre os negros engajados na revolução, há muitas evidências. Entre elas, vale citar um documento de abril de 1838, dando conta de que o chefe de polícia prendeu o “preto Adriano um dos soldados rebeldes que serviu no Ponto do Santa Eufrásia, e a sua conduta é bem notória”.⁴⁹ Esta afirmação aponta para a possibilidade de participação de africanos (como sugere o uso da categoria *preto*) nas forças rebeldes que, via de regra, evitaram a aproximação com africanos, conforme se verá mais adiante. Importa destacar, neste momento, que houve no curso da revolução a possibilidade de participação africana, e que talvez o batalhão comandado por Santa Eufrásia fosse um desses casos. Ainda que o comando revolucionário não tivesse aberto objetivamente o caminho para os africanos, e que até recusasse qualquer identificação com esses setores, havia sim uma parcela de participação deles no movimento. As disposições do Estado Independente não foram

⁴⁷ Para uma investigação acerca das milícias negras na Bahia, ver: Hendrik KRAAY. “Identidade racial na política, Bahia, 1790-1840: o caso dos henriques”. In: JANCÓS, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Fapesp/Hucitec, 2003. Braz do AMARAL. “A Sabinada”. In: op. cit., p. 28. Manoel QUERINO. “Os homens de cor preta na História”. In: Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. 1923, nº 48, pp. 353-363.

⁴⁸ Para as diferentes interpretações da morte de Eufrásia, ver: Braz do AMARAL. “A Sabinada”. In: PAEBA, Op. cit., vol. 2, p. 28. Paulo Cesar SOUZA. *A Sabinada*. Op. cit., p. 104. Dilton Oliveira de ARAÚJO. *O tutu da Bahia (Bahia: transição conservadora e formação da nação, 1838-1850)*. Salvador: UFBA, tese de doutorado, 2006, p. 47. Luiz Vianna FILHO. *A Sabinada (a República baiana de 1837)*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1938, p. 181.

⁴⁹ Arquivo Público do Estado da Bahia (APEBa), seção de arquivo colonial e provincial, maço 2837 – 30 de abril de 1838.

suficientes para manter os africanos de fora da revolução, pois havia entre seus correligionários aqueles que, como Eufrásia, estariam dispostos a recebê-los.

A participação de negros de diferentes origens em uma mesma frente de batalha, ainda que isso não seja a regra no interior do movimento, é algo importante a ser demarcado na análise da construção do pensamento racial na Bahia na primeira metade do século XIX. Isso significa, portanto, levantar a hipótese de que havia, no interior da Sabinada, alguns elementos que apontam para a possibilidade, ainda que incipiente, de uma agenda política comum entre negros nascidos no Brasil e na África.

A imagem de que Santa Eufrásia foi o promotor de uma solidariedade negra entre os sabinos deve, contudo, ser construída com cautela, pois existem evidências documentais que levam à construção de um quadro mais complexo. Em uma memória de autor desconhecido, encontra-se que:

“A conspiração era demitir João Carneiro da Silva Rego, para ser substituído por Sabino. Sendo consultado o major Santa Eufrásia (preto crioulo) sobre a pretendida conspiração disse ele para um oficial superior que não anuía e que com ele conferenciava que estava acostumado dizer que tinha uso de razão a ser governado por brancos e que a não serem estes deveriam ser os negros que governasse [sic] a República.”⁵⁰

A pretensão de ascensão política do mulato Sabino, que incluiria um golpe no vice-presidente aclamado no dia 7 de novembro – golpe este jamais concretizado – não obteve apoio do major negro Santa Eufrásia. Neste caso é possível supor que a cor da pele desempenhou papel central na constituição de alianças entre as lideranças da revolução; ainda que entre eles houvesse representantes brancos, negros e mulatos em cargos de comando, isso não significa que havia convergência plena de projetos políticos entre eles. O fato de Eufrásia e Sabino não serem brancos está longe de representar uma unidade *natural* de projeto político ou mesmo uma tendência de congraçamento entre eles. Ainda que os dois estivessem sob a bandeira da mesma revolução, é válido destacar senão a rivalidade, ao menos a não-parceria entre um negro e um mulato que ocupavam posições de destaque no movimento. O excerto citado evidencia que entre o major crioulo e o mulato Sabino não havia espaço para uma suposta *solidariedade racial*, ainda que ambos fossem livres e sobre eles incidisse a marca da cor. Em outras palavras, o mesmo Eufrásia que aceitava a participação de africanos em seus batalhões, recusava-se a promover a ascensão de um líder político mulato. Talvez esse seja um exemplo daquilo que os

⁵⁰ PAEBa, Vol. 1, p. 341, parêntesis originais.

naturalistas Spix e Martius identificaram como “preconceito contra a procedência mestiça”, quando de sua viagem à Bahia no início do século XIX.⁵¹

A Sabinada apresenta ainda outros episódios de tensões de tipo racial, sobretudo quando se leva em consideração as diferenças entre homens livres e escravos – perceptíveis, ordinariamente, a partir de marcadores como a cor da pele. A necessidade do movimento rebelde de armar cativos para lutar contra as forças legalistas levou ao encontro, nas mesmas fileiras, de pessoas tradicionalmente separadas, como se verá adiante.

Homens livres e cativos sob a mesma bandeira

O contexto escravista baiano vinha sendo pontuado, na década de 1830, por diferentes momentos de tensão, proporcionados, sobretudo, por revoltas e diferentes formas de resistência apresentadas pelos cativos, seja individual, seja coletivamente.⁵² Considerando, além disso, os freqüentes episódios de contestação política dos homens livres neste período, bem como a emergência de diferentes projetos políticos no interior da sociedade baiana, é fundamental investigar o espaço conferido aos escravos e à questão escravista na revolta de 1837.

O governo revolucionário teria promovido a incorporação oficial de cativos nascidos no Brasil, em um batalhão chamado Libertos da Pátria, a partir de 3 de janeiro de 1838. Mais adiante, em 19 de fevereiro, o Estado Independente reforçou a idéia de abolição para os escravos nascidos no Brasil que se dispusessem a pegar em armas em favor da revolução⁵³. Entretanto, a documentação leva a crer que a participação de escravos no movimento foi além destas iniciativas, sendo talvez mais problemática, merecendo um olhar mais detalhado.

A primeira questão a ser investigada é se haveria integração entre homens escravos e livres nas fileiras rebeldes. Para Daniel Gomes de Freitas, Ministro da Guerra do governo revolucionário, a aproximação entre soldados livres e escravos não foi uma boa escolha política. Em sua *Narrativa dos Sucessos da Sabinada*, Gomes de Freitas analisou os conflitos ocorridos no chamado Batalhão Bravos da Pátria, composto, segundo ele, por patriotas

⁵¹ Carl F. P. von MARTIUS & J. B. von SPIX. *Através da Bahia. Excertos da obra Reise in Brasilien*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1938, p. 116.

⁵² Cf. João José REIS. *Rebelião escrava no Brasil*. Op. cit.

⁵³ SOUZA. *A Sabinada*. Op. cit., p. 80-81, 92-93.

valerosos, até a “absurda” admissão de escravos. A participação de cativos era, segundo Gomes de Freitas, algo positivo apenas em relação ao aumento da força física do batalhão. No entanto, tal incremento não seria justificado devido à diminuição moral trazida pelos escravos à tropa.⁵⁴

Esta chamada “diminuição moral” pode ser exemplificada nos pedidos de baixa e deserções ocorridas quando da entrada de escravos nas fileiras rebeldes. Tanto no relato de Gomes de Freitas como na historiografia é mencionada a recusa dos soldados livres de lutar lado a lado com escravos.⁵⁵ Um desses pedidos de afastamento, do Tenente Ajudante Augusto Cassiano Pereira, traz a seguinte justificativa:

“Tomando em consideração as circunstâncias que lhe hão ocorrido não pode continuar no ativo serviço em que se acha, por isso que mui respeitosamente requer a V. Exa. para que lhe mande demitir do dito serviço, não ficando por isso o Suplicante privado de unir-se às fileiras dos verdadeiros defensores da Pátria”.⁵⁶

Não é explicitado o motivo pelo qual o requerente quer se retirar do Batalhão, nem quais as circunstâncias que lhe haviam ocorrido, mas seu discurso evasivo parece ter sido perfeitamente compreendido pelo major que recebeu o requerimento e deferiu seu pedido de demissão. Ao que o texto indica, o motivo era algo de conhecimento geral, mas sua discussão em termos explícitos não seria de bom tom. O autor do requerimento sugeriu ainda que pretendia “unir-se às fileiras dos verdadeiros defensores da Pátria”, o que permite afirmar que, no seu ponto de vista, no Batalhão dos Bravos da Pátria os combatentes não seriam verdadeiramente defensores da pátria. Desta forma, é lícito supor que ele estivesse se referindo, ainda que de maneira velada, aos escravos ali admitidos. Estes não poderiam, em nenhuma circunstância, ser considerados verdadeiros defensores da pátria, pela natureza mesma de seu *status* social e jurídico.

A concordância da autoridade com o pedido contido neste requerimento, assim como a postura indicada por Gomes de Freitas em seu relato denotam que a admissão de escravos no Batalhão dos Bravos da Pátria foi bastante controversa entre as autoridades rebeldes. Ao aceitar os pedidos de transferência e demissão dos que se negavam a continuar servindo ali, as autoridades militares iam contra a determinação vinda do governo revolucionário, que pretendia empregar todas as forças possíveis no esforço de permanecer no comando da cidade; além disso, reiteravam a prática da discriminação contra os egressos

⁵⁴ PAEBa, vol. 1, p. 267-8.

⁵⁵ Cf. Hendrik KRAAY. “As terrifying as unexpected”: The babian Sabinada, 1837-1838. In: *Hispanic American Historical Review* 72:4. Duke University Press, 1992., p. 518.

⁵⁶ APEBa, seção de arquivo colonial e provincial, maço 2836, s/d.

do cativo nas fileiras da revolução. O relato de Daniel Gomes de Freitas menciona que não apenas os soldados rejeitaram os novos colegas, como também a população, que passou a desprezar o batalhão.

A admissão de escravos nas tropas rebeldes refletia a profunda necessidade encontrada pelos sabinos no contexto da guerra, e não uma disposição em superar as tradicionais barreiras sociais da escravidão, promovendo o congraçamento de homens livres e cativos. Aos escravos foi proibida a evasão da cidade, a partir de decreto do dia 12 de janeiro de 1838 que afirmava:

“todas as pessoas maiores de 50 anos, e bem assim mulheres de qualquer idade e condição que sejam, podem sair livremente para onde lhes convier, porém, por terra e sem levarem consigo escravos, que possam de algum modo prestar serviços à causa da independência e do Estado”.⁵⁷

O decreto permite a compreensão do quanto eram importantes os escravos para a manutenção do governo revolucionário, sobretudo neste momento em que a gravidade do cerco promovido à cidade já se fazia sentir dramaticamente pela população. Contava-se com eles para serviços não especificados no decreto, mas sabe-se que, além das armas, os escravos eram utilizados como carregadores de munições e diversas outras funções nos campos de batalha, de acordo com a *Narrativa* de Gomes de Freitas.⁵⁸ A proibição da saída de escravos da cidade representou, na prática, uma espécie de confisco por parte do Estado Independente, que passou a deter o controle sobre a ida e vinda dos cativos em lugar de seus senhores.

Os dilemas provocados pela presença de escravos entre os soldados rebeldes levam ao seguinte questionamento: seria possível compreender a rejeição aos escravos nas tropas rebeldes como uma discriminação aos negros, ou esta seria apenas mais uma manifestação da tensão entre homens livres e escravos? Vale destacar que homens livres e escravos da Bahia sempre lutaram em campos opostos, como ocorrera há apenas dois anos antes, na célebre revolta dos malês.⁵⁹ Aos contemporâneos da Sabinada certamente causava estranhamento ver, em um mesmo lado da luta, homens livres, brancos (ou tidos como tal) e escravos negros, combatendo, juntos, o governo legalista estabelecido no Recôncavo.

⁵⁷ PAEBa, vol. 1, p. 197.

⁵⁸ Cf. PAEBa, vol.1, p. 284. As forças legalistas também se utilizaram de escravos, cedidos pelos proprietários do Recôncavo, para serviços como fazer trincheiras e carregamentos diversos. Em ofício de 23 de fevereiro de 1838, o presidente da província Barreto Pedroso agradece ao proprietário José Ricardo da Silva Horta pelo envio de “dez pretos (com um Feitor) para a condução dos objetos destinados ao nosso Exército”. O presidente se compromete, ainda, a ressarcir o proprietário pelos jornais que perderia ao emprestar seus escravos à causa da legalidade. Cf. PAEBa, vol. 5, p. 209.

⁵⁹ Cf. João José REIS. *Rebelião escrava no Brasil. Op. Cit.*

Além disso, era certamente assustadora aos proprietários a imagem dos cativos armados, sob ordens que não fossem as suas. Vale lembrar o quanto foi polêmica, na ocasião das guerras de Independência, a proposta de Labatut para a incorporação de escravos às fileiras do Exército Pacificador.⁶⁰ Hendrik Kraay afirma que, após o 2 de Julho, foi difícil para os senhores restabelecer a autoridade que tinham sobre seus cativos, uma vez que os ex-soldados escravos haviam adquirido uma nova identidade e se davam um novo valor, mobilizando-se para a obtenção de um novo *status* social.⁶¹

A documentação evidencia que a iniciativa do governo rebelde de reunir em uma mesma tropa homens livres e escravos – ou libertos, ainda que na letra da lei – escandalizou também aos legalistas. Encontra-se em uma carta escrita pelo Presidente da Província Barreto Pedroso, exilado no Recôncavo, a Bernardo Pereira Vasconcelos:

“Eles têm aumentado sua força e com especialidade o Batalhão dos pretos, o que, segundo informações que tive da Capital, tem dado bastante ousadia aos escravos dela, ao ponto de terem aparecido indícios de insurreição”.⁶²

O documento é datado de 29 de novembro de 1837, e é interessante notar que o governo legal menciona a existência de um batalhão de pretos antes mesmo do decreto de criação dos Libertos da Pátria, em 3 de janeiro do ano seguinte. Isso indica que o decreto teria sido apenas o reconhecimento de uma prática já corrente entre os rebeldes, qual seja, a de se armarem escravos para o combate. Aos legalistas, essa prática assumia os terríveis contornos de ameaça ao sistema escravista. Entretanto, para os rebeldes importava manter e garantir a lógica da escravidão, conforme se nota na manutenção do cativeiro dos africanos pelo governo revolucionário e pelas falas de parte significativa das suas lideranças.

A discriminação sofrida pelos libertos – a rigor, escravos armados sob a promessa de libertação –, bem como a interdição da liberdade aos africanos pela revolução, não são experiências isoladas. Elas estão inseridas no contexto de um Império que ofereceu *alguns direitos a alguns libertos* (apenas os nascidos no Brasil), e não *todos os direitos a todos os libertos*.

O *ser liberto* constituía um marcador social importante no Império, legitimado pela Carta Constitucional, que lhes conferia o *status* de cidadãos, porém lhes restringia a participação política às eleições primárias. Segundo Andréa Slemian, ainda que a

⁶⁰ Cf. Wanderley Pinho. “A Bahia, 1808-1856”. In: Sérgio Buarque de HOLANDA (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II (*O Brasil Monárquico*), 2o. Volume (*Dispersão e Unidade*). São Paulo: DIFEL, 1964, p. 265.

⁶¹ Hendrik KRAAY. *Race, State, and Armed Forces in Independence-Era Brazil – Bahia, 1790s-1840s*. Stanford, California: Stanford University Press, 2001, p. 128-130.

⁶² PAEBa, vol. 4, p. 436.

Constituição não apontasse para a condição racial dos libertos, “a lei separava ainda mais os ‘irmãos de cor’ pela sua condição civil e política”.⁶³ Além disso é importante notar, conforme apontaram Márcia Berbel e Rafael Marquese, que a Carta de 1824 só conferiu direitos de cidadania aos libertos nascidos no Brasil, e não aos africanos. Esta clivagem, segundo os autores, obedeceria a critérios de naturalidade, e não de raça.⁶⁴ Interessa aqui salientar, entretanto, que as distinções estavam postas em termos institucionais, não apenas para os rebeldes sabinos, mas para todo o Império.

Nas fileiras de luta, entretanto, a discriminação aos egressos do cativo certamente refletia diversas tensões, não apenas as de ordem político-institucional. As fronteiras entre livres e libertos poderiam ser reconhecidas através de diferentes marcadores, sendo o mais evidente deles a aparência física. Homens brancos (ou tidos como tal), cuja cidadania não era motivo de questionamento ou debate, foram postos em combate ao lado daqueles cuja pertença à comunidade política da nação fora restringida constitucionalmente, e mais, cuja aparência evocava a experiência do cativo. Desta forma, é lícito afirmar que as tensões vivenciadas nas tropas da Sabinada não expressaram apenas conflitos entre homens livres e cativos, mas podem também evidenciar tensões de cunho racial, à medida em que a diferença entre uns e outros era reconhecida sobretudo na constituição física.

Vale também analisar um pouco mais detidamente as diferenciações feitas, ao longo da Sabinada, entre negros africanos e crioulos (nascidos no Brasil). A historiografia aponta que este tipo de distinção foi uma constante ao longo de todo o regime escravista, sendo conveniente para sua própria manutenção. Segundo Rafael Marquese, desde a época colonial havia maior facilidade de alforrias para os escravos nascidos no Brasil. Segundo o autor, “esse padrão obedeceu a uma norma básica: quanto mais afastados da experiência do tráfico negreiro transatlântico, maiores seriam as possibilidades de os escravos e as escravas ganharem a alforria”.⁶⁵ A absorção dos crioulos na sociedade escravista, na condição de libertos, servia também como forma de angariar sua colaboração para a manutenção do sistema. Marquese ressalta que “para garantir a reprodução da sociedade escravista brasileira no tempo, fundada na introdução incessante de estrangeiros, era fundamental

⁶³ Andréa SLEMIAN. “Seriam todos Cidadãos? Os impasses na construção da cidadania nos primórdios do constitucionalismo no Brasil (1823-1824)”. In: István Jancsó (org.). *A Independência do Brasil: História e Historiografia*. São Paulo, Fapesp/Hucitec, 2005, p. 834.

⁶⁴ Márcia BERBEL & Rafael de Bivar MARQUESE. “A ausência da raça: escravidão, cidadania e ideologia pró-escravista nas Cortes de Lisboa e na Assembléia Constituinte do Rio de Janeiro (1821-1824)”. *Paper* apresentado à Conferência *Slavery, Enlightenment, and Revolution in Colonial Brazil and Spanish America*. Fordham University, New York, maio de 2006.

⁶⁵ Rafael de Bivar MARQUESE. “A dinâmica da escravidão no Brasil: Resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX”. In: *Novos Estudos Cebrap* 74, documento eletrônico disponível no endereço <http://www.cebrap.org.br>, p. 116.

criar mecanismos de segurança que pudessem evitar um quadro social tenso como o do Caribe inglês e francês ou mesmo o de Pernambuco no século XVII. A libertação gradativa dos descendentes dos africanos escravizados, não mais estrangeiros, mas sim brasileiros, se constituiu como o principal desses meios”.⁶⁶

Esta prática não passou despercebida pelos rebeldes baianos de 1837. Paulo Cesar Souza destaca que a preocupação dos sabinos em evitar uma insurreição de africanos levou-os a aprofundar o abismo social existente entre estes e os crioulos, propondo a libertação apenas para o segundo grupo. Segundo o autor, “o apelo aos escravos crioulos ganha sentido não só por fortalecer o movimento, como por enfraquecer a possibilidade de insurreição escrava geral. Ao adquirir emancipação, na aliança com os sabinos, os crioulos comprometiam-se *contra* os africanos”.⁶⁷

O discurso e a prática da diferenciação entre crioulos e africanos já estavam presentes de forma sistêmica na escravidão brasileira, e na Bahia adquiriram contornos ainda mais radicais. Um exemplo desta tensão entre crioulos e africanos pode ser observado no processo de independência na Bahia, já que “aparentemente, os escravos crioulos não pediam liberdade para os de origem africana, o que refletia a tradicional inimizade entre os dois grupos”.⁶⁸

No embate político entre os líderes sabinos esta diferença se reitera e reconstrói. Parte do movimento considerava legítima a libertação dos escravos nascidos no país, e parte considerava esta proposta um absurdo, como já foi visto na *Narrativa* de Daniel Gomes de Freitas. Para ele, seria correta a manutenção da escravidão para todos, nascidos no Brasil ou em África; Freitas qualifica a libertação dos crioulos como um procedimento nocivo. O próprio decreto de criação do batalhão de libertos não pretendia colocar em xeque o sistema escravista, prevendo que “os proprietários de semelhantes homens serão indenizados do seu valor”.⁶⁹

É importante, portanto, analisar de que maneira o discurso pró-escravista se desenvolveu entre os homens da Sabinada, que defendiam a estruturação de um Estado liberal em meio a um contexto imperial.⁷⁰

⁶⁶ Idem p. 118.

⁶⁷ Paulo Cesar SOUZA. *A Sabinada, op. cit.*, p. 156.

⁶⁸ João José REIS & Eduardo SILVA. “O jogo duro do dois de julho: o ‘partido negro’ na Independência da Bahia”. In: *Negociação e Conflito. A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Cia da Letras, 1989, p. 92.

⁶⁹ PAEBa, vol. 1, p. 198.

⁷⁰ Segundo Larry Tise, todo aquele que atua para a manutenção das estruturas escravistas, ainda que seja por uma postura de não-intervenção no sistema, é tido como pró-escravista: “by proslavery I mean quite simply

Em primeiro lugar, é possível afirmar que a questão do escravismo foi tratada pelos rebeldes de forma muito semelhante a seus adversários, mantendo-se na esfera da propriedade. Durante a repressão da Sabinada, na defesa do vice-presidente rebelde João Carneiro da Silva Rego, seu advogado argumentou que o crime de insurreição de escravos “jamais foi perpetrado pelos Novembristas”, tampouco por Carneiro, “que é senhor de escravos, e que pertence a uma família possuidora de uma grande porção deles”. Além de defender seus bens, Carneiro teria também zelado pela propriedade alheia, pois segundo seu defensor “mandava entregar todos quantos eram [alistados] por seus respectivos donos requisitados”.⁷¹ Vale salientar que tal defesa não teve sucesso: o homem que assinara o decreto de criação do batalhão de libertos não conseguiu convencer o júri que fosse um defensor da propriedade, e entre outros crimes, foi condenado por insurreição de escravos.

Para compreender de que maneira o ideário liberal conjugava-se à manutenção do escravismo é preciso, inicialmente, analisar o contexto histórico em que essas idéias e práticas se davam. O século XIX inicia-se em uma grave crise, que culminou na desarticulação do Antigo Regime e do Sistema Colonial nas Américas.⁷² Neste período houve uma profunda alteração de modelos e práticas sociais, gerando novas instituições, como por exemplo a que Dale Tomich denominou *segunda escravidão*: “The prior interdependence of colonialism and slavery was broken up, and the conditions of existence, function, and significance of each were modified (...). This ‘second slavery’ developed not as a historical premise of productive capital, but presupposing its existence and as a condition for its reproduction. The systemic meaning and character of slavery was transformed”.⁷³ Reconfigurado na teoria e na prática, o escravismo passou a ter seu lugar garantido em meio aos regimes liberais oitocentistas das Américas.

Alfredo Bosi afirmou que o dilema entre escravidão e liberalismo é um *falso impasse*. Segundo o autor, a diversidade de linhas e idéias que marcou o liberalismo europeu permitiu sua adequação, na América, a um discurso pró-escravista: “Uma linguagem ao mesmo tempo liberal e escravista se tornou historicamente possível: ao mesmo tempo,

the general attitude of favoring slavery, either ‘favoring the continuance of the institution of Negro slavery, or opposed to interference with it’ (...). Hence, at least in my point of view, a proslavery thinker was anyone who urged the indefinite perpetuation of slavery for any reason whatsoever”. Larry E. TISE. *Proslavery. A History of the defense of slavery in America 1701-1840*. Athens: The University of Georgia Press, 1987, p. xv (Preface).

⁷¹ PAEBa, vol. 3, p. 235.

⁷²Cf. Fernando A. NOVAIS. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1995.

⁷³Dale TOMICH. “The ‘second slavery’: bonded labor and the transformation of the Nineteenth-Century world economy”. In: *Through the prism of slavery. Labor, capital and world economy*. Boulder, Co.: Rowman & Littlefield, 2004, p. 61.

refluía para as sombras do esquecimento a coerência radical-ilustrada da inteligência que amadurecera no último quartel do século XVIII⁷⁴.

É preciso considerar, portanto, que naquele período o horizonte ideológico da sociedade escravista foi reconstruído sobre novas bases, e que por isso o discurso liberal dos rebeldes baianos de 1837 não era incoerente e nem limitado pela defesa do escravismo. Neste sentido, a Sabinada é exemplar em mostrar a perda de operacionalidade dos modelos antigos e a necessidade de busca por novas idéias e práticas. A proposta de abolição condicional dos escravos, na qual apenas os nascidos no Brasil seriam libertados, é ao mesmo tempo inovadora e restritiva. Inovadora demais para os seus contemporâneos, e restritiva demais para parte significativa da historiografia que analisou este aspecto do movimento.

Assim, a discussão realizada até aqui permite afirmar que a escravidão foi uma das questões centrais da Sabinada. Ao governo rebelde interessava a absorção de parte da população escrava em suas fileiras, aumentando-lhe o número e a força para oferecer combate tanto ao adversário externo, os legalistas do Recôncavo, quanto ao adversário interno, os escravos africanos. O critério que delimitou a possibilidade de libertação para os escravos durante a revolução foi o nascimento em território brasileiro, de modo a reiterar as clivagens já correntes na Bahia e no Império.

A disposição do comando rebelde de incorporar egressos do cativo aos batalhões revolucionários esbarrou, contudo, na resistência das próprias autoridades militares do Estado Independente e dos soldados já assentados, que se recusaram a dividir espaço com os novos recrutados. O limite da incorporação dos supostos libertos seria, portanto, a evidência de sua relação com o cativo exposta na aparência e na cor da pele. Era impossível a eles misturar-se aos demais sem que sua condição estivesse estampada no rosto.

Aos legalistas, a possibilidade de se armar e libertar escravos para a luta revolucionária na capital delineou-se como ameaça a toda a lógica do sistema escravista, sobre a qual o edifício de seu poder estava construído. Desta forma, os envolvidos com a participação de escravos na Sabinada – desde líderes até soldados – foram exemplarmente punidos por insurreição escrava, como se escravos fossem.

⁷⁴Alfredo BOSI. “A escravidão entre dois liberalismos”. In: *Revista Estudos Avançados* v.2 n.3. São Paulo: set./dez. 1988, p. 17.

A intenção demonstrada pelo comando rebelde ao longo de toda a sua estada no poder foi, contudo, a de manter a escravidão no Estado Independente, não apenas para os africanos como também para os crioulos que não se dispusessem a lutar pela causa. Evitar a insurreição de escravos também era parte dos objetivos rebeldes, que afirmavam, a todo momento, ter os cativos sob controle. A escravidão, inclusive para os liberais radicais, era algo perfeitamente legítimo e compreensível na esfera da propriedade, direito máximo a ser preservado. Vale questionar, portanto, se a população escrava tinha pensamentos tão moderados em relação ao cativo durante a Sabinada.

Nas brechas da revolução: resistência escrava durante a Sabinada

Os senhores de terras e escravos sabiam que a revolução na capital era um momento propício a todo tipo de contestação da ordem, e preveniram-se de todas as formas contra a ameaça mais radical, que seria a fissura da ordem escravista ou a emergência de um movimento escravo organizado.

João José Reis aponta que as situações de confronto entre os homens livres eram momentos favoráveis à expressão das tensões próprias à escravidão, alimentando uma “tradição da audácia” entre os escravos da Bahia. As revoltas escravas ocorriam principalmente nos momentos em que o sistema de controle diminuía: feriados, domingos e dias santos, períodos de instabilidade social e desordens.⁷⁵

De fato, a Sabinada representou aos cativos da Bahia um momento adequado à prática da resistência. Para além dos boatos de insurreição divulgados entre os legalistas, encontram-se registros de ações rebeldes escravas que podem ser associadas ao momento específico da revolução. Este parece ser o caso do proprietário José Maria Pereira, que relatou ao chefe de polícia a seguinte situação:

“No dia 4 de dezembro próximo passado soube por comunicação de minha senhora que o preto João, por mim arrematado, não querendo fazer absolutamente nada, e mesmo dizendo que era livre, e que não queria servir, tornando-se emburrante no seu pensar, fora levemente castigado com bolos, e que em virtude disto tinha desaparecido de casa, e que apesar de grandes esforços em sua procura pelo mato e todo aquele contorno nenhuma notícia havia ainda dele”.⁷⁶

Nota-se que o escravo João sentiu-se no direito de afrontar sua senhora durante a Sabinada, sentindo-se livre durante a vigência do Estado Independente. Sua “birra” parece

⁷⁵ J. J. REIS. *Rebelião escrava no Brasil*, op. cit., p. 69.

⁷⁶ APEBa, seção de arquivo colonial e provincial, maço 2837 – 04 de junho de 1838.

ter aumentado em muito depois do “leve castigo” que tomou para se lembrar de sua condição. Desapareceu e, ao que indica o documento, até junho do ano seguinte ainda não tinha sido encontrado.

São dois os aspectos que chamam a atenção neste relato. O primeiro deles é que esta atitude foi tomada pelo escravo *antes* que o governo rebelde acenasse com a possibilidade de abolição. João “libertou-se” no início de dezembro de 1837, e o decreto de criação do Batalhão de Libertos da Pátria viria somente em janeiro de 1838.⁷⁷ Além disso, a abolição prevista pelo movimento foi restrita aos escravos nascidos no Brasil. O escravo em questão, segundo sugere o termo “preto”, provavelmente era de origem africana, estando portanto fora dos quesitos necessários para ser aceito nas forças rebeldes. Destaca-se, portanto, a identificação que este preto teve com o movimento, considerando-se livre e enfrentando a violência de seus senhores. O documento sugere que o tempo da revolução pode ter delineado aos olhares dos escravos um horizonte de libertação, e alguns deles tomaram ao pé da letra a possibilidade de fugirem ao cativo amparados pelo novo regime. No caso do escravo João, observa-se que a Sabinada não o libertou, mas ele libertou-se em virtude da Sabinada. A Sabinada não era um movimento simpático aos africanos, mas este africano foi, ao que o relato indica, muito simpático à revolução.

O engajamento de escravos – tanto crioulos como africanos – nas fileiras rebeldes foi freqüente, mas nem sempre voluntário. A idéia de que a Sabinada foi um momento de congraçamento geral entre os negros, identificados a um projeto político que dissesse respeito diretamente às suas demandas, pode portanto ser relativizada. A prática do recrutamento forçado de homens negros pelo governo rebelde demonstra que nem todos os homens de cor estavam envolvidos voluntariamente no movimento, e que o movimento lidou de maneira violenta com alguns deles.

O testemunho de Maria Rita Ferraz dá indícios desta prática. Ela afirma que

“em conseqüência da gloriosa Proclamação da Independência do Estado assentaram praça vários escravos da Suplicante em diferentes Batalhões existentes em diversos pontos, como sejam. Paulo: pardo; Leocádio: idem; José crioulo, Gabriel idem, e Matheus idem, acontece porém que este último sendo preso para o dito fim”.⁷⁸

Por isso, ela pede ao Ministro da Guerra Daniel Gomes de Freitas “que por um despacho de V. Exa. fique o escravo da suplicante denominado Matheus da Cruz isento das prisões para recrutamento”. Como resposta ao requerimento, Daniel Gomes de Freitas é

⁷⁷ PAEBa, vol 1., p. 198.

⁷⁸ APEBa, seção de arquivo colonial e provincial, maço 2837 – s/d.

categorico ao afirmar que “este Governo não ordenou a prisão de escravos”,⁷⁹ o que reitera sua já comentada disposição em manter a escravidão dentro dos limites sagrados da propriedade.

Semelhante é o caso de Domingos Francisco d’Oliveira,

“que tendo um escravo crioulo de nome José, (...) fora este mesmo escravo preso pelos rebeldes que lhe sentaram praça, apesar das reclamações que [duas palavras ilegíveis] o Suplicante, cujo escravo se acha [ilegível] presente preso, e como é sua propriedade, que à força lhe fora tirada, vem reclamar a V. S. a sua entrega”.⁸⁰

Neste caso, contudo, o governo revolucionário parece não ter devolvido o escravo ao seu senhor. Com a entrada das forças legalistas na cidade, o escravo fora preso como rebelde e seu senhor mais uma vez ficou a ver navios. Ao que indica a documentação, não obteve de volta sua propriedade. É importante destacar que este requerimento descreve mais um caso em que o Estado Independente prendeu um escravo, desrespeitando a autoridade exercida por direito pelo seu proprietário; isso informa que a participação de negros na Sabinada foi, em alguns casos, resultado de uma imposição, e não de um engajamento voluntário pela causa. As forças legalistas, contudo, não levaram nada disso em conta no momento da restauração, punindo igualmente negros voluntários e negros recrutados à força pelo movimento rebelde.

Considerações finais

Ao realizar a experiência de reunir escravos, ainda que sob a promessa de libertação, a homens livres em suas fileiras, a Sabinada explicitou a existência da discriminação não apenas em relação à condição jurídica como também à condição física, já que a aparência dos “libertos da Pátria” evocava a experiência infame do cativo. A escravidão, eixo prático e simbólico que articulava e alimentava a discriminação à maioria negra, foi cuidadosamente mantida pelo governo rebelde, cujo liberalismo protegia – ao menos em tese – todo e qualquer direito de propriedade.

Longe de ser um consenso, a presença negra trazia aos sabinos a desconfortável proximidade das demandas sociais desses grupos, tradicionalmente marginalizados, e servia também à sua desqualificação perante os adversários. Os valores do escravismo e das fronteiras sociais que lhe são subjacentes estavam tão arraigados entre as lideranças revolucionárias que informaram embates e discordâncias entre elas.

⁷⁹ Idem.

⁸⁰ Ibidem.

A possibilidade de participar da fundação de um Estado Independente, por um lado, e a desorganização social e senhorial, por outro, fizeram da Sabinada um episódio propício à prática da resistência e rebeldia entre os escravos da Bahia – tanto os nascidos no Brasil, relativamente bem-vindos pelo governo sabino, como os africanos, que cavaram seus espaços na revolução à revelia das ordens expressas pelo comando revolucionário. A presença de escravos e homens de cor no movimento alimentou, entre os legalistas que combatiam a Sabinada, a circulação de boatos de insurreições – o que acabou por justificar uma fortíssima reação quando da retomada da capital baiana em março de 1838.

Atentos aos passos dos rebeldes, os legalistas notaram prontamente o perigo que havia, no contexto da revolução, de uma união política efetiva entre negros de diferentes origens e estatutos jurídicos. Este perigo se evidenciava, sobretudo, na imagem construída em torno do militar rebelde Santa Eufrásia, cujo batalhão teria reunido crioulos e africanos, e cuja figura evocava liderança entre os homens negros da cidade em guerra. A luta empreendida pelos legalistas contra o movimento da capital passou a ser uma cruzada em defesa do escravismo e da manutenção das fronteiras sociais e raciais tais como eram tradicionalmente praticadas desde tempos coloniais.

Finalmente, vale dizer que a Sabinada oferece um vislumbre do horizonte social a partir do qual seria construído e consolidado o ideário do chamado “racismo científico”, na segunda metade do século XIX. Este, entretanto, é um caminho investigativo a ser percorrido mais adiante.

Fontes e Bibliografia

1. AMARAL, Braz do. “A Sabinada”. In: PAEBA, vol. 2.
2. ARAÚJO, Dilton Oliveira de. *O tutu da Bahia (Bahia: transição conservadora e formação da nação, 1838-1850)*. Salvador: UFBa, tese de doutorado, 2006.
3. Arquivo Público do Estado da Bahia. Seção de arquivo colonial e provincial. Maços nº 2837 e 2836.
4. BERBEL, Márcia & MARQUESE, Rafael de Bivar. “A ausência da raça: escravidão, cidadania e ideologia pró-escravista nas Cortes de Lisboa e na Assembléia Constituinte do Rio de Janeiro (1821-1824)”. *Paper* apresentado à Conferência *Slavery, Enlightenment, and Revolution in Colonial Brazil and Spanish America*. Fordham University, New York, maio de 2006.
5. BOSI, Alfredo. “A escravidão entre dois liberalismos”. In: *Revista Estudos Avançados* v.2 n.3. São Paulo: set./dez. 1988.

6. CALLADO, João Crisóstomo. “Relatório dos acontecimentos dos dias 13, 14, 15 e 16 de março de 1838”. In: PAEBA, vol 2.
7. CASTRO, Paulo Pereira. “A experiência republicana”. In: Sérgio Buarque de HOLANDA (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, 2º. Volume. São Paulo: DIFEL, 1964.
8. DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial – origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Ed. Globo, 2005.
9. FILHO, Luiz Vianna. *A Sabinada (a República baiana de 1837)*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1938.
10. KRAAY, Hendrik. “*As terrifying as unexpected*”: *The bahian Sabinada, 1837-1838*. In: *Hispanic American Historical Review* 72:4. Duke University Press, 1992.
11. KRAAY, Hendrik. “Identidade racial na política, Bahia, 1790-1840: o caso dos henriques”. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Fapesp/Hucitec, 2003.
12. KRAAY, Hendrik. *Race, State, and Armed Forces in Independence-Era Brazil – Bahia, 1790s-1840s*. Stanford, California: Stanford University Press, 2001.
13. LEITE, Douglas Guimarães. *Sabinos e diversos: emergências políticas e projetos de poder na revolta baiana de 1837*. Salvador: UFBA, Dissertação de mestrado, 2006.
14. MARQUESE, Rafael de Bivar. “A dinâmica da escravidão no Brasil: Resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX”. In: *Novos Estudos Cebrap* 74, documento eletrônico disponível no endereço <http://www.cebrap.org.br>.
15. MARTIUS, Carl F. P. von & SPIX, J. B. von. *Através da Bahia. Excertos da obra Reise in Brasilien*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1938.
16. NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1995.
17. PINHO, Wanderley. “A Bahia, 1808-1856”. In: Sérgio Buarque de HOLANDA (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II (O Brasil Monárquico), 2o. Volume (*Dispersão e Unidade*). São Paulo: DIFEL, 1964.
18. PONTES, Kátia Vinhático. *Mulatos: políticos e rebeldes baianos*. Salvador: UFBA, dissertação de mestrado, 2000.
19. QUERINO, Manoel. “Os homens de cor preta na História”. In: *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. 1923, nº 48, pp. 353-363.
20. REIS, João José & SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito. A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Cia da Letras, 1989.
21. REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos malês em 1835*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.
22. SLEMIAN, Andréa. “Seriam todos Cidadãos? Os impasses na construção da cidadania nos primórdios do constitucionalismo no Brasil (1823-1824)”. In: István Jancsó (org.). *A Independência do Brasil: História e Historiografia*. São Paulo, Fapesp/Hucitec, 2005.
23. SOUZA, Paulo Cesar. *A Sabinada – a revolta separatista da Bahia 1837*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

24. TISE, Larry E. *Proslavery. A History of the defense of slavery in America 1701-1840*. Athens: The University of Georgia Press, 1987.
25. TOMICH, Dale. "The 'second slavery': bonded labor and the transformation of the Nineteenth-Century world economy". *In: Through the prism of slavery. Labor, capital and world economy*. Boulder, Co.: Rowman & Littlefield, 2004.
26. Vários autores. *Publicações do Arquivo do Estado da Bahia: A revolução de 7 de novembro de 1837*. Salvador: Bahia, Cia. Editora e Gráfica, 1937-1948.

Sangradores Africanos na Bahia do Século XIX (1825 – 1828)

Jacimara Souza Santana⁸¹
Andreilza Oliveira dos Santos⁸²

Resumo: Na primeira metade do século XIX, precisamente entre os anos de 1825 e 1828, o ofício de sangrador assume um papel importante no exercício das práticas de cura. Esses atores prestaram serviços de saúde junto à população baiana, mediante a concessão de licenças de um órgão do governo colonial chamado Fisicatura-Mor (1808 a 1828). Este artigo apresenta uma abordagem inicial sobre a atuação dos sangradores africanos – sobretudo a população trazida de diferentes lugares da África, na condição de escravos – na assistência de saúde à sociedade baiana. As más condições da travessia do Atlântico durante o tráfico acometeram essa população de um agravamento dos problemas de saúde e de uma elevada mortalidade. A esta situação somou-se a carência de assistência em saúde prestada por proprietários de escravos ou pelo governo. Para apreender as iniciativas dos sangradores africanos, utilizamos como fontes autos de exame, cartas de licença, relatórios de inspeção e cartas de embarcações.

Palavras-chave: História, saúde, medicina, sangrador.

Abstract: In the first half of the nineteenth century, precisely between the years 1825-1828, the office of bleeder played an important role in the performance of healing practices. These actors have provided health services near the population of Bahia through the licensing of a government agency called colonial Fisicatura-Mor (1808-1828). This article presents an initial approach on the performance of the bleeders in the African health care to Bahian society, especially the people brought from different parts of the continent on the condition of slaves. The poor condition of crossing the Atlantic during trafficking affected this population to a worsening of health problems and high mortality. In this situation, summed up the lack of health care provided by slave owners or government. To seize the initiatives of African Bleeders used as sources: records of test cards, license, inspection reports and letters of vessels.

Key-Words: History: Health: Medicine: Bleeder

INTRODUÇÃO

A Bahia, na primeira metade do século XIX, foi palco para a atuação de diversos profissionais nas artes de curar. Os sangradores, indivíduos que ministravam saberes e práticas de cura à população, tinham seus serviços regularizados por um órgão do governo, a Fisicatura-Mor⁸³. Este órgão incluiu os cargos de Físico e Cirurgião-Mor. Ao primeiro competia fiscalizar o ensino e o exercício dos médicos e curandeiros, bem como as medicações vendidas nas boticas. Ao segundo cabia fiscalizar o ensino e o exercício dos cirurgiões, sangradores, parteiras, dentistas e algebristas. Essa instituição, que já existia em Portugal desde o século XVI, foi substituída posteriormente pelo nome de Proto-Medicato, no século XVII.

Entre os diversos atores que estiveram envolvidos nos serviços de saúde, o ofício de sangrador se caracterizava como uma atividade importante, uma vez que este atuava diretamente com técnicas de cirurgia. Pesquisas já demonstraram que as condições morais,

⁸¹ Mestra em História Social, prof. de História da África da UNEB e orientadora do Projeto Qualificando a Permanência de Estudantes Cotistas SEPROMI/CEPAIA/UNEB
jacimaras@yahoo.com.br

⁸² Graduanda do Curso de Licenciatura Plena em História pela Universidade do Estado da Bahia-UNEB e bolsista de iniciação científica pela SEPROMI/CEPAIA/UNEB
andreilza.O@hotmail.com

⁸³ Este órgão foi responsável por autorizar e regulamentar tais ofícios, concedendo a licença para a devida atuação em áreas específicas.

sociais e de vida enfrentadas, desde a travessia até o estabelecimento na diáspora brasileira, tornavam os africanos vulneráveis a uma série de doenças, de modo que a deficiência em saúde nesta população constituía um grave e alarmante problema. Na Bahia, ao longo do século XIX, os africanos e seus descendentes formaram o maior contingente populacional, especialmente em Salvador, e a quantidade de mortes entre os escravos permaneceu alta durante todo o período⁸⁴.

A situação era tão gritante neste sentido que na literatura dos séculos XIX e XX não é raro encontrar visões sobre os povos africanos como agentes de doenças e epidemias. A título de ilustração, pode ser citada a produção do funcionário real e Físico-Mor Manoel Vieira da Silva⁸⁵, que, em resposta à solicitação do Príncipe Regente D. João VI, escreveu em 1808 um documento sobre as causas das doenças que assolavam o país e como tratá-las, a fim de reduzir a sua incidência ou até mesmo erradicá-las.

Atendo-se mais precisamente à cidade do Rio de Janeiro, Vieira da Silva argumentou que “entram neste porto navios carregados de pretos, e entrarão daqui em diante de muitos outros portos, donde nos podem provir os germes de moléstias epidêmicas”. Ademais, as epidemias chegariam com os africanos não somente pelos portos, mas também pelos peitos das amas-de-leite. Havia ainda uma série de problemas sanitários da cidade, como a exposição do lixo e valas, a má localização dos cemitérios, a falta de remédios e a má qualidade da alimentação, que chegava a ser vendida em estado de putrefação. Os alimentos em mal estado de conservação eram comprados pelos senhores para serem fornecidos especialmente aos escravos, tendo em vista maximizar seus lucros com menor investimento⁸⁶.

Para Vieira da Silva, a atenção à saúde pública na colônia exigia de Vossa Alteza executar medidas julgadas indispensáveis. Era preciso investir em um serviço policial nos portos, cuja responsabilidade seria averiguar as ameaças de epidemias nas embarcações ali aportadas, assim como construir Casas de Saúde, os chamados Lazaretos, para onde pudessem ser encaminhados “os pretos” para a quarentena, até que recobrassem o “perfeito estado de saúde”. Além disso, providenciar remédios de qualidade e investir em um maior controle das práticas dos curandeiros e curandeiras, cirurgiões e boticários. O parecer sobre as condições de saúde das demais cidades portuárias do país não se

⁸⁴COSTA, Emília Viotti. **Da Senzala a Colônia**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 264-266; REIS, João José. “A Bahia de 1835: sociedade e conjuntura econômica”. In: **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês em 1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 19-43; SILVA, Op. cit. p. 78.

⁸⁵ Manoel Vieira ocupou o cargo de Físico-Mor do Reino entre os anos de 1753 e 1823.

⁸⁶ SILVA, Manuel Vieira da. Reflexões sobre alguns dos meios propostos por mais conducentes para melhorar o clima da cidade do Rio de Janeiro. 1808. Imprensa Régia. 1808.

diferenciava muito desta análise apresentada por Manoel Vieira da Silva. Uma consulta parcial aos documentos da Fisicatura-Mor e Provedoria-Mor da Bahia, referentes à primeira metade do século XIX, mostra uma preocupação relevante com as questões sanitárias citadinas, incluindo os cemitérios, a fiscalização da venda de alimentos e matadouros, assim como o policiamento nas embarcações⁸⁷.

Outros autores, como José Pereira do Barão do Lavradio Rego e Octávio Freitas, também comungaram da hipótese de que os povos africanos fossem uma fonte ambulante de morbidades e veículo das epidemias introduzidas na colônia. Para Rego (1872), as epidemias de varíola e febre amarela teriam se constituído numa das maiores causas de perturbações sanitárias no Brasil, cuja responsabilidade de contaminação era dos africanos. Pensamento similar pode ser encontrado na obra de Octávio Freitas, em seu livro *Doenças dos Africanos no Brasil*, escrito em 1935. De acordo com Freitas, um dos maiores desconcertos sanitários foi o processo de povoação e civilização do Brasil alavancado pelos colonizadores, em especial no que diz respeito aos povos africanos, responsáveis pela importação de toda sorte de doenças que vieram a assolar o país. Para esta constatação é evidente que não são levados em conta os fatores que envolveram as condições de tráfego e, muito menos, os fatores relacionados à interação de povos que se misturaram em determinado ambiente⁸⁸.

Associado a estes fatores, nesse período a assistência pública em saúde para esses povos e população, de modo geral, era bastante precária. A carência de assistência médica na colônia era algo não resolvido e que também atingia a pessoas livres e pobres. Ao longo do século XIX, mesmo após a criação das faculdades de medicina, o atendimento médico, de uma maneira geral, era bastante carente. O serviço de saúde caracterizava-se pelo atendimento domiciliar, ou seja, de caráter privado. Nesse período, as rezas, as receitas de chá e os manuais de saúde, alguns específicos para cuidar das doenças dos “escravos”, foram recursos bastante utilizados. As Santas Casas de Misericórdia também ofereciam atendimento particular, acolhendo reduzido contingente da população escrava somente em casos extremos. Diferentes pesquisas mostram que os serviços de saúde, tanto no período

⁸⁷ O diagnóstico que imputava aos povos africanos a responsabilidade da origem das epidemias não foi o único. Luis Otávio Ferreira mostra em sua análise dos periódicos médicos da primeira metade do século XIX que no parecer de diferentes médicos portugueses, como também do francês José Francisco Xavier Sigaud, os fatores climáticos, as condições sanitárias (distribuição do lixo, valas, cemitérios etc.) e em especial a topografia da cidade, no caso do Rio de Janeiro, apareciam como fatores relevantes para a difusão de doenças por meio da contaminação da atmosfera. FERREIRA, Luis Otávio. Os periódicos médicos e a invenção de uma agenda sanitária para o Brasil (1827-43). *Hist. Ciênc. Saúde – Manguinhos*, vol 6. nº 2. Rio de Janeiro, jul-out. 1999.

⁸⁸ REGO, José Pereira do Barão do Lavrado. 1816-1892. Nota suscinta sobre as condições geraes da salubridade do império feita em 1872; Freitas, Octávio de. *Doenças Africanas no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

colonial quanto no imperial, ficavam mais a cargo dos curandeiros, benzedores, sangradores e cirurgiões⁸⁹.

Para o Físico-Mor Manoel Vieira da Silva, já mencionado acima, o investimento no cuidado da saúde dessa população enquanto escravo (a) encareceria o seu preço e traria, conseqüentemente, uma diminuição deste comércio. Silva, contudo, reconheceu que as condições de saúde da população africana denunciavam uma “omissão de providências”. Para ele, esta situação ainda expunha a ideia de que “o príncipe regente Nosso Senhor se interessava mais pelo aumento dos brancos, sejam brasileiros ou europeus, do que pela propagação dos pretos”; e reafirmava que a perda com a diminuição do comércio ainda seria menor do que os efeitos desta omissão. Provavelmente, referia-se aos perigos de epidemias que essa situação poderia gerar.

A condição escrava seria o suficiente para explicar esta falta de assistência? Afinal, perder escravos e escravas também não equivaleria a prejuízo econômico? De fato, na lógica empresarial do tráfico os povos africanos eram percebidos como produtos destinados a venda e compra. E, ao que parece, a qualidade do produto negociado não estava circunscrita aos rendimentos desse comércio, apesar da aparência ser um critério importante no ato da compra. No entanto, conforme argumentos do Físico-Mor Manoel Vieira da Silva, a falta de assistência dispensada a esta população constituía uma ameaça à saúde de outros segmentos populacionais, inclusive o da família real e sua comitiva, que chegaram ao Brasil em 1808, que passaram a integrar essa população a partir de 1808.

Luis Oliveira Mendes defendia que a morbi-mortalidade que acometia os povos africanos traficados para o Brasil resultava dos maus tratos. Mendes afirmava: “todo o estrago, e mortandade mais se deve aos maus tratos, e ao desamparo, a que são entregues, do que às muitas enfermidades, e moléstias”. Segundo ele, todas as doenças que atingiam os povos africanos, até mesmo o banzo, não eram desconhecidas entre eles, e, por isso mesmo, eram tratáveis. Os próprios africanos as conheciam e desenvolviam formas de

⁸⁹ COSTA, Emília Viotti. **Da Senzala a Colônia**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 266; BERTOLLI FILHO, Cláudio. **História da Saúde Pública no Brasil**. São Paulo: Ática, 2001. p. 5-7; SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **Nas Trincheiras da Cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial**. São Paulo: Unicamp, 2001; FERREIRA, Luis Otávio. Os periódicos médicos e a invenção de uma agenda sanitária para o Brasil (1827-43). **Hist. Ciênc. Saúde – Manguinhos**, vol 6. nº 2. Rio de Janeiro, jul-out. 1999; PÓRTO, Ângela. **O sistema de saúde do escravo no Brasil do século XIX: doenças, instituições e práticas terapêuticas**. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, vol 13. nº 4. Rio de Janeiro, out-dez. 2006, p. 1019-27; DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil**. Tradução e Notas de Sérgio Millet. Tomo I (vol I e II). Terceira edição. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1954. p. 152.

tratamento para as mais diferentes doenças. Isto foi o que pôde observar na “Costa da África”⁹⁰.

Mendes constatou que a assistência era negada a esses povos em consequência do extremo cuidado que os traficantes e proprietários tinham com seus lucros. Para o autor, a medicina não era tão carente de conhecimento que não pudesse tratar de certas doenças que atingiam esses povos, pois, ainda com dificuldades, quando se tratava de pessoas brancas, estabelecidas e ricas, eram convocados professores de medicina a tempo, e estas eram curadas. Se havia raridade de médicos e desconhecimento das doenças e de como tratá-las, por que não se buscava adquirir esses conhecimentos e aprender com os próprios africanos, através de seus intérpretes?⁹¹

Prossegue Mendes afirmando que a eficácia das práticas terapêuticas africanas foi comprovada por D. Francisco Inocêncio, governador da cidade de S. Paulo, no Reino Unido de Angola. Este testemunhou os “efeitos tão prodigiosos” do tratamento de carbúnculo utilizado pelos africanos, levando não somente a receita para Portugal, mas também o quicongo e a folha da pita. Outra testemunha mencionada por Mendes foi Raimundo Jamalá, que habitou em Luanda entre 1750 e 1770. Durante o seu trabalho com o tráfico no continente, utilizou o saber médico africano para cuidar dos escravos em sua posse. Embora o investimento encarecesse o seu preço, os escravos gozavam de perfeita saúde. Por fim, Mendes propõe que entre os africanos pudessem ser designados alguns para o cuidado da saúde dos demais.

Diante do exposto, cabe ainda perguntar como esse problema de maior vulnerabilidade dos povos africanos teria sido tratado pela política de saúde pública no período. É neste contexto de agravo de doenças, mortandade e falta de assistência que os sangradores atuaram como atores importantes no cenário do século XIX. Seus serviços eram oferecidos tanto em terra quanto nas embarcações dos navios negreiros, e talvez atuassem como essenciais, em especial, para as necessidades da população africana. Supõe-se o desempenho desses atores como importante no processo da construção de um sistema de saúde que se formava no século XIX. Desta maneira, existe a necessidade de estudos mais específicos sobre o assunto.

⁹⁰ OLIVEIRA MENDES, Luis Antônio de. Determinar com todos os seus sintomas as doenças agudas e crônicas que mais frequentemente acometem os pretos recém-tirados da África; examinando as causas da mortandade depois da sua chegada ao Brasil, se talvez a mudança do clima, se a vida mais laboriosa, ou se alguns outros motivos concorrem para tanto estrago; e finalmente indicar os métodos mais apropriados para evitá-lo, prevenindo-o, e curando-o; tudo isto deduzido da experiência mais sisuda e fiel. (Premiado na sessão pública de 12 de maio de 1793).

⁹¹ OLIVEIRA MENDES, Op cit. p. 57-62.

O tráfico contribuiu para a vinda de povos africanos de diversas nações⁹², e com estes, suas visões de mundo, culturas, línguas, religiões, saberes e práticas de cura, entre outras coisas. Nessa perspectiva é preciso levar em consideração a incidência de doenças que acometiam esta população e perceber como se dava a atuação e a contribuição destes povos no trato das mesmas. Também se faz necessário atentar para o fato de que a medicina africana na Bahia era um conjunto de concepções e práticas de cura resultante da interação de medicinas africanas de diferentes nações. São denominados Minas a maioria dos sangradores registrados nos livros de exame baianos. Além disso, deve ser levada em consideração também a sua interação com práticas médicas indígenas e, em especial, européias, em virtude de que a legalização das práticas de cura dos povos africanos pelo Estado colonial exigia essa aproximação com o modelo ocidental.

Considerações acerca do ofício de sangrador

As atividades de trabalho destinadas ao sangrador se constituíam em aplicar sanguessugas e ventosas. Estas serviriam para limpar o organismo e, conseqüentemente, melhorar o seu funcionamento. Eles ainda aplicavam sudoríficos, purgantes e tiravam dentes, entre outras funções. Para obter a licença de atuação no exercício da sangria era necessário passar por uma avaliação realizada pela Fisicatura-Mor, que incluía exames teóricos e práticos. Os sangradores que por ventura fossem embarcar a trabalho nos navios também deveriam solicitar licenças de viagem.

Para Tânia Salgado Pimenta, a sangria era uma técnica bastante requisitada no trato das doenças, sendo muito utilizada na Europa. Ao Brasil, chegou em meados do século XVI. É comum, ao delimitar as atividades correspondentes ao ofício de sangrador, encontrá-la associada à de barbeiro, ou até mesmo os dois termos juntos: sangrador-barbeiro ou vice-versa. No entanto, para a Fisicatura-Mor havia maiores prescrições que norteavam a execução de cada ofício:

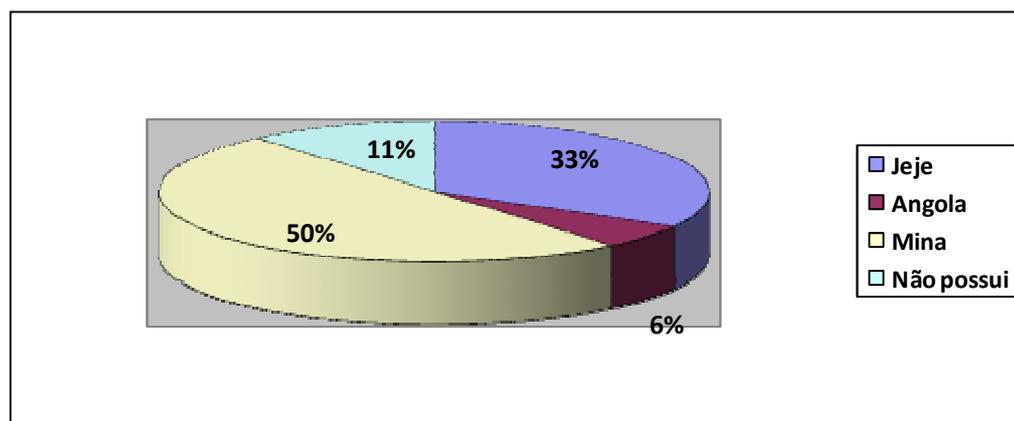
(...) Essa distinção servia também para deixar bem clara a diferença entre a arte de sangria e a atividade de barbeiro. A partir da quantificação dos dados pude concluir que o termo barbeiro era identificado com uma prática mais popular, cujos agentes faziam parte de um estrato social mais baixo, enquanto o termo sangrador era designado para se referir a uma arte que, apesar de menor, fazia parte da cirurgia. (PIMENTA, 1997, p.88).

Através da análise de 18 autos de exames e cartas de licença de sangradores africanos, nosso estudo mostra o quanto a arte de sangrar era um importante campo de atuação dos africanos na Bahia. Na análise dos dados encontramos sangradores africanos

⁹² Segundo Luis Nicolau Parés, a denominação “nação” era uma forma de classificar os diversos grupos de africanos no continente e era um termo muito utilizado pelos traficantes de escravos.

pertencentes às nações Mina (50%), Jeje (33%) e Angola (6%), além de outros sem identificação (11%). Cabe ressaltar que o campo de atuação de tais profissionais é extremamente amplo, o que dá margem ao desenvolvimento de diversas ocupações dentro dos serviços de saúde. É formada, assim, uma importante rede de conhecimentos e saberes predominantes, constituindo múltiplas relações entre doença, morte e cura.

Gráfico 1 - Percentual de sangradores africanos*



Fonte: Autos de exames e cartas de sangradores para a atuação no exercício da arte de curar. Documentação do Arquivo municipal da Bahia/Salvador 1825 – 1828.

A partir da análise dos dados da pesquisa, assim como da leitura de outras bibliografias, a exemplo da dissertação de Tânia Pimenta, constata-se como uma particularidade típica do ofício de sangrador o fato de ser um trabalho executado em sua maioria pelo público masculino. Geralmente, parte destes eram escravos ou forros que conseguiam atingir esta condição graças ao seu bom desempenho. Uma exceção a essa regra é o caso de Joanna Maria do Nascimento, da qual eram ressaltados certos conhecimentos sobre cirurgia oriundos da prática à assistência de partos. Sua licença para atuar foi concedida em agosto de 1821. Assim como no caso de Joanna Maria do Nascimento, identificamos também a sangradora Francisca Barbosa de Castro, liberta e de nação Jeje, que obteve a sua carta de licença em 1826. Tais casos evidenciam também a participação feminina em outras áreas da saúde além da arte de partejar, um ofício típico de mulheres.

Os sangradores e suas particularidades na sociedade

O ofício de sangrador se constitui como uma atividade fundamental dentro da medicina acadêmica. Era um trabalho que englobava múltiplas utilidades e conhecimentos necessários, como por exemplo, a sangria e sua aptidão para lidar com tarefas que

requeriam certa agilidade motora. Segundo Betânia Gonçalves Figueiredo⁹³, havia uma hierarquização entre os membros envolvidos nos serviços de saúde, que pode ser analisada na atuação dos cuidados de saúde com o corpo, considerando a amplitude do campo de exercício, que se dividia entre sangradores, cirurgiões e médicos, entre outros.

No caso do sangrador, entende-se que este ofício tinha seu prestígio no seio da sociedade da época, uma vez que era bastante procurado pela população. No entanto, se comparado a outras profissões em termos de *status*, não obtém tanto espaço na pirâmide social. Esta visão pode ser compreendida ao adentrarmos a estrutura social vigente: os principais aspectos que marcam a sua composição se dão através das formas de comportamentos, como, por exemplo, a predominância de favores e a obediência, entre outros laços, que ocasionam, de certa maneira, um vínculo de proteção ou até a nomeação para cargos públicos. Algo contraditório que engloba toda a sociedade, e em tempo algum conseguira abranger a coletividade.

Havia disputas e conflitos entre os ofícios das práticas de cura. Algumas profissões ocupavam uma função de *status* dentro da sociedade, não sendo esse o caso do ofício de sangrador. O pensamento sobre o projeto de saúde seria concebido nas academias, ou seja, pelo conhecimento científico, o que tornava necessário mudar os costumes e práticas, de acordo com os critérios estabelecidos pela ciência. Segundo E. P. Thompson⁹⁴ essas transformações com intuito de “reformular” os costumes partiam dos “superiores”. Como o mesmo aponta: “(...) O povo estava sujeito a pressões para ‘reformular’ sua cultura segundo normas vindas de cima, a alfabetização suplantava a transmissão oral, e o esclarecimento escorria dos estratos superiores aos inferiores – pelo menos, era o que se supunha”. O Conhecimento médico acadêmico se arrogava como superior. No entanto, isso não significou ausência de resistência às imposições. Pelo contrário, daí a origem de embates e conflitos.

Os serviços dos sangradores eram bastante requisitados pela população baiana. Experiência similar, na capital da Província de Pernambuco, é comentada por Sidney Chalhoub⁹⁵, em seu livro *Cidade Febril – cortiços e epidemias na corte imperial*, cenário no qual a relação entre trabalho médico e “terapeutas populares” causou alvoroço e divergências:

A Academia declarou-se “profundamente horrorizada por tanto escândalo”, e não é difícil entender a irritação dos escúlprios da Corte com o presidente de

⁹³ Docente do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais, também é autora do livro “Arte de Curar”, editora Vício de Leitura, 2002.

⁹⁴ Ver o livro “Costumes em comum: estudos sobre cultura popular tradicional”, do mesmo autor.

⁹⁵ O fato narrado se encontra no livro de Sidney Chalhoub, intitulado “Cidade Febril - cortiços e epidemias na corte imperial”. Nesta obra, o autor traça uma discussão acerca da epidemia de cólera e as mudanças no processo de modernização do Rio de Janeiro.

Pernambuco. O fracasso do arsenal terapêutico da medicina alopática no tratamento da cólera – assim como da febre amarela – era patente; poucos confiavam ainda nas sangrias, purgativos, sudoríficos e vomitórios, sendo que os homeopatas faziam carreira rápida argumentando, plausivelmente, que os alopatas aceleravam a morte dos pacientes. Naquele contexto, o apoio ostensivo de uma autoridade pública a um curandeiro africano era motivo compreensível de alarme para os doutores, mas esta é apenas uma faceta da história. (CHALHOUB, 1996, p. 135).

O fato do presidente da província manifestar apoio às artes de curar de um “curandeiro” não foi visto com “bons olhos”. Logo se percebe a resistência, por parte dos médicos, em aceitar contribuições da medicina popular, sendo que em tal circunstância os terapeutas populares manifestaram certo conhecimento no trato da doença, se comparados à medicina oficial naquele contexto. Essas práticas de cura foram muitas vezes também associadas à feitiçaria ou tidas como algo sobrenatural. Predominava, dessa forma, um cunho religioso e cultural mais intenso, ou seja, elas não poderiam obter o mesmo mérito que o conhecimento científico. Esta discussão pode ser percebida através da leitura da obra de Chalhoub acima citada.

Notamos que os sangradores e “curandeiros” foram perseguidos antes e depois da criação da Fisicatura-Mor, com uma diferença: após a instituição desse órgão, eram autuados aqueles que trabalhassem sem a licença. A emergência da medicina acadêmica por meio da fundação das faculdades de medicina foi outro fator agravante destas perseguições. Em 1810, quando o regimento da Fisicatura-Mor foi reformulado, o Príncipe Regente explicitou a autonomia confiada aos funcionários reais deste órgão, inclusive de seus delegados, para o exercício de sua tarefa de fiscalização. Em seu pronunciamento, a Bahia aparece como uma antiga insubordinada nos assuntos de saúde:

Eu, o Príncipe Regente, faço saber aos que o presente Alvará virem que, havendo eu creado phisico mor e Cirurgião Mor do Reino, Estado e Domínio Ultramarino por decreto de sete de fevereiro do corrente anno, com o útil fim de entenderem de tudo quanto pode concorrer para o assunto e conservação da saúde pública, fazendo desarraigá-los antigos e prejudiciais abusos e dando todas as providências que forem análogas e conducentes a tão importante objecto; e sendo necessário que elles tenham autoridade e jurisdição, com que possam fazer executar os seus mandados e cumprir os negócios de sua jurisdição, para que se não mallogrem as deliberações que tomarem sobre esse ramo da pública felicidade. E havendo os Senhores Reis Meus Augustos predecessores estabelecido regimentos e promulgado muitas outras ordens régias; foi-me contudo em consulta da Mesa do Desembargo do Paço, tomada sobre a representação do phisico mor, que, tendo se movido contestações entre o seu delegado e a Relação da Bahia, convinha ordenar que se guardassem os regimentos: E querendo eu evitar questões de jurisdição sempre odiosas e contrárias ao socego público dos meus fiéis vassallos e a boa ordem e regular decisão dos negócios, de que muito depende a paz pública; e sendo por isto mui necessário e útil declarar a jurisdição de Phisico Mor e cirurgião Mor e dos delegados⁹⁶.

⁹⁶ BARBOSA, Cássio e Plácido. Op. cit, p. 4.

Talvez um dos problemas a que Vossa Alteza tivesse se referindo dissesse respeito a um caso semelhante que se passou entre o Cirurgião-Mor do segundo Regimento da Infantaria da Bahia, Manuel Fernando Nabuco, e o “preto” Manoel Antunes Carvalho. Esse Cirurgião-Mor

Ainda na função fiscalizadora do exercício profissional em Salvador, colheu alguns aborrecimentos. Foi assim que mandou prender o preto Manuel Antunes Carvalho, sangrador sem licença para isso. No entanto, o Governador Dom Rodrigo José de Menezes se insurgiu contra este rigorismo da Junta do Proto-Medicato, alegando ser inoportuno esse rigor, em vista da falta de gente diplomada para o exercício da medicina cirúrgica, prática de dentistas e sangradouros, havendo necessidade constante desses ofícios na Capitania. O Governador lamentava que o julgamento do comissário Manuel Fernando Nabuco só por lei pudesse ser resolvido. Em conseqüência, pediu que a relação da Capitania fosse autorizada à apelação das sentenças dos juizes comissários. Em função dessa autorização concedida pelo Governador, o cirurgião Nabuco teve que prestar mais de uma vez informações à Relação da Bahia⁹⁷.

Este episódio, que se passou no final do século XVIII, em 1793, provavelmente pode não ter sido o único caso de insubordinação baiana a ocupar a burocracia jurídica colonial. A investigação deste processo pode trazer maiores explicações sobre os motivos que levaram o governador a intervir em defesa do preto Antunes. Numa sociedade em que as relações se davam de forma hierarquizada e marcada por trocas de favores, em que o negro africano era sinônimo de escravo e, ainda que fosse liberto, dificilmente usufruía de direitos, o “preto” Antunes aparentemente mostrava ter vantagens, e foi o governador quem se pôs em sua defesa. Esta atitude não teria sido uma forma de gratidão a Antunes pelos serviços médicos prestados a ele e sua família? Conforme afirmou Tânia Salgado Pimenta, negros escravos ou livres utilizavam a medicina popular para cuidar de membros da classe dominante não só pela falta de médicos, como pela reconhecida competência. Outro fator significativo que casos como este indicam é que os(as) africanos(as) e seus descendentes tiveram uma atuação pertinente na área da saúde⁹⁸.

As viagens nos navios negreiros: experiências de riscos e perigos

A atuação de sangradores nos navios negreiros era um serviço bastante requisitado e apresentava riscos nas suas várias etapas. Segundo Manolo Florentino⁹⁹, diversos aspectos foram contribuindo gradativamente para a incidência de mortes a bordo,

⁹⁷ PEDROSA, Manoel Xavier de Vasconcelos. “O Cirurgião-Mor do 2º Regimento de Infantaria da Bahia, Manoel Fernando Nabuco”. In: **Problemas de Medicina Militar**. Academia Brasileira de Medicina Militar. II vol. Rio.

⁹⁸ PIMENTA, Tânia Salgado. *Artes de Curar. Um estudo a partir da Fisicatura-Mor no Brasil do começo do século XIX*. Dissertação de Mestrado. UNICAMP, 1997. p 86.

⁹⁹ Ver o esboço das condições de trajeto nas naus negreiras na obra de Manolo Florentino, intitulada “Em Costas Negras”.

sobretudo dos povos africanos. Por exemplo: as precárias condições alimentares, a escassez de água, a superlotação, os maus tratos, as moléstias que debilitavam e até mesmo a condição de se encontrarem enquanto prisioneiros, algo que poderia alterar a sua forma de comportamento emocional.

Outro fator concorrente à condição de perigo destas viagens diz respeito ao fato de ocorrerem, no percurso dos navios, roubos e naufrágios. Ao analisar os termos de visita às embarcações¹⁰⁰, foi possível notar quão demorado poderia ser o percurso de viagem em alto mar, o que ocasionava consideravelmente a incidência de mortes:

Termo de visita dada no Bergantim Altar da Nuestra vinda da Costa da Mina
Aos 11 de abril 1829 annos nesta Cidade da Bahia, bordo do Bergantim Altar da Nuestra vindo da Costa da Mina pela Ilha de Príncipe com 906 dias de viagem daquele mestre de navio João de Alves Lima com carga de 807 cativos vivos e 70 mortos (...).

Termo de visita dado no Bergantim Cerco vindo da Costa da Mina
Aos 05 de março de 1827 annos nesta Cidade da Bahia, a bordo do Bergantim Cerco vindo da Costa da Mina em diretiva com 45 dias de viagem, daquele mestre Mathias Rapfael Ferreira, e dono Manoel Jozé Ricardo com carga de 202 cativos vivos, e 3 mortos (...).

Termo de visita dada ao Brigne Action vindo da Costa da Mina
Aos 16 de abril de 1827 nesta Cidade da Bahia, a bordo do Brigne Action vindo da Costa da Mina pela Ilha de Príncipe com 56 dias de viagem, daquele mestre Jozé (...) Almeida, e dono commigo Jozé de Carvalho com carga de 220 cativos vivos (...).

Provavelmente a demora da viagem tinha influências significativas no estado de saúde da população cativa. A delonga aumentava o tempo de exposição às más condições da viagem e estas circunstâncias de fragilidade os debilitavam. Isto é diferente de conceber as perdas relacionadas à população escrava como uma predisposição natural a certos tipos de moléstias. Outro aspecto importante indicado nesses termos de visita é o tipo de povos africanos que vinham da África para a Bahia. A documentação inclui termos de algumas embarcações que saíram da Angola e da Costa da Mina com destino à Bahia. Estas observações apontadas são relevantes na medida em que trazem de forma explícita dados como os dias do percurso de viagem e também o índice de mortes.

¹⁰⁰ Fontes extraídas do Arquivo Municipal de Salvador – Bahia. Termos de visitas às embarcações de nº 003, 008 e 017. O texto se manteve transcrito na íntegra, mantendo a sua forma original de escrita.

Tabela de controle de embarcações (saída e chegada) – 1825-1828*

Navio	Saída	Chegada
Bergantim Cerco	Costa da Mina	Bahia
Bergantim S. Domingos	Angola	Bahia
Bergantim de S. A. R. Santo Antonio Rey	Angola	Bahia
Brigne Nossa Senhora da Guiné do Bom Caminho	Costa da Mina	Bahia
Curveta Perola Africana	Costa da Mina	Bahia
Brigne Socorro	Costa da Mina	Bahia
Bergantim Felicidade	Costa da Mina	Bahia
Bergantim America Portuguesa	Costa da Mina	Bahia
Bergantim São Jozé Diligente	Costa da Mina	Bahia

Fonte: Dados de inspeção e cartas de embarcações. Documentação do Arquivo municipal da Bahia/Salvador 1825 – 1828.

Esboços das principais doenças nas embarcações negreiras

No percurso dos navios negreiros, diversas moléstias ficaram conhecidas como doenças africanas. Justamente por acometer em sua maioria os cativos nesse processo de viagem, apesar de atingir também os membros da tripulação do navio, afirmou-se que elas eram mais propícias aos africanos. A predominância desse tipo de pensamento fez surgir todos esses estereótipos negativos em relação à saúde dos africanos e seu contato com o meio, e torná-los responsáveis por uma série de doenças.

Numa análise inicial dos termos de visita às embarcações pode-se notar a incidência de doenças apresentadas naquelas que foram pesquisadas. As mais abordadas foram: bexiga, escorbuto, sarnas escorbúticas, bobas, sarnas bobóticas. Doenças ocasionadas pelo envolvimento de variados fatores, como a má alimentação, o cansaço físico, as condições climáticas e a aglomeração do número considerável de indivíduos em contato.

Tabela de controle de embarcações – 1825-1828*

Navio	Cativos vivos	Cativos mortos	Principais doenças
Bergantim Cerco	202	3	Sarnas escorbúticas
Bergantim S. Domingos	402	62	Bexiga
Bergantim de S. A. R. Santo Antonio Rey	70	20	Bexiga
Brigne Nossa Senhora da Guiné do Bom Caminho	301	6	Sarnas escorbúticas
Curveta Perola Africana	233	10	Sarnas escorbúticas
Brigne Socorro	331	9	Escorbuto, bobas
Bergantim Felicidade	340	5	Sarnas bobóticas
Bergantim America Portuguesa	293	12	Sarnas bobóticas
Bergantim São Jozé Diligente	264	2	Sarnas bobóticas

Fonte: Dados de inspeção e cartas de embarcações. Documentação do Arquivo municipal da Bahia/Salvador 1825 – 1828.

Nas entrelinhas dos documentos consultados, esta situação de agravo de doenças na população africana se expressa como algo novo que desafiava a administração colonial a procurar procedimentos e soluções. Como esse problema de maior vulnerabilidade dos

povos africanos teria sido tratado pela política de saúde pública no período? Um primeiro contato com as fontes permite tecer algumas hipóteses.

Segundo Plácido Barbosa e Cássio Barbosa de Rezende, os serviços de saúde pública no Brasil começaram com a chegada de D. João VI e a família real (1808). As condições de saúde da população africana mereceram destaque no regimento da Provedoria-Mor, órgão criado pelo governo cuja responsabilidade baseou-se no policiamento da saúde nos portos. Conforme justificativa de sua alteza:

Tendo considerado ao muito que interessa o bem público e o particular dos meus feis vassallos na construção da saúde pública, devendo haver todo o zelo, cuidado e vigilância em que ela não perigüe por contágio, fiscalizando o estado de saúde das equipagens das embarcações que vem de diversos portos, obrigando-se a dar fundo em mais distâncias, as que saírem dos que são suspeitos de peste ou de moléstias contagiosas, e demorar por algum tempo, os que nela se transportaram¹⁰¹.

A princípio, a posição do governo não sugere disposições para resolver os problemas de saúde dos(as) africanos(as). Uma primeira consulta ao regimento da Provedoria parece confirmar a suspeita de que as más condições de saúde da população africana passam a ser incorporadas à agenda da saúde pública na medida em que os males que acometiam esta população eram vistos como potenciais agentes causadores de epidemias. Fazia parte dos procedimentos legais da Provedoria que os negreiros fossem vistoriados, ou seja:

No ato da visita se determinarão os dias que cada um desses navios deve ter de quarentena, conforme as moléstias que trouxer, mortandade que tenha havido, e mais circunstancia que ocorrerem; porém, nunca terão de quarentena menos de oito dias, em que os negros estejam desembarcados, e em terra (...) Acontecendo aportar na Capitania da Bahia e nos mais portos deste Estado do Brazil, alguma embarcação que tenha sahido do porto onde haja notícia ou suspeita de peste, não poderá alli fundear, mas será constringida a vir fazer quarentena ao Lazareto da Boa Viagem desta Corte: deverse-lhe-á porém prestar todos os socorros e refrescos que precisar para poder seguir viagem, como a humanidade exige, e com as cautelas praticadas em semelhantes casos¹⁰².

Na Bahia, uma consulta parcial das fontes da Provedoria-Mor permite perceber que, na prática, as ordens do governo nem sempre eram cumpridas. Embora as visitas feitas por este órgão tenham identificado muitos casos de africanos(as) mortos(as) ou doentes nas visitas de saúde por embarcação e, portanto, necessitados de quarentena, isso não significou acesso ao tratamento adequado ou que lhes era de direito. Nos registros de visitas foi possível identificar conflitos entre guarda-mor e capitão dos navios em consequência das visitas de saúde, resistências à apresentação da carta de saúde ou encaminhamento dos doentes identificados para a quarentena. O livro de receitas da

¹⁰¹ BARBOSA, Plácido e RESENDE, Cassio B. de. **Os Serviços de Saúde Pública no Brasil de 1808 a 1907**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909. Vol 1 e 2.

¹⁰² BARBOSA, Op. cit, p. 7.

Provedoria baiana mostra que todos os procedimentos – tanto visitas quanto quarentenas – eram pagos pelo dono do navio, o que poderia dar margem a atos de corrupção.

Um exemplo de situação cotidiana das visitas de saúde é o da Curveta São Joaquim, vinda de Angola. O registro desta visita data de 24 de março de 1807. Aliás, tratava-se de uma segunda visita, a mando do governador em ex-offício. Conforme exame mais detalhado, realizado pelo Provedor de Saúde Ignácio Mattos Telles de Menezes, depois da primeira visita haviam morrido 60 africanos, e 22 ainda se encontravam acometidos de bexiga, marasmo, moléstia dos olhos e outras doenças. Este exemplo mostra que nem sempre o registro das condições de saúde das embarcações poderia corresponder aos fatos ou mesmo trazer soluções aos problemas ali apresentados. No livro de registro de visitas às boticas de várias embarcações, encontra-se uma série de multas conferidas pelo Físico-Mor, o que indica ter sido comum as boticas dos negreiros não apresentarem boas condições de atendimento¹⁰³.

É visível nas fontes a preocupação com o isolamento da população africana atingida por doenças, com o interesse de proteger os demais da contaminação. As medidas de proteção idealizadas deveriam ser tomadas de acordo com o grau e o tipo de epidemia. Durante o período de quarentena se daria procedimento aos exames. Os cativos que por ventura fossem identificados sem condições para o desembarque em terra seriam conduzidos pelo Alcaide do Senado para os Sítios do Monferrada¹⁰⁴. Conforme Manoel Vieira da Silva¹⁰⁵:

Trata-se por ora de mostrar a necessidade de um lazareto onde desembarquem os pretos, e estes façam quarentena, que chegam no estado de saúde, até que se conheça, que eles estão livres das moléstias de que pode haver suspeita, bastando para estes o intervalo de oito dias: essa demora não pode fazer-se com utilidade a bordo das embarcações em razão da falta de asseio, de tratamento, e grande número de indivíduos, que a ambição obriga a juntar em um curto espaço.

Ao consultar Betânia Figueiredo é interessante notar que ela faz referência aos sintomas, mas não problematiza o diagnóstico. A doença escorbuto é um típico exemplo. Seu diagnóstico causou divergências de ideias no meio médico. Para o século XVII, na concepção de Alencastro (2000), o escorbuto estava relacionado a uma carência alimentar e

¹⁰³ Arquivo Municipal de Salvador. Livro de visita às embarcações vindas da África (1802-1829) e Livro de Visita de Saúde as Embarcações Em Terra (1811-1828).

¹⁰⁴ Referência ao local onde acontecia o recolhimento dos enfermos com moléstias consideravelmente graves. Diante do contato com as fontes e as referências bibliográficas estudadas até o momento, não foi possível obter informações mais detalhadas e esclarecimentos acerca do mesmo.

¹⁰⁵ Ver Reflexões sobre alguns dos meios propostos por mais conducentes para melhorar o clima da cidade do Rio de Janeiro, 1808.

à insuficiência de vitamina C. Já para relatos de viagens trazidos no trabalho de Diana Maul de Carvalho¹⁰⁶, embora a viagem de Vasco da Gama não tenha registros de escassez ou insuficiência de alimentos, a incidência de escorbuto foi constatada na embarcação. De acordo com essas constatações é imprescindível notar incertezas e imprecisões que nortearam este conjunto.

Conclusão

Pensar as práticas de cura na primeira metade do século XIX é compreender que entre os espaços e serviços de saúde havia embates e conflitos. Houve a necessidade da reafirmação de conhecimentos e ocupação de espaços, pois a própria hierarquização entre os ofícios contribuía para esta estrutura. Neste processo de reafirmação há a delimitação de dois grupos atuantes: a medicina oficial e a medicina popular. O primeiro se respalda no campo mais científico direcionado a partir de pensamentos concebidos nas instituições médicas ou acadêmicas. O segundo movimenta os conhecimentos específicos do cotidiano da cura. Segundo Flávio Edler¹⁰⁷, a este último foram atribuídas a ineficiência, a ignorância e até mesmo a superstição, e as suas atividades foram tratadas de modo pejorativo pelo discurso médico.

A atividade de sangrador não foge a essa regra, e foi perseguida assim como as demais artes de curar. A Fisicatura-Mor tentou reduzir aos poucos o seu espaço de atuação na sociedade, por meio da exigência da oficialização e legalização de seu ofício. Isso de maneira alguma significou que esses sujeitos deixaram de ser procurados pela população e até mesmo por autoridades do governo colonial e senhores de engenho, ou que tiveram o seu mérito e respeito deteriorados. No entanto, a carta de licença representava um empecilho, ou seja, um pré-requisito fundamental, algo que provavelmente dificultava consideravelmente o ritmo de trabalho dos sangradores. Nem todos os que continuaram atuando como sangradores possuíam uma licença em mãos. Portanto, poderiam ser autuados pela fiscalização. Mas isto não significou, em hipótese alguma, a extinção da categoria, que até os dias atuais ainda sobrevive em diversos cantos do mundo.

Essas práticas de cura sempre farão parte da construção da memória histórica dos povos africano e brasileiro. Sua atuação conviveu e convive com aquela medicina dita científica. Obviamente, existiram e ainda existem divergências e conflitos, mas também aprendizado e circulação de conhecimentos, que impulsionam o aprimoramento do saber e

¹⁰⁶ A discussão abordada está presente no artigo “Doenças dos escravizados, doenças africanas?”, de Diana Maul de Carvalho.

¹⁰⁷ Flávio Coelho Edler, pesquisador da COC – Fiocruz e escritor do artigo “A medicina Brasileira no século XIX: um balanço historiográfico”.

fazer médico. Deste modo, supomos, a partir desta análise inicial, que os sangradores africanos durante o século XIX contribuíram para a concretização de uma assistência em saúde no cotidiano da sociedade.

Referências

1. ALENCASTRO, Luiz Filipe de. O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul. Formação do Brasil no Atlântico Sul Séculos XVI e XVII. São Paulo: Cia das Letras, 2000, p. 127.
2. BARBOSA, K. V. O. Escravidão, mortalidade e doenças: novas dimensões da experiência negra, século XIX. In: Encontro Regional de História. São Paulo: Anpuh, 2008.
3. CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
4. _____. Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das letras, 1990.
5. CHALHOUB, Sidney, Vera Regina Beltrão Marques, Gabriela dos Reis Sampaio, Carlos Roberto Galvão Sobrinho (org.). Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social. Campinas: Ed. da Unicamp, 2003.
6. DEBRET. Viagem pitoresca e histórica ao Brasil. Belo Horizonte / São Paulo: Ed. Itatiaia / Edusp, 1989.
7. EDLER, F. C. A medicina brasileira no século XIX: um balanço historiográfico. Asclépio – vol. L-2, 1998, p. 169-186.
8. FIGUEREDO, Betânia Gonçalves. “As doenças dos escravos: um campo de estudo para a história das ciências da saúde”. In: **Uma história brasileira das doenças**, v. 2 – Dilene Raimundo do Nascimento, Diana Maul de Carvalho, Rita Cássia Marques (org.); autores Anna Beatriz de Sá Almeida et. al. – Rio de Janeiro: Mauadx, 2006. p. 252-277.
9. FLORENTINO, Manolo. Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
10. FLORENTINO, Manolo; RIBEIRO, Alexandre Vieira; Silva da, Daniel Domingues. Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil (séculos XVIII e XIX). Afro-Ásia, nº 031, p. 83-126.
11. FREITAS, Octávio de. Doenças africanas no Brasil. São Paulo: Cia Nacional, 1935.
12. PARÉS, Luis Nicolau. A formação do Candomblé: história e ritual da nação Jeje na Bahia. São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.

13. PIMENTA, Tânia Salgado. As artes de curar — um estudo a partir dos documentos da fisicatura-mor no Brasil do começo do século XIX. Dissertação de mestrado. Campinas: Unicamp, 1997.
14. PORTO, Ângela de Araújo. Doenças e escravidão: sistema de saúde e práticas terapêuticas. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz, 2007.
15. SAMPAIO, Gabriela dos Reis. Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
16. THOMPSON, E. P. Costumes em comum: estudos sobre cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Conceição das Crioulas: Terra, Mulher e Política

Maria Jorge dos Santos Leite¹⁰⁸

Resumo: O referido trabalho tem como objetivo analisar o movimento organizado pela comunidade de Conceição das Crioulas refletindo sobre as ações das mulheres negras, enquanto sujeitos políticos e coletivos, na construção da história, da identidade étnica e da luta pela terra numa perspectiva da relação de gênero considerando que não basta estudar somente as mulheres, mas que é preciso estudar as relações estabelecidas entre homens e mulheres na construção do espaço social.

Palavras-chave: Quilombolas, Conceição das Crioulas, Movimento Negro

Abstract: The related work has as objective to analyze the movement organized for the community of Conceição of the Creoles reflecting on the actions of the black women, while citizens collective politicians and, in the construction of history, the ethnic identity and the fight for the land in a perspective of the sort relation considering that it is not enough to only study the women, but that she is necessary to study the relations established between men and women in the construction of the social space.

Key words: Quilombolas, Conceição of the Creoles, Black Movement

Introdução

Este trabalho originou-se de uma pesquisa de campo realizada na comunidade quilombola de Conceição das Crioulas, localizada no município de Salgueiro, sertão central de Pernambuco, entre janeiro do ano 2000 e abril de 2001, que resultou na minha dissertação de mestrado intitulada: **CONCEIÇÃO DAS CRIOULAS: terra, mulher e identidade étnica no Sertão de Pernambuco**, UFC/2001¹⁰⁹. No período da pesquisa desloquei-me à área por diversas vezes, oportunidades em que efetuei uma série de entrevistas com as diversas categorias sociais ali identificadas: “negros”, “morenos”, “caboclos”, “índios” e “brancos” e “fazendeiros”. Ao mesmo tempo, fiz o registro de um conjunto valioso de observações, a partir dos contatos que mantive com essas pessoas, quer no convívio do dia-a-dia com as famílias e alguns indivíduos em particular, quer através da participação de encontros organizados pelas lideranças negras.

O referido trabalho tem como objetivo analisar o movimento organizado pela comunidade de Conceição das Crioulas refletindo sobre as ações das mulheres negras, enquanto sujeitos políticos e coletivos, na construção da história, da identidade étnica e da luta pela terra numa perspectiva da relação de gênero considerando que não basta estudar somente as mulheres, mas que é preciso estudar as relações estabelecidas entre homens e mulheres na construção do espaço social. Isto porque, segundo Scott “o gênero é um elemento

¹⁰⁸ Doutoranda em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará/UFC/ Bolsista CNPq. E-mail: mariajorge.santosleite@yahoo.com.br.

¹⁰⁹ Ao ingressar no doutorado em Educação Brasileira, na UFC, em 2008, retomei a pesquisa em Conceição das Crioulas para elaboração de minha tese. Muitas das informações coletadas nessa nova fase foram também inseridas neste trabalho.

constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (1991:164).

Os instrumentos metodológicos utilizados neste trabalho foram os da História oral: observação participante - interação com o mundo dos sujeitos pesquisados -; entrevistas - conversa com os atores sociais com um propósito específico em mente -; entrevista estruturada – administração de um conjunto estruturado de questões a cada respondente através de um questionário. As informações (orais e documentais) coletadas na pesquisa empírica aparecem aqui associadas a uma literatura sobre etnicidade, mulheres, gênero, quilombos, campo político, etc.

Localização e origem da comunidade: a liderança feminina

A localidade de Conceição das Crioulas integra o município de Salgueiro, de cuja área total ocupa 40%, ou seja, 600 km², constituindo-se, assim, no seu segundo distrito, desde 1940. Limita-se ao Norte com o distrito-sede municipal; ao Sul com os municípios de Floresta e Belém de São Francisco; ao Sudeste e a Oeste com Cabrobó e a Leste com Mirandiba.

Os três mil quinhentos e cinquenta e dois habitantes do distrito ocupam uma área de 16.885,0678 hectares¹¹⁰. Na vila que recebe o mesmo nome da comunidade, apesar do aglomerado de residências, de acordo com o IBGE, habitam apenas 5,23% da população. A grande maioria dos habitantes encontra-se nos “sítios”. Ainda de acordo com o IBGE, há em Conceição das Crioulas 1.010 residências, sendo 125 na vila e 825 nos “sítios”. Para serem reconhecidos como remanescentes de quilombos, os habitantes de Conceição das Crioulas buscaram no passado elementos que os identificassem como descendentes de negros escravos. São, pois, esses elementos que vão identificá-los, inclusive para si próprios, e diferenciá-los dos “outros” (os “não-remanescentes”). Assim, nas narrativas e nas repetidas reconstituições da sua “história de negros”, passaram a ressaltar aspectos que vão da cor da pele (preta) ao sentimento de pertença ao grupo, ou à reconstituição da história da comunidade.

A história da comunidade é contada a partir da memória oral de seus habitantes, segundo a qual foi "no tempo dos reis" que chegaram à região alguns negros e negras, vindos de Alagoas, possivelmente fugindo da escravidão. Esse grupo de negros e negras –

¹¹⁰ Fonte: Relatório da Fundação Cultural Palmares, publicado no Diário Oficial da União, em 11/09/1998.

embora na memória de seus descendentes apenas as negras tenham se destacado na fundação da comunidade, ficando conhecidas como as "seis crioulas" – se estabeleceu no sopé da Serra Umã, hoje Serra das Crioulas¹¹¹.

Segundo a tradição oral, por volta do final do século XVIII, as seis crioulas teriam arrendado "três léguas em quadro", de terras, aos "representantes do rei". O pagamento seria resultante do próprio trabalho dessas mulheres. De acordo com Calmon: *Conceição das Crioulas (...) está localizada no município de Salgueiro, no Sertão Central de Pernambuco, cujas terras pertenciam aos Garcia D'Ávila da Casa da Torre, sob o regime de sesmarias*¹¹².

Assim, diz-se que as crioulas iniciaram ali um plantio do algodão, cujas fibras eram transformadas em fio, produto vendido na cidade de Flores, distante cento e cinquenta quilômetros. Com esse dinheiro teriam pago a renda e se tornado donas de uma vasta extensão de terra, ainda em 1802, cuja escritura teria dezesseis selos, seria carimbada com o "carimbo da Torre" e teria sido feita pelo escrivão Pedro José Delgado e registrada no "livro do tombo".

Mabel Ann Black Albuquerque afirma que há evidências históricas (de uma história documental) sobre a existência do escrivão Pedro José Delgado: *Sabe-se que em 1811, segundo Pereira da Costa, ele foi nomeado juiz de órfãos de Flores (Anais VII, 418, 421). Na época era comum esta função ser compartilhada com a de escrivão* (Albuquerque, 1997: 24).

Na elaboração do mito, de acordo com a memória construída pelas narrativas dos "remanescentes", a origem de Conceição das Crioulas transcende o tempo cronológico (Eliade, 1992), referenciando-se em expressões como: "antigamente", "naquele tempo", ou "no tempo dos reis". A única data significativa que o grupo guarda é 1802, que, conforme disse antes seria o ano em que as crioulas haviam registrado a compra das terras. Como esse ano está no início do século XIX, há uma preocupação das lideranças atuais do movimento de Conceição das Crioulas em inferir que a chegada das seis crioulas tenha ocorrido no final do século XVIII, não se especificando, pois, o ano da chegada. Observe-se que essa não-especificação de datas é usual das construções mitológicas. No caso em estudo, o que conta são fragmentos presentes na memória coletiva.

O próprio nome de Conceição das Crioulas está ligado ao mito da origem. Contam que enquanto trabalhavam na cultura do algodão, as crioulas fizeram uma promessa: se um dia conseguissem comprar as terras que ocupavam, ergueriam uma capela em

¹¹¹ À época, aquela área integrava o município de Cabrobó, pois Salgueiro foi fundado em 1835.

¹¹² Calmon, Pedro. História da Casa da Torre, p. 130. IN: Andrade, Fábio Bezerra e Silva Júnior, José Alfredo das. Comunidades Remanescentes de Quilombos no interior de Pernambuco. Recife, UFPE, 1997.

homenagem a Nossa Senhora da Conceição. Com o resultado do seu trabalho e a "ajuda da santa", o sonho tornou-se realidade e as crioulas construíram a capela, dando origem ao nome da comunidade. Inscreve-se, pois, nas raízes do nome da comunidade uma homenagem à padroeira e às próprias crioulas.

Essas histórias, elaboradas a partir da memória oral, são de fundamental importância na construção da identidade dos "quilombolas", habitantes de Conceição das Crioulas. Aqueles que acreditam no mito e se sentem descendentes das seis crioulas fazem parte da representação de um grupo, por eles mesmos definido de várias formas: "nós", os "negros", os "morenos", os "pretos", os "remanescentes" ou os "quilombolas" como, também, costumam se definir. No lado oposto, estão os "outros", os que não aceitam o mito, aqueles que não se identificam nem são identificados como "quilombolas" ou "remanescentes". São: os "não-remanescentes", os "brancos", ou "fazendeiros bancos", ou "posseiros" ou, ainda, os "grileiros", além dos "índios".

Dessa forma, percebe-se que a identidade de "quilombolas", habitantes de Conceição das Crioulas, não está sendo construída a partir de uma história de resistência negra à escravidão, mas a partir do mito de uma fundação, cujo marco primeiro seria a aquisição da terra. Na interpretação dos "remanescentes", esse passa a ser o principal fato, e a partir dele, ganha corpo e significado a idéia de uma comunidade negra, que luta pela posse da terra e por uma identidade étnica, baseadas em fatos que julgam verdadeiros.

Como afirma Mabel Albuquerque,

(...) nesse sentido, não importa se o mito é uma história verdadeira ou falsa. A apreensão da dimensão mítica das duas versões (a negra e a branca) se faz independente do questionamento de sua verdade. É dessa forma que, através das histórias que contam e de como a terra foi comprada a comunidade negra de Conceição das Crioulas estabelece uma relação formal com os fatos mais importantes de sua trajetória histórica (escravidão e posse da terra) e de sua própria identidade étnica (negra) (Albuquerque, 1997: 30).

Grupo étnico: categorias de identificação

A discussão sobre o conceito de etnicidade é bastante complexa, no campo das Ciências Sociais. Alguns autores tratam a questão sob pontos de vista diferenciados, o que possibilita uma compreensão mais profunda da complexidade desse conceito. Neste trabalho, utilizo-me das noções de *grupo étnico*, *comunidade* e *fronteiras étnicas*, tratadas, dentre outros, respectivamente, por Max Weber e Fredrick Barth.

Weber, em *Economia e Sociedade*, dedica um capítulo às relações comunitárias, étnicas, fazendo uma distinção significativa entre etnia e raça, o que vem de certa forma, desfazer confusões persistentes entre os dois conceitos. De acordo com a abordagem de Weber, o que distingue a pertença racial da pertença étnica é que a primeira é "realmente" fundada na comunidade de origem. Enquanto que a pertença ao grupo étnico associa-se à crença subjetiva na comunidade de origem.

Para Weber, os grupos étnicos são: (...) *aqueles grupos humanos que em virtude de semelhanças no habitus externo ou nos costumes, ou em ambos, ou em virtude de lembranças de colonização e imigração, nutrem uma crença subjetiva na procedência comum, de tal modo que esta se torna importante para a propagação das relações comunitárias, sendo diferente se existir ou não uma comunidade de sangue afetiva* (Weber, 1991: 270).

Ainda em relação aos grupos étnicos, Weber afirma: (...) *Assim como não se pressupõe uma real comunidade de origem, os grupos étnicos também não pressupõem uma real atividade comunitária. Eles existem apenas pela crença subjetiva que têm seus membros de formar uma comunidade e pelo sentimento de honra social compartilhado por todos os que alimentam tal crença.* (in: Streiff-Fenart, 1997: 38)

Nesse sentido, o autor acredita que os grupos étnicos são uma construção social, na qual a identidade étnica se edifica a partir da diferença. Assim, o sentimento entre "os iguais" não pode ser separado da repulsa às "diferenças". E, o sentimento de pertença não é criado a partir do isolamento, mas, da comunicação da diferença, da qual os indivíduos se apropriam para demarcar suas fronteiras étnicas.

Enquanto Weber se preocupa principalmente com o aspecto político da questão étnica, expresso pelas tensões que se instauram na competição entre os grupos que disputam posições privilegiadas na hierarquia social, Barth faz recair maior ênfase na sua dimensão ideológica, abordando a noção de fronteiras entre os grupos étnicos. Assim, para Barth, a expressão *grupo étnico* designa uma população que:

- 1- se perpetua principalmente por meios biológicos;
- 2- compartilha valores culturais fundamentais, postos em prática em formas culturais num todo explícito;
- 3- compõe um grupo de comunicação e interação;
- 4- tem um grupo de membros que se identifica e é identificado por outros como se constituísse uma categoria distinguível de outras categorias da mesma ordem (Barth, apud Oliveira, 1976: 2).

As fronteiras entre os grupos étnicos a que Barth se refere são as fronteiras sociais, mas, acredita que elas podem ter contrapartidas territoriais. À medida que um grupo étnico

conserva sua identidade, ao interagir com membros de outros grupos, isso se transforma em critérios para manifestar a pertença ou a exclusão àquele grupo. A noção de fronteira étnica, defendida por Barth, trouxe importante contribuição para os estudos acerca de grupos étnicos e para a compreensão dos fenômenos da etnicidade.

A análise da questão da etnicidade, na perspectiva dos dois autores, possibilita uma melhor compreensão a respeito do processo de construção ou preservação da identidade étnica de determinados grupos humanos. Tais análises ajudam-nos, sobretudo, a perceber a dinâmica da formação das identidades. Nesses termos, nos fornecem, igualmente, elementos importantes para compreendermos a noção de comunidade.

A construção da identidade étnica de grupos humanos tornou-se um dos temas mais discutidos atualmente. "Mais do que o 'bom senso' parece ser a identificação étnica a coisa 'melhor distribuída no mundo'¹¹³". Ela exprime, sobretudo, a tensão que se instaura entre grupos, no confronto por melhores posições na hierarquia social. O que se vê nesse processo é a coesão interna das relações afetivas, englobando o nível de representação social e simbólica do grupo.

Dentre os diversos grupos que buscam a afirmação de suas identidades étnicas, estão aqueles que compõem as comunidades quilombolas. Muitas dessas comunidades não são, necessariamente, remanescentes dos antigos quilombos e as que o são, muitas vezes têm dificuldade de encontrar suas raízes históricas. Como nos ensina Funes, *Hoje o termo quilombo foi apropriado e redimensionado por essas comunidades enquanto elemento de identidade e de luta pela terra dos remanescentes* (Funes, 1995: 34).

Assim, muitas comunidades negras vêm buscando, na história de suas raízes, elementos que apontem para uma origem comum de seus habitantes e, dessa forma, procuram se afirmar enquanto grupos étnicos que ocupam um território remanescente de quilombo. *A identidade histórica de 'remanescentes de quilombo' emerge como resposta atual de uma situação de conflito e confronto com grupos sociais, econômicos e agências governamentais que passam a implementar novas formas de controle político e administrativo sobre o território que ocupam, e, com as quais estão em franca oposição* (O'Dweyer, 1995: 121).

É nesse contexto de intervenções externas no espaço territorial e na organização interna do grupo, que a comunidade de Conceição das Crioulas responde a essas intervenções com a estruturação de um novo campo de relações de poder e resistência, que

¹¹³ Afirmação cartesiana, parafraseada por Roberto Cardoso de Oliveira. *Identidade Etnia e Estrutura Social*. São Paulo. Pioneira, 1976.

começa a adquirir sentido a partir do momento em que esse movimento desperta para uma identidade étnica. Ou seja, passa a se constituir a luta de um grupo que reivindica a identidade de “quilombos quilombolas”, a partir da necessidade, do desejo e da possibilidade de preservar a posse da terra.

A construção da identidade étnica do povo negro de Conceição das Crioulas está intimamente ligada à origem da comunidade (as seis crioulas) e à crença subjetiva (Weber, 1991) da origem comum do grupo, como afirma Dona Maria Antônia: *Aqui é tudo família, a comunidade é toda família, crioula da Conceição; sendo crioula, é tudo família; é um sangue só*¹¹⁴.

Portanto, entendendo grupo étnico como um conjunto de pessoas cujas crenças se baseiam na origem comum, real ou imaginária, podemos concluir que estamos diante de uma coletividade que responde à sociedade circundante pela etnicidade.

De acordo com Barth¹¹⁵, o grupo étnico constitui-se como forma de organização social em que os atores categorizam-se a si mesmos e aos outros com propósito de interação. E assinala que a pertença étnica não pode ser definida senão pela demarcação entre os membros e os não-membros, pois a etnicidade implica sempre a organização de grupos dicotômicos Nós/Eles. Dessa forma, são as categorias de identificação que, através da interação, vão determinar quem pertence ou não ao grupo étnico em questão.

Atualmente, na comunidade de Conceição das Crioulas, podemos identificar a população tomando como referência, num primeiro momento, aquilo que chamaríamos de dois agrupamentos sociais distintos, embora guardando uma heterogeneidade no seu interior: “remanescentes de quilombos” (recebendo, na nomenclatura local, as designações principais: *negro, moreno, crioulo*) e os “não remanescentes” (composto por *índio, descendente de índio*, ou, ainda, *caboco; branco* ou *fazendeiro*). Os do primeiro agrupamento se sentem parte de uma origem comum (a descendência das seis crioulas, fundadoras da comunidade), e, como tais, são identificados pelos “outros”. Para aqueles do segundo, o mito de origem da comunidade não faz nenhum sentido. Eles são também identificados, pelos “quilombolas”, hoje, como: “posseiros”, “invasores” ou “expropriadores” das terras e dos valores culturais dos negros.

Identificar-se como descendente das seis crioulas, é uma das formas pelas quais os quilombolas constroem sua identidade étnica (negra). E, também, na perspectiva de

¹¹⁴ Depoimento prestado para o Mapeamento e Identificação das Áreas Remanescentes de Quilombos, 1998.

¹¹⁵ Barth, F. *Grupos étnicos e suas fronteiras*. In: Poutignat, P. e outro. *Teorias da Etnicidade. Seguindo de Grupos étnicos e suas fronteiras*. São Paulo, Editora UNESP, 1998.

construir uma identidade negra, estão mudando seus hábitos na maneira de se vestir, de pentear os cabelos, adotando alguns vocábulos afro-brasileiros e outros.

Campos políticos e sujeitos coletivos

O movimento social quilombola de Conceição das Crioulas, parece-me, à primeira vista, apesar de alguns obstáculos, ter encontrado “brechas” para sua aparição em cena. Isto torna-se visível na atuação dos sujeitos políticos daquela comunidade. Evidenciou-se, para mim, a existência de *campos políticos* e discursivos onde os sujeitos coletivos fazem circular suas palavras e elaborar suas demandas.

Denominei de *campo político* o espaço de atuação dos sujeitos de Conceição das Crioulas, considerando a abordagem desse conceito trabalhada por Pierre Bourdieu.

O campo político, entendido ao mesmo tempo como campo de forças e como campo das lutas que têm em vista transformar as relações de força que confere a esse campo a sua estrutura em dado momento, não é um império: os efeitos das necessidades externas fazem-se sentir nele por intermédio sobretudo da relação que os mandantes, em consequência da sua distância diferencial em relação aos instrumentos de produção política, mantém com os seus mandatários e da relação que estes últimos, em consequência das suas atitudes, mantém com as suas organizações. O que faz com que a luta política possa ser descrita na lógica da oferta e da procura é a desigual distribuição dos elementos de produção de uma representação do mundo social explicitamente formulada: o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de ‘consumidores’, devem escolher, com probabilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção (Bourdieu, 2000: 163/164).

O autor afirma que toda análise sobre a luta política deve ter como fundamento as determinações econômicas e sociais da divisão do trabalho político, para que se possa evitar a naturalização dos mecanismos sociais que reproduzem a separação entre os agentes politicamente ativos e os agentes politicamente passivos e transformam em leis eternas as regularidades históricas válidas nos limites de um estado determinado pela estrutura da distribuição do capital.

Entende Bourdieu, que a condição de ser-com-os-outros-no-mundo torna a existência humana uma verdadeira coexistência. O homem partilha com os outros um espaço, persegue os mesmos objetivos e participa em semelhantes atividades. Nesse envolvimento o mundo social transforma-se num universo político – como domínio da *polis* – construído numa *Ágora*, um espaço de encontro, de discussão e de resolução de

problemas coletivos. Nesse sentido, a atividade política é essencialmente o mundo da gestão comum da coletividade.

O conceito de campo político, segundo o autor, serve para teorizar as ações dessa coletividade. Para ele “o que existe no mundo social, não são grupos constituídos como se crê, mas esta realidade invisível” que se chama “espaço social”, embora se reconheça que, “para se manifestar este espaço social, é-se obrigado a tornar visíveis as coisas que ocupam este espaço, isto é, indivíduos, instituições, etc., mas o que existe verdadeiramente é o espaço”. Essa visibilidade faz-se a partir da interação que os sujeitos de um determinado *campo político* estabelecem com outros espaços de seu entorno.

É com base nessa dimensão atribuída por Bourdieu ao conceito de *campo político* que analiso as relações estabelecidas entre Conceição das Crioulas e a sociedade circundante, bem como a atuação de seus habitantes - enquanto sujeitos coletivos - nas instituições quilombolas aqui denominadas de *campos políticos*.

Ao longo da história de Conceição das Crioulas, por múltiplas razões e em circunstâncias as mais diversas, contatos foram se estabelecendo com a sociedade circundante. Se, por um lado, isso significou a inserção dessa comunidade no contexto local, por outro, representou a sua legitimidade e a concretização de um espaço político próprio que ficaria conhecido como "terras das crioulas".

O simples crescimento populacional, o exercício de atividades econômicas, bem como o estabelecimento de contatos de indivíduos ou grupos dessa localidade com os de outras, enfim, a persistência de processos interativos, nos âmbitos interno e externo, levam à constituição de uma organização de poder político local. Do ponto de vista estrutural, tal organização, de um modo ou de outro, articula-se a outras “instâncias relacionais”. Refiro-me, no caso, por exemplo, ao parentesco e às relações econômicas. Essa estrutura política se torna importante, também, nas relações com o “mundo de fora” e no estabelecimento de uma unidade grupal em momentos de resistência à imposição interesses externos. Nesse sentido, é necessária a instituição de líderes, aqui entendidos como sujeitos políticos e coletivos, de fato legitimados pela comunidade, para coordenar os movimentos sócio-políticos e econômicos, criando, assim, dentro do *campo político*, um sistema com vida própria e estrutura de poder.

O mito da fundação de Conceição das Crioulas já vem acompanhado de uma história de liderança. Excepcionalmente, uma liderança de mulheres, "as seis crioulas". A tradição oral é enfática em apontá-las como mulheres fortes e resistentes, que, desafiando

os padrões sociais da sua época, exerceram grande influência sobre seu grupo, na coordenação dos trabalhos, no plantio e colheita do algodão, no firme propósito de adquirirem a posse legal da terra, através da compra. Em outros momentos da história de Conceição, especificamente quando aquelas pessoas começaram a ser expropriadas por outras, vindas de fora, atraídas talvez pela qualidade do solo propício ao plantio de algodão e à criação de gado, também foram as mulheres que se destacaram na luta pela recuperação daquelas terras. E hoje, na luta pela construção da identidade étnica e pela terra, são essas mulheres negras: trabalhadoras rurais, professoras, enfermeiras, artesãs e outras que estão no comando.

A resistência à expropriação das terras das crioulas foi um dos fatores que contribuiu para a instituição de lideranças- os sujeitos políticos- e, conseqüentemente, de uma estrutura política organizada em Conceição das Crioulas. Curiosamente, os nomes que aparecem como sendo de lideranças que se destacaram na fundação de Conceição das Crioulas e na luta pela recuperação da terra são quase todos de mulheres. Os “quilombolas” lembram, freqüentemente, de: Chica Ferreira, Mendencha Ferreira, Francisca Presidente, Francisca Macário, Maria Solano, Isabel Coração, Romana, Martinha, Sabrina, Maria Rosa, Rosa Ferreira, Antônia Carneiro, Matilde, Januária e Agostinha Caboclo.

Na história do passado o único nome de homem, sempre lembrado na história de Conceição das Crioulas, é o de Antônio Domingos. Mesmo assim, ele aparece como coadjuvante, sendo o companheiro de Agostinha Caboclo, nas viagens em busca de recuperar a posse da terra. Hoje a organização social e política de Conceição das Crioulas já não é exclusividade das mulheres. Muitos homens também se empenham na luta pelos direitos quilombolas. Eles estão à frente de associações, sindicatos ou na política partidária, mostrando assim que quando se trata de interesses da coletividade quilombola as diferenças entre homem e mulher tornam-se uma questão irrelevante.

A menção ao nome de Agostinha Caboclo é recorrente e ela aparece como uma das principais lideranças de Conceição das Crioulas. A sua morte, no início da década de 1990, encerrou um longo período em que as mulheres estiveram à frente da luta pela terra. Coincidentemente, a morte de Agostinha, ocorre exatamente no momento em que uma nova forma de luta pela terra estava começando a ser estruturada em Conceição.

Esse novo movimento contempla, além da posse da terra, a luta por direitos de cidadania, a construção de uma identidade étnica (negra) dos habitantes de Conceição das

Crioulas, enquanto quilombolas. Isso vai se construindo a partir de uma ideologia de grupo em que determinados conceitos como negritude, etnia, e terras dos negros, vão ganhando significado e vão estabelecendo critérios que selecionam quem pertence ou não àquela comunidade.

A reestruturação da luta pela posse da terra, em Conceição, ampliando-se para o plano étnico-cultural e para área dos direitos, demandou a necessidade da reorganização da estrutura política da comunidade. Então, foram surgindo (ou se redefinindo na sua organização) entidades como sindicatos e associações, com o objetivo de fortalecer a luta pela terra e defender os interesses gerais da comunidade.

Associação quilombola de Conceição das Crioulas (AQCC)

A mais expressiva entidade política na área quilombola, é a AQCC com sede na vila de Conceição das Crioulas. Fundada em 17 de julho de 2000, a AQCC é uma sociedade civil sem fins lucrativos composta por 10 associações de produtores e trabalhadores rurais provenientes da vila e dos diversos sítios que compõem a comunidade. É dividida em sete comissões, citadas adiante, e agrega o *Centro de Produção Artesanal*. Nascida, segundo os quilombolas, da necessidade de intensificar a luta pelo bem comum de Conceição das Crioulas, a AQCC tem com objetivo o desenvolvimento da comunidade - levando em conta sua realidade e sua história, a valorização das suas potencialidades, a conscientização do povo negro da sua importância para construção de uma sociedade justa e igualitária, a quebra da barreira do preconceito e discriminação racial.

Sendo essa entidade a que representa legitimamente todos os interesses da coletividade quilombola, seu maior empenho, nos últimos anos, tem sido a luta pela posse da terra, com área aproximada de 17.000 hectares, numa perspectiva sustentável.

Entre as lutas da AQCC estão a regularização fundiária; educação específica e diferenciada; e desenvolvimento sustentável, a partir das potencialidades e tradições locais, sempre na perspectiva do fortalecimento da identidade quilombola. Sua estrutura contempla as Comissões Temáticas de Patrimônio; Educação, Cultura e Esportes, Geração de Renda; Saúde e Meio Ambiente; Comunicação e juventude, compostas por pessoas da comunidade¹¹⁶.

A AQCC tem uma estrutura de funcionamento que se dá através da Coordenação Executiva e das comissões dirigidas pelas lideranças da comunidade. Segundo Aparecida Mendes, sua atual coordenadora, a associação se mantém com o trabalho voluntário dos seus sócios, não possuindo recursos financeiros suficientes para desenvolver suas

¹¹⁶ Jornal Crioulas: a voz da resistência, nº 1, Ano 1- abril de 2003, p. 2.

atividades. No entanto, possui sede própria localizada na rua do Campo, na vila de Conceição das Crioulas. A aquisição do prédio tornou-se possível graças à conquista, pela comunidade, do I Prêmio Banco Mundial de Cidadania no Encontro Nacional de experiências Sociais Inovadoras realizada em Brasília, em maio de 2.002. O prêmio, no valor de cinco mil dólares, foi concedido à comunidade em reconhecimento ao projeto de valorização do artesanato desenvolvido, desde 2001, pela AQCC em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Cultura Luiz Freire (CCLF), Prefeitura Municipal de Salgueiro e outras instituições.

A sede a AQCC faz atendimento aos quilombolas e visitantes de domingo a domingo, é bastante ampla, com 10 cômodos, utilizados para o desenvolvimento de projetos e realização de reuniões. Foi em nome dessa instituição que o Governo Federal, atendendo ao artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, tituló as terras reivindicadas pelos “quilombolas”.

As demais associações da comunidade estão localizadas nos “sítios”. Geralmente, cada “sítio” tem a sua, ou se forma uma para cada dois “sítios”, considerando a proximidade entre eles ou o número de habitantes de cada um. O principal objetivo de tais entidades é lutar junto aos órgãos governamentais e não-governamentais pela implantação de projetos agropecuários nos quais possam se inserir os camponeses de Conceição das Crioulas. Todas essas associações estão filiadas a AQCC, constituindo-se, esta última, numa espécie de confederação.

Além das associações, como espaços políticos de articulação, os “quilombolas” costumam realizar, periodicamente, seminários e encontros para tratar dos problemas da comunidade. Durante os encontros, as discussões, quase sempre, giraram em torno da luta pela posse da terra, da melhoria da educação do povo negro, da importância da construção de uma identidade étnica e cultural do grupo e outras questões de ordem econômica e social.

A defesa da posse da terra, a questão étnica, direitos e a importância da unidade do grupo estão presentes nos discursos de quase todos os quilombolas; sendo que, em algumas falas, pode se perceber muito mais do que isso. Vejamos o que diz o Senhor Expedito, presidente de uma das associações dos sítios:

(...) é importante se reunir nos encontro, ter coragem de lutar pelas terras e pelas raízes, dizer sempre a verdade, ter conhecimento da paz e trabalho e em defesa dos mais fracos, dos negros, porque também sou negro, e eu queria dizer a ramicê qui o problema qui ocorre cum nossa comunidade é o mesmo de cada um. Todos nós fomos tirados de nossa terra não vendemos (...) e hoje, nós tamo num país de

democracia, num país de direito, onde o cidadão tem direito, tem vez, tem bravura e luta por seus direitos. É isso que eu digo a ramicês e a eu mesmo: como negro, como pobre, não escondemos isso...(grifos meus).

Chamo a atenção, nas passagens sublinhadas do trecho acima, para o lugar ocupado pela terra na luta; para a noção de pertença ao grupo, reafirmando a condição de negro (negada no passado), deixando transparecer uma espécie de necessidade de auto-convencimento; para a articulação que o militante procura estabelecer entre a questão da terra e questão étnica; e articulação, também, entre os planos individual e coletivo. Enfim, observe-se, aqui, o esboço de uma espécie de consciência em construção, tanto no que concerne à luta pela terra, como no que diz respeito à própria organização do grupo. Nesse sentido, vejo, neste breve texto, lições de educação e auto-educação, em que se articulam saberes diferenciados como peças de um quadro extremamente complexo, mesclando-se, exemplarmente, o político, o cultural e o social.

Os Encontros quilombolas evidenciam a presença de fortes lideranças e nomes respeitados em Conceição das Crioulas. Como pessoas de mais idade, destacavam-se: Seu Virgínio Seu Expedito, Andreilino Mendes, João Alfredo; e, dentre as mais jovens, líderes como: Aparecida Mendes, Márcia Jucilene, Maria Diva, Antônio Mendes. Além de Givânia, uma das principais lideranças, que mesmo morando atualmente em Brasília, participa eventualmente dos encontros na comunidade.

A liderança de Givânia é reconhecida e legitimada na comunidade e fora dela. Vejamos dois depoimentos: *Hoje, quem mais atua em Conceição das Crioulas é Givânia.* (Andreilino Mendes). E, ainda, (...) *Givânia foi a primeira pessoa a sair e conhecer a história dos negros. Ela participou de um encontro no Maranhão, onde tem um movimento negro também, e lá ela teve apoio deles e, daí para cá a luta não parou mais.* (Valdeci).

Não há exagero nos depoimentos. Se, enquanto morava em Conceição das Crioulas, Givânia protagonizou a cena política do movimento ali estabelecido, agora que está em Brasília, em espaços mais amplos, através dos cargos que ocupa: -subsecretária das comunidades tradicionais da Secretaria Especial de Promoção de Políticas da Igualdade Racial, durante a gestão de Matilde Ribeiro e, atualmente, coordenadora Geral de Regularização de Território Quilombola-INCRA, encaminha (pode encaminhar) as demandas dos quilombolas através de um diálogo mais próximo com o Estado. Essas atividades já lhe renderam também a indicação para o Prêmio Nobel da Paz, em 2005. Isso indica que os espaços políticos dos quilombolas de Conceição não são tão limitados assim.

Observe-se nesse caso, portanto, mais uma vez, a presença feminina, como expressão de liderança em Conceição das Crioulas.

Analisando a atuação política de Givânia e outras mulheres, na atualidade, e comparando-a com aquela exercida por Agostinha e suas antecessoras, percebe-se que existem diferenças significativas. Até porque, trata-se, hoje, de uma nova luta, que assume novas características, com dimensões mais amplas, dentro de uma sociedade que se transformou também com o passar do tempo. E, nesse percurso, as ações de homens e mulheres, ali, se transformaram. Em primeiro lugar, porque passaram a se perceber como negros e negras, rompendo, assim, com uma tradição secular, de negação da negritude por motivo de medo ou vergonha, enquanto hoje é motivo de orgulho; em segundo lugar, ao assim se perceberem, passaram a lutar por direitos específicos do povo negro. Então, Givânia, Aparecida Mendes, Márcia Jucilene, Maria Diva e Valdeci são mulheres completamente diferentes de Agostinha Cabocla, Mariana e outras, que viveram em outra época, que eram analfabetas, que não conheciam a importância política do exercício da cidadania (temas que tampouco entraram na pauta do seu tempo, ali) e, por isso, acabavam se deixando enganar pelos cabos eleitorais dos coronéis daquela época.

Dona Maria Antônia lembra de uma época em que ali se vivia uma completa ausência de *capital político*, em que não sabiam, sequer, em quem estavam votando: *A gente aqui era tão de um jeito, que quando a gente, da era qui eu cumecei a votar, cum dezóito ano, óxente! Mas era tão dum jeito, que eles, sabidão daqui, ingabelava a gente. Num tinha pobrema de possuir título não! Votava na foia, lá ia, votava, um votim, ninguém sabia quem era vereador, quem era juizó, nada, nada, nada... nem quem era qui tinha ganhado.*

Diferentemente daquela época descrita por Dona Maria Antônia, hoje, Conceição das Crioulas é uma comunidade que se diz politizada (e é reconhecida como tal), onde os habitantes, conforme mencionamos se organizam através de sindicatos e associações e da militância política partidária.

O sindicato rural ao qual os “quilombolas” estão ligados é o de Salgueiro. Como esse sindicato já teve à frente de sua diretoria pessoas de Conceição das Crioulas, pelos menos em duas gestões, a entidade tornou-se, também, grande colaboradora da organização do movimento negro daquela comunidade. Além do sindicato dos trabalhadores rurais, boa parte da população feminina de Conceição das Crioulas está ligada ao Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, uma entidade regional, com sede em Serra Talhada, a cem quilômetros de Salgueiro.

A participação na política local é outra dimensão da organização dessa comunidade, na atualidade. Nas eleições municipais, há sempre a participação de pessoas da comunidade na disputa por vagas na Câmara Municipal de Salgueiro e Givânia foi a pessoa que mais representou a comunidade, sendo candidata por três pleitos consecutivos: 1996, não foi eleita; 2.000, eleita com a segunda maior votação; 2004, reeleita. Sendo que deste último mandato Givânia se licenciou, em 2006, para assumir a subsecretaria da Secretaria Especial de Promoção de Políticas da Igualdade Racial. Em 2008, por divergências internas do partido ao qual é filiada- Partido dos Trabalhadores- PT – Givânia não registrou candidatura, permanecendo com suas atividades em Brasília. Conceição das Crioulas, hoje, está sem representação política na Câmara de Vereadores.

Mesmo com esse afastamento de Givânia da política partidária local, suas ações nos campos em que atua continuam sendo políticas. Suas palavras evidenciam uma história de luta muito complexa, motivada pelas contradições sociais que envolvem a si própria:

A nossa sociedade é movida por três grandes contradições: de classe, de raça e de gênero. E, eu carrego as três contradições; de ser mulher, de ser negra e de ser de classe social baixa. Ou seja, sou pobre, sou professora, filha de agricultor, enfim esse é todo o meu perfil. Uma das coisas que contribuiu para que eu conquistasse meu espaço, primeiro foi a autodeterminação que eu tenho tido e que eu vou encarar isso, e depois eu finjo que não escuto, finjo que não vejo. Se eu parasse para pensar no que as pessoas dizem, no que as pessoas imaginam, no que as pessoas querem que eu assimile, eu talvez não tivesse abraçado essas três bandeiras, que para mim são fundamentais. Então, eu vejo que a minha inserção no mundo da política, foi movida por uma das contradições que é a questão de classe. Essa é uma luta imediata, pra que a gente conseguisse um espaço mais igualitário, mais democrático. Ao me inserir nesse meio, eu vi, também, que não era só isso, nós éramos, também, um grupo que tinha características específicas e que isso estava sendo tratado de maneira diferente. Então, parto pra mais uma contradição que é discutir a questão racial, há uma primeira que é o homem, e a mulher negra. Embora os dois sejam discriminados, mas, mesmo o homem negro ainda tem tratamento diferenciado da mulher negra e, isso não é uma questão de Conceição das Crioulas ou do Brasil, mas, uma questão mundial.

As palavras de Givânia trazem um discurso ideológico que contempla outras questões, além dos direitos quilombolas e do movimento étnico cultural. É um discurso que se estende a outros problemas de abrangência nacional ou internacional como a democracia, as contradições de gênero, classe e etnia. É, também, esse ecletismo presente na luta de Givânia que faz de sua liderança, uma liderança diferente daquela exercida pelas suas antecessoras.

Não é surpreendente que diante da heterogeneidade que marca a composição da sua população, nem todos os habitantes de Conceição das Crioulas reconhecem o poder de liderança das mulheres; principalmente aqueles que não se consideram “quilombolas”, como o Senhor Manuel Leite, falecido há poucos anos, em entrevista que fiz com ele, em

2.000, no auge de seus 90 anos, falou o seguinte: (...) *nunca alcancei esse tempo de muié mandano aqui não. A orde é dos bome! Onde diabo é que muié governa nada? Então num tinba home nesse tempo? Eu acho que era assim mermo! Num vê falar nas crioulas? Então num tinba homem! Hoje as que quere mandar num dá certo.*

Essa situação parece não incomodar tanto aos homens da geração atual. Mesmo porque, no momento, eles se encontram tão somente numa posição de coadjuvantes do movimento. Isso torna-se visível a partir da observação da atuação dos senhores Virgínio, Andreino, João Alfredo, ou dos mais jovens: Antônio Mendes, Francisco Mendes, Adalmir José e outros.

A juventude quilombola, homens e mulheres, têm amplo espaço de atuação na Comissão de Juventude da AQCC. Segundo Antônio Mendes,

a participação dos jovens é maior durante os eventos. Mas é uma luta constante. Atualmente estamos lutando pela Rádio Comunitária, temos o grupo de teatro, o Projeto Crioula Vídeos¹¹⁷, temos lutas estratégicas, políticas,[....] A juventude tem que ta informada para ter argumentos. Há momento em que a contribuição da juventude é grande, mas há, também, momentos de morosidade e há sempre um que influencia os outros. E isso é positivo, há dez anos tínhamos orgulho de estar com um cigarro na mão , havia a plantação de erva (maconha), que era usada pelos jovens, isso está bastante mudado.

Um dos momentos mais expressivos da atuação jovem foi o *I Encontro de Jovens do Território Quilombola de Conceição das Crioulas*, realizado nos dias 28,29 e 30 de abril de 2006. O evento teve como tema central as “Políticas Públicas para a Juventude”. A partir dos debates realizados nas salas temáticas e oficinas, algumas propostas importantes foram aprovadas na plenária do encontro:

1. Realizar um momento em cada sítio de Conceição das Crioulas, para discutir sobre os temas debatidos e discutidos no I Encontro de Jovens do Território Quilombola de Conceição das Crioulas. E, ainda, encontros de socialização das idéias geradas no encontro;
2. Maior intercâmbio e trabalho conjunto dos jovens nos territórios quilombolas do Estado de Pernambuco;

¹¹⁷ O Crioulas Vídeo é uma equipe de produção de vídeo formada por jovens da comunidade. Este grupo surgiu em Abril de 2005, com uma oficina de vídeo com a duração de cinco dias, uma parceria entre o Centro de Cultura Luiz Freire e o grupo Identidades de Porto, Portugal. Teve como instrutores Tiago Assis, José Paiva e André Alves, todos do Identidades. Para a criação desse grupo foi feita uma escolha entre jovens da comunidade, foram escolhidos estes seis: Marta Adelaide, Adalmir José, Martinho Mendes, Francisco Mendes, Joseane de Oliveira e Reginaldo Antônio. Os mesmos participaram de todas as áreas da oficina, começando depois a se destacar em diferentes setores, constituindo assim a equipe do Crioulas Vídeo. Passando alguns meses este grupo foi ampliando tornando-se mais forte, entrando na equipe Jocilene, Jocicleide, Jociclécia e Cícero Mendes. Desde abril de 2005 produziu vários vídeos que constam na sua filmografia. Hoje, o acervo das Crioulas Vídeo tem 26 filmes, entre registros cotidianos (aniversários, casamentos) e seis documentários. Entre eles, há um vídeo de 11 minutos sobre o açude da cidade, um filme sobre a Serra das Princesas e um vídeo de 30 minutos que acompanha a construção de uma adutora no município. Esse foi feito profissionalmente, para o governo do Estado, em parceria com TV Viva, de Recife.

3. Trabalhar junto à escola na formação de mais jovens nos assuntos discutidos no encontro;
4. Momentos de estudos das Leis que favorecem os quilombolas. Mas fazer discussões dinâmicas e descontraídas;
5. Organizar e trazer o Encontro de Crianças Quilombolas (Quilombinhos) para Conceição das Crioulas, tornando também uma ação jovem para as crianças¹¹⁸.

A atuação da juventude nesses encontros indica que a política em Conceição das Crioulas se revela nas ações de pessoas de todas as idades. As propostas surgidas no encontro dos jovens apontam um desejo dessa juventude, certamente comum a todos os quilombolas, de que o movimento possa ser gradativamente ampliado, possibilitando, assim, a formação e conscientização política de toda a comunidade, inclusive das crianças. Analisando cuidadosamente o que propõe os itens acima podemos visualizar propostas muito complexas envolvendo questões tais como: formação política, intercâmbio, ação educativa, estudo da legislação e ação política para a infância. Considerando que a *Comissão de Juventude* é apenas uma ramificação da AQCC, pode-se perceber que o conjunto dessas ações compõem um movimento político bastante complexo, cheio de minuciosidades, exigindo muito esforço por parte do pesquisador no momento da análise.

Além da AQCC e as associações rurais, outro importante espaço de discussão política dos quilombolas é o *Jornal Crioulas: a voz da resistência*, fundado em 2003. Trata-se de uma publicação quadrimestral que tem por finalidade fazer a divulgação das realizações da comunidade, sua história, sua cultura e sua luta. O número 1 do referido jornal, datado de abril de 2003, traz um breve relato sobre a fundação da comunidade, as realizações da AQCC, ressalta a importância do ensino médio implantado nesse ano em Conceição e destaca a realização do *II Encontro das Comunidades quilombolas de Pernambuco*, que viria a se realizar nos dias 01,02 e 03 de maio de 2003, em Salgueiro, promovido pela AQCC.

Como o jornal se configura numa espécie de *porta voz* da luta política dos quilombolas, a questão da terra tem sido matéria constante de suas páginas. Na edição número 06, de dezembro de 2004, o destaque foi para a *Campanha Nacional de Regularização das Áreas quilombolas*, ocorrida no dia três de julho desse ano, no plenário do Congresso Nacional, da qual os quilombolas de Conceição das Crioulas participaram e o *Jornal Crioulas* assim destacou:

(...) o número de comunidades quilombolas é estimado em aproximadamente 4 mil, sendo que destas apenas menos de 800 são reconhecidas e 29 são tituladas (ainda com problemas), como é o caso de Conceição das Crioulas, em Salgueiro e Castainho, em Garanhuns.

¹¹⁸ Jornal Crioulas: a voz da resistência negra. Ano 4, nº 10- agosto de 2006- pág 5. O documento não especifica data para a realização das ações.

A campanha visa também denunciar o grau de exclusão em que vivem esses grupos, principalmente no tocante às políticas de saúde, educação, moradia, apoio às formas de geração de renda nesses territórios e a valorização da cultura quilombola.

Apesar da grande contribuição que o povo negro deu no processo de formação à sociedade brasileira, há um débito muito grande do estado brasileiro para com essa população¹¹⁹ mesmo com os avanços a partir da organização do movimento quilombola em nível nacional, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, Constituição Federal de 1988, o decreto presidencial 4887 de 20 de novembro de 2003, a Instrução Normativa de nº 16 do INCRA de março de 2004, pouca coisa foi feita na prática para diminuir as desigualdades sociais nesses territórios (...)

A matéria publicada no *Crioulas* evidencia algumas características do movimento quilombola de Conceição das Crioulas que merecem ser analisadas. Em primeiro lugar chamo a atenção para a presença da comunidade na campanha mencionada pelo jornal, indicando que o espaço de participação política desses quilombolas adquiriu uma dimensão nacional; em segundo, gostaria de refletir sobre o sentido dos trechos que grifei na matéria acima. A expressão “ainda com problemas”, colocada entre parênteses, visa chamar à atenção do leitor, e dos governantes, para o conflito territorial ali existente e ainda não solucionado por esses; a uma campanha voltada para a garantia do direito à terra foi acrescentada a denúncia da exclusão social e a luta por direitos de Cidadania: saúde, moradia e educação; na expressão há um débito muito grande do estado brasileiro para com essa população, percebe-se aí a força motriz do movimento negro brasileiro, e também de Conceição das Crioulas. É com esse discurso que os negros afrobrasileiros estão buscando mudar os rumos de sua história.

Mulheres e participação política

Conceição das Crioulas foi construída historicamente através das ações de mulheres fortes e guerreiras, das quais alguns nomes já foram aqui citados. A trajetória dessas mulheres, ao longo de 200 anos, está inscrita na luta pela sobrevivência e pela defesa do território que fora comprado por seus ancestrais – as “seis crioulas”. Entretanto, nos últimos vinte anos, a comunidade vem passando por um intenso processo de conscientização e politização que acabou recebendo a adesão dos homens, sem que as mulheres perdessem a sua hegemonia na liderança política.

Reconhecer que a comunidade de Conceição tem suas raízes fincadas na matrilinearidade, deve-se ao fato de que a maioria das pessoas engajadas no movimento sociopolítico quilombola se reconhece na tradição pautada por relações de parentesco

¹¹⁹ Grifos meus.

consangüíneo e, portanto, acredita ser descendente das “seis crioulas” - as fundadoras - e das outras mulheres que deixaram ali suas “marcas” na história. Assim, a luta pela terra, uma das maiores bandeiras do movimento, é construída com base nas representações sociais da história de luta de algumas mulheres. Entre elas, Agostinha Cabocla, que aparece como pertencente ao núcleo de descendência, a partir do qual constituem os elementos centrais do processo que vincula os quilombolas à terra, nas representações coletivas.

[...] Agostinha era mulher forte e dedicada na luta da comunidade. Sempre esteve ao lado de Antônio Adrelino (Totô) e Luiz Simão, viajando muitas vezes ao Recife, até Brasília para defender os direitos da comunidade. Era solteira e nunca teve filhos. Muito respeitada por todos(as), muito religiosa, sempre procurava dar conselhos aos mais jovens dizendo o melhor caminho a seguir, pois muitas coisas de ruim que poderia ter acontecido na comunidade, graças aos seus conselhos foram evitados¹²⁰.

[...] Agostinha Cabocla mulher corajosa e cheia de estratégias que lutou incansavelmente contra a invasão de nossas terras, inclusive para defender o documento (registro) de nossas terras, que devido ao seu grande valor era bastante perseguido pelos fazendeiros. Uma estratégia usada por ela para esconder o documento era colocá-los em cabaças e entregar a uma pessoa de sua confiança, porque ela sabia que se os invasores pegassem-no podia falsificá-lo ou até mesmo destruí-lo¹²¹.

O papel da mulher é assegurado na descendência. É "nelas que tudo começa": a fundação da comunidade (incluindo a compra da terra), a origem do nome, a defesa do território frente às “invasões” das quais resultaram expropriações; elas também estão presentes na execução e perpetuação de determinadas práticas ou atividades culturais como os ofícios de benzedeira e parteira e na produção de trabalhos artesanais. As mulheres que se dedicam a essas atividades dizem ter aprendido com suas mães ou avós.

Reportando-me ao passado, através das representações reproduzidas pelos narradores da história de Conceição, alusivas a mulheres que exerceram liderança naquela comunidade (principalmente das seis crioulas), faço também uma imagem de como seriam essas mulheres: percebo-as como mulheres fortes, determinadas e lutadoras. Mulheres que não estavam muito apegadas aos ideais da sociedade de sua época, a qual reservava à mulher apenas o direito à vida do lar, ao casamento e aos filhos como fruto dessa união. No entanto, o Senhor Antônio Adrelino Mendes, lembrando o que ouvira falar sobre as primeiras famílias que chegaram a Conceição das Crioulas, fala de uma mulher para quem os valores morais e padrões sociais do passado não tinham muita importância: *era*

¹²⁰ Jornal Crioulas: a voz da resistência. Ano 3, nº 8- agosto de 2005, pág 7

¹²¹ Jornal Crioulas: a voz da resistência. Ano 2, nº 6- dezembro de 2005, pág 7

*Chica Ferreira, foi uma das primeiras a chegar aqui, ela veio grávida de Ana Ferreira, o pai ninguém sabe quem é. Ana Ferreira depois se casou com Chico Gomes*¹²².

Observem-se, neste trecho, dois pontos significativos nessa perspectiva de análise em que se chama a atenção para o lugar de algumas mulheres na história de Conceição: em primeiro lugar, o nome do pai "ninguém sabe" e, em segundo lugar, a prevalência do sobrenome materno (de Ana), mesmo se tratando de uma mulher que se casou.

Sobre Romana, outra mulher apontada como pioneira na povoação de Conceição das Crioulas, o Senhor Antônio Andreolino Mendes fez a seguinte afirmação: *Romana se deitou com branco e com índio e teve filho em tudo quanto é lugar.*

Dona Isaura, que se identifica como “caboca”, mas também se reconhece como tendo uma ancestralidade negra, ao contar sua história, revela questões muito significativas: primeiro que ser negra em Conceição das Crioulas significa também estar aberta para assumir outras identidades, devido a proximidade com as aldeias indígenas da região; segundo que suas ancestrais indígenas (o caso de sua avó) foram vítimas de agressão e submissão do machismo predominante no passado. No entanto, assim como Romana e Chica Ferreira, dona Isaura também desafiou os padrões sociais tornando-se mãe solteira e depois unindo-se a um homem sem o casamento, uma instituição muito valorizada até bem pouco tempo no sertão nordestino; também revela-se uma pessoa que, na juventude, divertia-se e era feliz.

[...] Eu nasci no dia 11 de agosto de 1917, faça a conta. Nunca fui casada, tive um fio de um homem ele era da família Carvalho e depois me juntei com outros. Tive muito fio mas Deus tirou, ficou só quatro, minha fia que é dona dessa casa, que o marido deixou e eu vivo com ela, outro que mora em Serra Talhada e outros que foram embora pra São Paulo e nunca mais tive notícia [chora ao lembrar dos filhos]. Conceição das Crioulas tem esse nome porque era das crioulas, por que tinha era índio, aqui era dos índios. Eu sou fia, que minha vó era caboca, caboca braba foi pegada a dente de cachorro que ela dichí [disse] assim, ó meus fios eu só casei com seu pai porque me botaram os cachorro, mas se não fosse eu não tinha casado, minha mãe nem era daqui era de um lugar chamado Chabiuncá num sei onde fica, meu pai era daqui... Minha mãe era caboca do cabelo escorrido que fazia gosto... Eu trabaiava na roça, a vida nossa era na roça, fazia saco, fazia esteira, fazia tudo... Antigamente era 9 noite de novena e nós dançava a noite todinha [risos], tinha o baile dos negros e bailes dos brancos, mas eu dançava no que tivesse mió [melhor] naquele que tinha pessoas.... [risos deixando entender que eram pessoas que lhe interessavam]¹²³

¹²² Depoimento do Senhor Antônio Andreolino Mendes, prestado ao Projeto Comunidades Quilombolas, da UFPE/FACEPE - 1997.

¹²³ Depoimento citado por Maria Aparecida de Oliveira Souza. In: SOUZA, Maria Aparecida Oliveira. AS MULHERES, A COMUNIDADE DE CONCEIÇÃO E SUAS LUTAS: as histórias escritas no feminino-Dissertação de mestrado. Brasília, UNB: 2007(mimeo).

Esses fatos não indicam, no entanto, que essas mulheres desafiadoras de padrões sociais do seu tempo, e guerreiras na defesa de seu território tivessem implícita na sua luta qualquer ideologia feminista ou coisa do gênero. A análise que faço, a partir das representações dos informantes, sobre as mulheres que lideraram no passado, é que estas defendiam os direitos de um grupo que tinha o seu território ameaçado por "pessoas vindas de fora", não se constituindo, naquele momento nenhum movimento feminista, com os significados impressos, por exemplo, às experiências de movimentos de mulheres, na sociedade brasileira dos últimos vinte anos.

No final da década de 1980, os ideais defendidos pelo movimento negro em geral, começaram a penetrar na comunidade e a provocar transformações na forma de ver o mundo ou no pensamento de negras e negros em Conceição das Crioulas. Nesse momento, aqueles que tradicionalmente já lutavam pela recuperação da terra das crioulas, suas antepassadas, alegando ser um direito de herança seu, passaram a entender que de qualquer forma, a terra lhes pertencia, pois eram descendentes daquelas crioulas que provavelmente eram escravas fugitivas, o que lhes abria a possibilidade de serem classificados como comunidade quilombola, e como tal, o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal lhes assegurava o direito à posse da terra.

A comunidade começou a passar por intensas inquietações que vieram provocar grandes transformações no modo de pensar daquela gente. Assim, começou-se a se estruturar uma nova luta em defesa da propriedade da terra. Uma luta que passou a contemplar a valorização do "ser negro", em um contexto, até então, extremamente adverso e, muitas vezes hostil, a essa condição; iniciava-se, assim, a construção de uma identidade negra, processo em meio ao qual surgia também a necessidade de se estabelecer a quem seria, ou não, conferida a identidade de quilombola. Desse modo, fatos antes negados, como a descendência de negros escravos, passaram a ser valorizados por aqueles que, dentro de um processo de conscientização, aos poucos, iam se identificando como quilombolas, dando, assim, legitimidade ao movimento.

Esse movimento foi se espalhando, gradativamente, pela vila e pelos vários "sítios" que, no conjunto formam como afirmei inicialmente, aquilo que se conhece como área quilombola de Conceição das Crioulas. Foi construindo-se, ali, a comunidade e se distinguindo como grupo étnico. Negras e negros, na maioria jovens, começaram a participar das discussões, a mudar seu pensamento e, como eles mesmos afirmam, a "aceitar melhor sua negritude".

Esse momento de “aceitação” se impõe a um longo passado de “negação”, segundo os quilombolas motivada pela discriminação sofrida pela comunidade:

Durante muito tempo, o povo da comunidade quilombola de Conceição das Crioulas foi discriminado e boa parte manipulado pelos ditos “poderosos”, os brancos. Foram mais de dois séculos de dominação e negação da história de um povo que resistiu a diversas formas de violência e agressão.

Desde de muito cedo fomos ensinados a negar a nossa cor e nos aceitar como “moreninhos”, escondendo nossas raízes ancestrais. Tudo isso porque ser negro era feio, era sinônimo de escravidão. E quem quer ser feio? Escravo¹²⁴? [.....]

Obviamente, desses encontros poderiam surgir lideranças tanto masculinas como femininas. Mas, “por coincidência”, ou para não fugir à tradição, o comando dessa nova luta – pelo menos a princípio- foi delegado a uma mulher, a professora Givânia Maria da Silva. Nesse movimento a participação dos homens é bastante significativa. Pode-se citar, por exemplo, Andreilino Mendes, João Alfredo, Antônio Mendes, como os mais atuantes; portanto, não são omissos. Entretanto, Givânia é sempre lembrada não só como iniciadora do movimento quilombola, mas por sua trajetória de vida e participação na política:

Givânia foi a primeira mulher de Conceição das Crioulas a ter curso superior e envolver-se diretamente na política partidária. Por indicação das lideranças da comunidade, foi candidata a vereadora, sendo eleita duas vezes consecutivas. Ela também é integrante da CONAQ (Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas). Através de sua atuação , tem conseguido divulgar a causa quilombola em todo país , bem como sensibilizar os governos (municipal, estadual e federal) e ONG´s de todo Brasil a investirem da comunidade¹²⁵.

Conforme afirmei anteriormente, Givânia está morando em Brasília mas a luta política na comunidade de Conceição das Crioulas conta com a atuação de outras lideranças masculinas e femininas; entre as últimas se destacam: Aparecida Mendes, Márcia Jucilene, Maria Diva e outras. Na impossibilidade de analisar aqui o perfil pessoal e político de todas essas mulheres, refiro-me apenas à primeira – Aparecida Mendes-, que ocupa o mais importante cargo político da comunidade: a coordenação da AQCC. O quilombola Raimundo Antônio da Silva reconhece o poder político das mulheres e identifica em Aparecida Mendes certa hegemonia em relação às outras: *Nas reuniões as mulheres sempre estão na frente. Basta dizer que tem uma mulher em Conceição, como Lia (Aparecida Mendes), por exemplo, que pra falar com ela é a coisa mais difícil do mundo, porque ela vive viajando. Eu considero isso importante, porque se as mulheres não fizessem isso o movimento ia abaixo, porque os homens não se envolvem muito.*

¹²⁴ Jornal Crioulas: a voz da resistência. Ano 1, nº 3 novembro de 2003, p. 8.

¹²⁵ Jornal Crioulas: a voz da resistência. Ano 3, nº 8- agosto de 2005, pág 7

Para esse quilombola, a participação das mulheres quilombolas nas atividades políticas é bem superior à dos homens, nos sindicatos rurais hoje atinge cerca de 70% das filiações. Esta situação parece não incomodar o agricultor, que também reconhece a fragilidade da participação masculina no movimento quilombola.

A história de luta de Aparecida, ao que me parece, faz parte de uma tradição familiar. Seu discurso revela não só o carinho que tem pela sua avó Firmiana, conhecida por Ana Belo, de 85 anos, como também a influência que recebeu dela:

[...] Ana Belo é minha vó, a minha vizinha querida e ela é uma pessoa insistente nas coisas que faz, é uma pessoa assim, com quem me inspiro para lutar, geralmente quando estamos quase fraquejando é uma das pessoas que a gente procura pra conversar e pra se fortalecer e, apesar dela ter 85 anos e saber que a luta não é fácil, ela nunca desestimula, ela tá sempre nos incentivando a ir à frente apesar das dificuldades.

Aparecida, portanto, valoriza a importância do debate político e critica a forma como as comunidades quilombolas estão sendo tratadas pelo governo, a partir de ações vindas “de fora para dentro”, dentro de um processo que ela denomina de “nova política de reconhecimento”.

[...] é uma nova política que tá acontecendo com os grupos, que é uma inquietação. Que, ao invés das comunidades estarem se autoreconhecendo, o governo chega lá e reconhece sem discussão e já chega com o chamado benefício, mas a gente imagina que por trás desse benefício tem um interesse, a comunidade tava um pouco inquieta com essa questão, porque o reconhecimento não partiu da própria comunidade e sim do governo¹²⁶.

Analisado de forma superficial esse discurso parece contraditório, pois é na luta por reconhecimento e defesa dos direitos que o movimento se constrói politicamente. Entretanto,

A nova “política de reconhecimento” é na verdade um grande problema para a comunidade de Conceição das Crioulas que durante séculos viveu naquele território preservando seus laços de parentesco, suas relações familiares, seus valores e suas singularidades, provavelmente por conta de sua pouca visibilidade. No momento em que há uma exigência de se tornar mais visível, de se mostrar mais para ser reconhecida como “remanescente de quilombos”, de enquadrar-se sobre tal identidade, é compreensível a inquietação provocada por essa política de reconhecimento. Atender a exigência de uma nova ordem torna-se uma necessidade, pois só assim será possível ter acesso aos benefícios oferecidos pelo governo. Dizer que a nova política gerou inquietação chega até ser uma análise condescendente, pois, na verdade, na verdade, isso é uma grande violência praticada contra a comunidade quando esta é forçada a se ver e ser vista sob uma identidade única para conseguir os poucos benefícios que o Estado oferece. Talvez por isso ocorra na comunidade o ecoar de vozes se auto-denominando sob as mais variadas “marcas”; são as marcas simbólicas encontradas para definir o

¹²⁶ Depoimento citado por Maria Aparecida de Oliveira Souza. In: SOUZA, Maria Aparecida Oliveira. AS MULHERES, A COMUNIDADE DE CONCEIÇÃO E SUAS LUTAS: as histórias escritas no feminino-Dissertação de mestrado. Brasília, UNB: 2007(mimeo).

sentido de pertença que são interpeladas nesse momento de impasse (Souza, 2007: 74).

A participação diferenciada de algumas pessoas – principalmente de mulheres como Givânia e Aparecida – no processo de organização política pode ser compreendida com maior clareza associando-se, por exemplo, histórias e biografias. Refiro-me, a princípio, a Givânia que, não por acaso, se tornou uma liderança. Conforme referência anterior nasceu em Conceição, viveu ali sua infância e adolescência, transferindo-se posteriormente para a cidade de Salgueiro, deu continuidade aos seus estudos. Formou-se em Letras, em 1994, e, na sua trajetória de vida, nesse outro contexto, engajou-se em movimentos e organizações como: inserção em atividades sindicais, militância política no Partido dos Trabalhadores (PT), atuação no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e no Movimento Negro Unificado, ocupando hoje cargos importantes no Governo Federal. Tudo isso, sem se desligar de Conceição das Crioulas, e semeando ali, os ideais defendidos por esses movimentos.

Essa liderança de Givânia pode ser analisada de diversas maneiras: a sua capacidade de comunicação que lhe revela como "liderança nata", a sua formação educacional (primeira pessoa da comunidade a ingressar num curso superior) e a sua inserção nos movimentos já mencionados que lhe dão subsídios para discutir os problemas sociais brasileiros, também vividos pela comunidade de Conceição das Crioulas.

Desse modo, a atuação de Givânia, bem como de outros membros da comunidade foi fundamental para o despertar desse movimento social de luta pela terra, pelos direitos e valores étnicos e culturais em Conceição das Crioulas. E é dentro dessa luta que se efetiva a liderança de Givânia e de outras mulheres, reafirmando, assim, uma tradição de mais de duzentos anos: "O poder da mulher negra em Conceição das Crioulas."

Não ainda com a mesma visibilidade de Givânia, Aparecida Mendes também vem se revelando uma liderança excepcional. Na qualidade de coordenadora da AQQC, ela é no momento a mulher com maior poder político em Conceição das Crioulas. Praticamente analfabeta até a idade adulta, a exemplo de outras brasileiras, Aparecida retornou a escola depois de casada e com filhos já crescidos. Hoje é estudante do Curso de Licenciatura em História da Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central de Pernambuco – FACHUSC, em Salgueiro, onde não desperdiça uma oportunidade de abrir um debate acerca da questão quilombola. Ali ela encontra muitos interlocutores, uns contra outros a favor, mas o que importa para ela é o caráter político da discussão.

Esse perfil político de Aparecida já trouxe muitos dividendos políticos para Conceição das Crioulas, pois boa parte dos direitos conquistados por essa comunidade veio graças aos seus esforços. Mas, também, já lhe rendeu muitos conflitos e ameaças, não só para ela, mas também para sua família e outros quilombolas, principalmente quando se trata da luta pela terra. Conforme trecho da notícia a seguir, que veiculou nos principais jornais de Pernambuco e na internet:

No dia 04 de dezembro de 2004, Sr. Simão Gonçalves dos Santos (Simão David) esteve na residência da Coordenadora Executiva da AQCC, Sra. Maria Aparecida Mendes Silva, a procura do Sr. João Francisco Mendes, pai de Maria Aparecida. Como não o encontrou, falou em tom agressivo para a Coordenadora Executiva da AQCC e para o Sr. Andreino Antonio Mendes, também liderança da comunidade que: se tiver parte do terreno dele demarcado dentro da área, as lideranças não continuariam vivas para trabalhar na terra.

As ameaças foram formalizadas junto a Polícia Federal de Salgueiro no dia 07 de dezembro, em nome da Associação Quilombola de Conceição das Crioulas, e na Polícia Civil no dia 15 de dezembro.

As ameaças continuaram na madrugada do dia 11/12/2004 para o dia 12/12/2004, por volta de 00:40h, quando a sede da Associação Quilombola de Conceição das Crioulas foi queimada. Sabe-se que dentre os alvos, Maria Aparecida Mendes Silva e Givânia Maria da Silva são as primeiras da lista. No entanto, hoje já somam mais de 15 pessoas que correm risco de vida¹²⁷.

Os fatos relatados na notícia indicam o grau de tensão estabelecido entre, de um lado, quilombolas que defendem o acesso à terra como um direito quilombola e, de outro, fazendeiros que não reconhecem a legitimidade desse direito nem estão dispostos a abrir mão pacificamente de suas propriedades. E, nesse embate, as mulheres, como são politicamente ativas não são poupadas.

Conclusão

Neste trabalho, procurei analisar a história da população negra de Conceição das Crioulas, dando ênfase às ações políticas das mulheres na luta pela posse das terras que ocupam e pela construção de uma identidade étnica e cultural.

Contam os mais velhos que Conceição das Crioulas foi fundada no "tempo dos reis". Para os mais jovens, principalmente os envolvidos na atual luta pela posse da terra, esse "tempo dos reis" corresponde ao final do século XVIII.

¹²⁷ Disponível em:

<http://www.cedefes.org.br/new/index.php?conteudo=materias/index&secao=3&tema=31&materia=2267>.

Acessado em 11/09/09.

A construção de representações desse período, por parte da comunidade, tem como marco referencial a suposta existência de um documento datado de 1802, mencionado insistentemente pelos "antigos", que diziam os já falecidos e dizem outros, hoje, tratar-se da escritura das terras compradas pelas seis crioulas "no tempo dos reis". Ainda de acordo com essa tradição oral, as crioulas teriam pago essa compra com o seu próprio trabalho, isto é, fiando algodão para vender: *Pagaro a terra fiano; fiano e indo vender em Flores, caminhando de a pé até chegar lá (...) elas pagaro essa terra depois de paga o rei mandou escriturar; isso foi em 1802; quem fez a escritura foi Pedro José Delgado, escrivão da Torre*¹²⁸.

Ainda de acordo com a memória oral, faz parte da história de Conceição das Crioulas a luta tradicional da mulher pela posse da terra e em defesa do povo negro. A partir do que contam os "quilombolas", podemos dizer que a atuação feminina aparece notadamente nos seguintes momentos: "no tempo dos reis", quando as seis crioulas lutaram para comprar a terra; num segundo momento, que vai da década de 1950 até o final dos anos 1980, marcado pela luta de Agostinha Caboclo para recuperar para si e para os seus "parentes" as terras que lhes haviam tomado os "fazendeiros brancos"; num terceiro momento, através do movimento em curso, iniciado no final da década de 1980, em que aparece as figuras de Givânia Maria da Silva, Aparecida Mendes e outras como as principais articuladoras da luta pelo reconhecimento da comunidade como quilombola.

Neste trabalho, no entanto, analiso, de forma específica, o último momento da história de Conceição das Crioulas, encontrando ali toda uma gama de elementos que evidencia a complexidade desse movimento. Nesse sentido, enfatizo a organização dos negros quilombolas na luta pela posse da terra; associada a ela, a construção de uma história de Conceição, contada a partir da memória oral – narrativas dos "antigos" – da qual os habitantes se apropriam para reforçar a sua condição de "quilombola". Assim, por esse caminho, ocorre, simultaneamente, a construção de uma identidade étnica do grupo, através da conscientização/ auto-conscientização da aceitação de sua negritude, da apropriação de elementos significativos da cultura afro-brasileira como: vestimentas, adornos, danças, cânticos e religião; demarcação das fronteiras territoriais e sociais entre este e os demais grupos étnicos.

A todo esse movimento, acrescentam-se, ainda, os conflitos gerados entre os "negros" e os "brancos" e, ao que me parece em menores proporções, envolvendo também "índios", na disputa pela terra; além da dificuldade de se estabelecerem fronteiras bem precisas entre esses grupos.

¹²⁸ Depoimento de Antônio Andreilino Mendes, em entrevista feita pelo jornalista Adécio Vasconcelos para o Programa "Campo Livre", TV local.

Referências bibliográficas

1. BARTH, Fredrik. In: Poutignat, Philippe. Teorias da etnicidade. Seguindo de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth/Philippe Poutignat, Jocelyne Streiff-Fenart. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
2. BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: T.A. Queiroz, 1983.
3. BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertando Brasil, 2.000.
4. CALMON, Pedro. História da Casa da Torre. IN: ANDRADE, Fábio Bezerra e SILVA JÚNIOR, José Alfredo. Comunidades Remanescentes de Quilombos no Interior de Pernambuco. Recife: UFPE, 1997.
5. ELIADE, Mircea. Mito e realidade. São Paulo: Perspectiva, 1991.
6. _____. Mito do eterno retorno. São Paulo: Mercury, 1992.
7. FUNES, Eurípedes Antônio. "Nasci nas matas, nunca tive senhor": história e memória dos Mocambos do Baixo Amazonas. Tese de Doutorado. São Paulo, USP, 1995 (mimeo).
8. GUSMÃO, Neusa M. Mendes de. TERRA DE PRETOS, TERRA DE MULHERES: terra, mulher e raça num bairro rural negro. Ministério da Cultura/FCP, 1995.
9. LEITE, Maria Jorge dos Santos. CONCEIÇÃO DAS CRIOULAS: terra, mulher e identidade étnica no sertão de Pernambuco. Dissertação de mestrado. Fortaleza: UFC, 2001(mimeo).
10. MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.
11. MEDEIROS, Bartolomeu Figueirôa e ALBUQUERQUE, Mabel Ann Black de (organizadores). Comunidades remanescentes de quilombos no interior de Pernambuco. Recife: UFPE, 1997.
12. MEIHY, José Carlos Sebe Bom e HOLANDA Fabíola. História Oral: como fazer como pensar. São Paulo:, 2007
13. O'DWYER, Eliane Cantarino (org). Terra de quilombos. ABA. Impressão DECANIA CFCH/UFRJ, 1995.
14. OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Identidade etnia e estrutura social. São Paulo: Pioneira, 1976.
15. POUTIGNAT, Philippe. Teorias da Etnicidade. Seguindo de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth e outros. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
16. REIS, Elisa (org). Política e cultura: visões do passado e perspectivas contemporâneas. São Paulo: Hucitec, 1996.
17. REIS, João José e Gomes, Flávio dos Santos (organizadores). Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
18. SALES, Celecina de Maria Veras e outras. Feminismo: memória e história. Fortaleza: Edições UFC, 2.000.
19. SCOTT, Joan. Gender: a useful category of historical analysis. In: Gender and politics of History. Nova Iorque: Columbia University Press, 1991.
20. SOUZA, Vânia Rocha Fialho de Paiva (antropóloga responsável). Projeto mapeamento e identificação das áreas remanescentes de quilombos (Conceição das Crioulas). Recife: FCP/UFAL,1998.
21. SOUZA, Maria Aparecida Oliveira. AS MULHERES, A COMUNIDADE DE CONCEIÇÃO E SUAS LUTAS: as histórias escritas no feminino- Dissertação de mestrado. Brasília, UNB: 2007 (mimeo).
22. WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; revisão técnica de Gabriel Cohn, 3ª edição, Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1994.

Ensaio & Debates

História da África: ética e ciência.

Muryatan Santana Barbosa¹²⁹

A pesquisa e o ensino de História da África passam por um momento de consolidação acadêmica e institucional no Brasil. Vários são os cursos e as disciplinas que difundem um conhecimento introdutório sobre o assunto. Estes, sem dúvida, trarão frutos positivos para a ciência histórica e, mais importante, para o crescimento de um espírito anti-racista entre as novas gerações. Por esta práxis, esta área tem ganhado muitos jovens adeptos.

É justamente neste momento, entretanto, que os estudos sobre históricos sobre África necessitam estar atentos aos fundamentos críticos da sua prática, para que esta energia renovadora não seja desencaminhada, seja por um ativismo anti-intelectual, seja pelo academicismo formalizador. Afinal, o que a História da África no Brasil será num futuro próximo será conseqüência do que está sendo consolidado hoje, enquanto conhecimento histórico, compromisso político e institucionalização acadêmica.

Por estes e outros motivos, faz-se necessário pensar quais as questões que se fazem necessárias destacar nesta formação dos estudos históricos sobre o tema. Este ensaio aponta nesta direção, dando ênfase ao contexto brasileiro; sem, com isto, propor-se como a verdade única ou definitiva sobre o assunto. Neste sentido, se elencou aqui algumas questões éticas e científicas que, em nossa opinião, devem guiar a discussão teórico-metodológica sobre a história da África. Como toda ciência se constrói sobre valores éticos, este ensaio começa pela discussão destes, para depois abordar a problemática historiográfica e científica.

1. **Anti-racismo:** a história da África se constituiu, como disciplina acadêmica, como um saber inserido nas lutas anti-coloniais e antirracistas. Esta é a premissa fundamental da disciplina, que não pode ser perdida. Daí advém sua força acadêmica, assim como sua legitimidade política. Se a história da África se afastar desta característica fundante, ela gradualmente tornar-se-á mais um saber vazio e formalizador, como outros.

¹²⁹Professor universitário, mestre em Sociologia e doutorando em História da África pela FFLCH/USP. É membro do NEACP (Núcleo de Estudos sobre África, Colonialidade e Cultura Política) e editor da *Sankofa: revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana*. Foi Pesquisador Visitante do AAAS da Universidade de Harvard (2010). E-mail para contatos: murybarbosa@hotmail.com

Para se adequar a este pressuposto, entretanto, os historiadores de África têm que estar atentos às especificidades do racismo que ele pretende combater. Isto porque, embora todos tenham o mesmo objetivo, os racismos são de diferentes conteúdos e formas, de acordo com sua gênese social e contexto histórico. É por isto que cabe ao historiador de África estudar e se atualizar das discussões acerca das questões étnico-raciais de sua sociedade e do mundo contemporâneo. Afinal, querendo ou não, sua disciplina esta inserida em uma luta anti-racista mais ampla, sobre a qual o historiador terá que se posicionar. É por esta razão que, para ser um bom historiador de África, não basta ser um bom pesquisador. É preciso ser um intelectual de fato, atento para o contexto e o modo como o seu saber será socializado.

Para um historiador brasileiro de história da África, este posicionamento implica algumas considerações sobre o assunto, ainda que sumárias. A força ideológica do racismo brasileiro, que é histórica e intelectualmente ligado ao ideal de branqueamento e a miscigenação, está em ter dado um lugar próprio ao negro e ao indígena no imaginário nacional: a cultura popular. O gênio de G. Freyre foi teorizado isto com maestria. Por isto, no senso comum do brasileiro é que, enquanto que o português (assim como os demais imigrantes europeus e asiáticos posteriores) teria contribuído com a civilização, os negros e os indígenas teriam contribuído com a cultura popular. Daí a dificuldade do multiculturalismo se impor no Brasil, como ruptura epistemológica. Afinal, ele é sempre interpretado com mera reprodução do velho pluralismo cultural, de origem antropológica.

É preciso ter clareza que este é o inimigo a combater. Para não jogar água neste moinho, a história da África, no Brasil, tem que se formar para além de narrativas culturalistas sobre o africano e o negro brasileiro. Mais do que a cultura, é preciso, pois, mostrar o caráter civilizatório da presença do negro. Sobretudo, em relação a categoria trabalho, essência de toda práxis humana. Creio que assim a história da África poderia contribuir melhor para a superação do racismo à brasileira. Trata-se, em outras palavras, de definir esta civilidade em termos que abarquem o que usualmente se chama “cultura africana” (enquanto um tipo de espiritualidade), mas que não se limite a ela. Esta me parece uma particularidade importante para a história da África no Brasil.

2. **Ênfase na historiografia africana:** a história da África vem se formando internacionalmente, no mundo acadêmico, como uma disciplina que pudesse prescindir do ponto de vista da intelectualidade africana sobre a sua própria história. Ninguém confessa isto em público, mas é o que se está, muitas vezes, sendo realizado na prática da pesquisa acadêmica na Europa e nos E.U.A. Por isto, os autores africanos, quando são citados, o são na qualidade de realizadores de pesquisas empíricas, enquanto que os europeus e estadunidenses se colocam como aqueles responsáveis pelas sínteses gerais. Trata-se de uma perversa divisão do trabalho intelectual. Por certo, alguém poderia afirmar que este é um fato sociológico “normal”. Afinal, há uma grande desigualdade de status e qualificação acadêmica no plano internacional, entre os países africanos e, por exemplo, e outros da Europa Ocidental, como França ou Inglaterra. Ocorre, entretanto, que a aceitação complacente deste fato é, em verdade, algo imoral e anti-ético, pois não é verdade que nos intelectuais nada poderíamos fazer em relação a isto. Pelo contrário, compactuar é acomodar-se a uma postura colonialista, que é uma das razões desta subalternização dos autores africanos. Só esta postura explica a crença que se poderia compreender uma realidade sócio-histórica, ignorando a experiência existencial e o corpus intelectual construído pelos indivíduos que ali vivem ou viveram. Se ninguém faz isto com a França ou o Brasil, porque dever-se-ia aceitar que isto ocorresse com os países africanos?

No Brasil, este fato também é contumaz. Aqui, entretanto, tem-se uma justificativa bibliográfica, visto que as editoras nacionais têm preferido publicar livros de pesquisadores europeus ou estadunidenses sobre história da África, em vez de livros de autores africanos. Publicou-se, por exemplo, livros interessantes como os de Paul Lovejoy (*A escravidão na África*), Roland Oliver (*A experiência africana*), John Thorthorn (*A África e o mundo atlântico*). Mas, salvo melhor juízo, a excessão de Elikia M´Bokolo (*África Negra*), Hampaté Bâ (*Amkoullel, o menino fula*) e Joseph Ki-Zerbo (*Para quando África?*) não existe nenhuma publicação, por uma editora brasileira, de livros de autores africanos primordiais para a construção da história da África, como Cheikh Anta Diop, T. Obenga, Bethwell Ogot, A. Ajayi, A. W. Andah, D. T. Niani, Ali Mazrui, J. Inikori e A. Boahen. Ou melhor, a única bibliografia existente são os artigos da portentosa *História Geral da África* (UNESCO), que só recentemente teve seus oito volumes publicados em português. É muito pouco.

Para reverter esta situação, cabe uma decisão ética dos intelectuais nacionais. Isto implica duas coisas. Buscar por conta própria esta tradição historiográfica africana. E, secundariamente, promover (ou pressionar) à publicação, em português, de alguns clássicos desta bibliografia, essenciais para se compreender a realidade sócio-histórica do continente. Isto é um pressuposto ético e científico.

Estes dois postulados cobrem, grosso modo, as características éticas de uma história da África, em nível internacional. Mas destes se procurou enfatizar alguns aspectos que dizem respeito à História da África no Brasil. Existem outras questões, entretanto, que não dizem respeito aos princípios éticos desta disciplina, mas científicos, desde sua pertença ao campo historiográfico. Desde tal perspectiva, cita-se mais três postulados que me parecem fundamentais à formação da disciplina. Mais uma vez, dar-se-á ênfase ao contexto desta no Brasil.

1. **Verdade histórica:** Não se discutirá, neste ensaio, sobre o caráter científico da historiografia, como campo específico do conhecimento. Nossa posição é que a cientificidade da historiografia não é um *a priori* lógico, mas uma possibilidade. Quanto mais a historiografia se aproxima de um determinado padrão científico humanístico, utilizando-se, para isto, de métodos, argumentação racional e trabalho empírico, mais científica ela tenderá a ser. Isto, evidentemente, não a isenta de erros. Mas a caracteriza como um saber específico, construído na busca da verdade histórica. Ou melhor, daquilo que, em cada geração, tem-se por verdade na história, até que se prove sua falseabilidade.

É importante perceber que este padrão de cientificidade histórica - composto de método, trabalho empírico e argumentação racional - foi o padrão corrente da historiografia sobre a África em sua formação disciplinar, na segunda metade do século XX. Isto se comprova pelo fato de não se conhecer, salvo melhor juízo, nenhum historiador importante de África, que tenha abandonado a normatização científica como ideal regulador de seu trabalho. Isto vale inclusive para as polêmicas correntes desta historiografia. Tais polêmicas, quando bem encaminhadas, giram em torno do quanto um historiador específico (ou uma corrente), na busca de comprovar suas hipóteses, desvirtuou o padrão de cientificidade, que ele próprio dizia seguir.

Estes dois fatos mostram que, nesta especialização, a ciência ainda é um ideal regulador, independente das divergências que se tenha em torno do seu estatuto. Há, ali, pois, um entendimento tácito de que mesmo as questões políticas e ideológicas mais candentes da sociedade, deveriam ser resolvidas dentro da argumentação e comprovação científica. Este é, sem dúvida, um ganho desta disciplina, especialmente em tempos de domínio pós-moderno no trabalho acadêmico.

Esta tradição de cientificidade continua sendo seguida no Brasil. Aqui, entretanto, tem-se um problema marcante para sua realização, cada vez mais disseminado também nos países europeus e norte-americanos. Este problema é a dificuldade de realização de pesquisas empíricas sobre a história do continente africano. A razão mais vidente para isto é a falta de recursos. Todavia, enquanto não se suplantar tais dificuldades, faz-se necessário que os historiadores brasileiros se qualifiquem para trabalhar no plano teórico. Afinal, se alguém quiser, de fato, pesquisar a África (e não a história dos colonizadores em África), as fontes primárias dificilmente estarão ao nosso dispor, em curto prazo. Tal fato não nega o trabalho historiográfico aqui realizado, mas coloca problemas específicos a serem respondidos. Aceitar este desafio é melhor do que falsear a pesquisa, atribuindo como fontes primárias pesquisas alheias, geralmente, realizadas por historiadores africanos.

2. **História pós-eurocêntrica:** a disciplina de História da África é favorecida, em sua jovialidade, por ter-se estabelecido em uma época em que as ciências humanas começavam a se despir de suas prerrogativas eurocêntricas, enraizadas em sua formação. Neste particular, inclusive, creio que historiadores de África tiveram um papel decisivo, ainda pouco reconhecido.

Continuar neste caminho, entretanto, talvez implique em radicalizar os caminhos abertos por esta geração formadora, do pós-guerra. Algo que possibilita a crítica a certo viés evolucionista que, por vezes, acompanhou alguns autores clássicos da disciplina. Aí incluindo principalmente alguns autores africanos que, por vezes, viam no Estado e a Nação aparecem como *ethos* teleológico de investigação histórica (Neale, 1982).

Isto é possível porque esta crítica do evolucionismo pode ser embasada em diversas filiações teóricas, dentro e fora da tradição acadêmica européia. Em verdade, o fato deste debate já estar em curso, ajudou a projetar uma desconfiança prudente de termos antes inquestionáveis, como progresso, civilização e modernidade. Aí, entretanto, penso que mais vale à re-significação conceitual do que a desconstrução. Neste sentido, cabe repensar quais os valores adequados que representariam hoje os ideais de Bom e Belo que estão engendrados netas categorias. Por exemplo, não é Belo e Bom que uma sociedade específica, historicamente datada, consiga valorizar o bem estar de sua população, sem que isto implique exploração (direta ou indireta) de povos alheios? Sendo, assim, por que não estudar, por exemplo, em sociedades particulares, a possível existência de um modo civilizado de vida comunal ou de relação econômica - mais voltado para a pacificação social, do que para a exploração de classe? Estas são o tipo de questões que podem nortear o trabalho intelectual. Trata-se, pois, de pensar as perguntas adequadas a serem respondidas. Afinal, o passado sempre será algo em aberto.

No Brasil tem-se atualmente uma estranha ojeriza acerca desta discussão, que se difunde internacionalmente a partir de tradições diversas: pós-colonialismo, Estudos Subalternos, teorias do Sistema-Mundo, etc. Neste particular, as linhas investigativas centradas na relação histórica entre Brasil (América Portuguesa) e África, buscam inovar. Vale lembrar também que, por aqui, se tem pioneiros na crítica teórico-metodológica ao eurocentrismo, como o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos (*Redução sociológica*, 1958). Mas ainda é muito pouco, perto do que poderia ser feito. A área de História Antiga no Brasil, por exemplo, é sabidamente eurocêntrica, em sua obsessão greco-romana enquanto origem da chamada “civilização ocidental”. Não cabe aqui pensar o porquê deste fato. Todavia, para uma história da África ainda embrionária, em que a tradição não pesa, poder-se-ia realizar um dialogo maior com este debate internacional, de viés Sul-Sul. É difícil prever o que este esforço de descolonização da história traria para a uma reconstrução pós-eurocêntrica da história da África. Todavia, para uma disciplina que nasce com dificuldades na utilização de fontes, como já foi citado, esta seria uma possibilidade criativa de produção científica, ainda pouco explorada.

3. **Interdisciplinaridade:** este ponto é o mais consensual entre os historiadores de África. De fato, a história da África só poderia ser desenvolvida com uma ampliação teórico-metodológica, que diversificasse as fontes e os objetos de estudo da História tradicional, do século XIX. A razão primordial para isto é que a África é um continente em que, salvo exceções (egípcios, meroítas, cartagineses, etc), a documentação escrita sobre sua história foi realizada e guardada pelos povos estrangeiros, sobretudo árabes e europeus. Por mais louvável que seja o trabalho de releitura, limitar-se a tal documentação seria reproduzir uma percepção colonialista do trabalho historiográfico. Ademais, seria restringir-se a uma visão tradicional de História, já superada internacionalmente. Por estas duas razões, a interdisciplinaridade foi na prática teórica algo corriqueiro para os historiadores de África. Indo, inclusive, para além das ciências humanas.

Este fato fez com que, desde algumas décadas, as discussões mais atuais sobre a questão da interdisciplinaridade na história da África não se colocassem mais no plano ou não de sua utilização, mas do como fazê-lo. Estaria um historiador apto, por exemplo, a realizar o trabalho de um arqueólogo? Ou seja, a interdisciplinaridade seria um estágio transitório para a transdisciplinaridade? Ou, esta interdisciplinaridade, na prática, significaria apenas a utilização de dados de disciplinas não-históricas, para o campo historiográfico? Questões como estas nortearam, por exemplo, muitas polêmicas no projeto da *História Geral da África* (UNESCO), em que o trabalho interdisciplinar tornou-se central à reconstrução de uma nova história da África.

Enquanto herdeiro desta tradição de estudos, a história da África, no Brasil, tende a reproduzir, em princípio, esta posição consensual de aceitação acerca do trabalho interdisciplinar. Penso que este é o caminho correto a seguir. Todavia, tanto aqui, quanto “lá”, creio que os saberes e as fontes derivadas desta opção pela interdisciplinaridade, deveriam estar sempre abertas a uma apreciação crítica historiográfica. Só assim poder-se-ia garantir que esta abertura dialógica da interdisciplinaridade seja algo frutífero para a história da África, do ponto de vista científico e político. Darei um exemplo. Muitos intelectuais, nos EUA, pressionaram para que a história da África se tornasse parte integrante de uma área de estudos comum a dos estudos da diáspora africana. Há este

conjunto dá-se, por vezes, um nome específico: *Africana*. Este objeto de estudo novo ajuda a legitimar a concretização de novos programas de pesquisa, instituições, departamentos acadêmicos, etc.

Os historiadores de África, no Brasil, devem refletir sobre os custos e os benefícios de uma agência com esta. Por um lado, este projeto poderia angariar mais recursos para a área, além de possibilitar uma formação acadêmica anti-racista ímpar dos discentes. Por outro lado, traria o perigo da exotização, tão comum ao racismo e ao anti-racismo brasileiro. Tem-se que antecipar esta discussão. No fundo, a questão da interdisciplinaridade ou da transdisciplinaridade será teoricamente importante para legitimar os rumos a serem concretizados.

O cinco pontos aqui levantados – anti-racismo, ênfase na historiografia africana, verdade histórica, história pós-eurocêntrica e interdisciplinaridade – são o cerne deste ensaio, pois expõem as prerrogativas fundamentais para uma agenda contemporânea para a história da África, enfatizando sua contextualização no Brasil. O modo como estes pontos foram apresentados, entretanto - enquanto critérios éticos e científicos – é algo que merece uma consideração final.

Os alunos que estão se formando na área de ciências humanas, tendem a acreditar que só existem duas posições em relação ao conhecimento humanístico: o positivismo ou o relativismo absoluto. O primeiro implicaria, num sentido vulgar, ser “cientista” estrito senso; o que significaria a busca pela Verdade, a partir de uma posição supostamente neutra e objetiva. O segundo implicaria ser “pós-moderno”, que trataria da absoluta relativização de qualquer conhecimento, já que tudo não passa de um “jogo de linguagem”. Tais posições ortodoxas encontram ressonância no campo intelectual. Todavia, vale lembrar que a maior parte dos cientistas e intelectuais hoje não se coloca, efetivamente, em nenhum destes dois extremos. Eles são intermediários. Acreditam na cientificidade, mas a vêem mais como um ideal regulador do que uma realidade efetiva, que conduziria a verdade absoluta sobre os fatos. Este ensaio se coloca deste ponto de vista. Aqui, a ciência não é vista como um conhecimento que possa ter uma certeza absoluta. A ciência é vista como um saber relativo, transitório, até que se comprove sua falseabilidade. A história da África não foge a isto.

Grande parte deste mal entendido, corrente entre o corpo discente, vem de uma incompreensão dos predicados científicos específicos do campo das ciências humanas. Afinal, estes são diferenciados do tipo padrão de neutralidade e objetividade das ciências

naturais, matemáticas ou biológicas. Para resumir esta diferenciação, poder-se-ia dizer que, nas ciências humanas, é impossível que o cientista se desfaça dos seus valores para fazer o seu trabalho; assim como, supostamente, o químico faria no laboratório. Pelo contrário, como diriam os hermeneutas, é apenas assumindo estes valores como pressupostos deste trabalho, que a ciência humana poderia se tornar, de fato, uma ciência. Isto porque, só assim ela estaria controlando a subjetividade inerente à objetividade das ciências humanas, tornando esta inevitabilidade dos valores um pressuposto explícito do seu trabalho. Daí, por exemplo, as hipóteses de trabalho, que podem ou não ser validadas com a pesquisa.

Entrementes, quando se cita estes valores, não se está falando de qualquer tipo de valores, especialmente aqueles mais particulares. Fala-se dos valores que são importantes e incontornáveis na prática teórica de um campo de estudos, como a história da África. Ao distinguir valores éticos e científicos, neste ensaio, buscou-se, portanto, dar consequência a este fato. Por isto, a ética veio antes da ciência. Isto foi assim colocado porque, de fato, a ética representa estes valores essenciais sobre os quais os historiadores deste campo de estudo têm que assumir, ou, ao menos, se posicionar, antes de ser colocado como o “cientista”. Ou seja, não se pode adentrar neste ramo passando ao largo desta discussão. Sobretudo porque foi este debate que, em última instância, criou a própria história da África.

Se esta mensagem permanecer, creio que este ensaio cumpriu o seu dever. Fora isto, só o tempo dirá qual o rumo que os historiadores e os educadores desta jovem disciplina seguiram.

Resenha

O Mistério do Simonal

ALEXANDRE, Ricardo. *Nem vem que não tem: a vida e o veneno de Wilson Simonal*. São Paulo: Editora Globo, 2009.

Petrônio Domingues
Doutor em História (USP)
Professor da Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Não é possível reconstituir a história da música popular brasileira sem fazer menção a Wilson Simonal, um negro que, no auge de sua carreira, nos anos de 1960, era um dos cantores mais populares do País. Fenômeno de sucesso e fama, idolatrado por milhares de fãs, disputado pelas grandes gravadoras e emissoras de televisão, encenando *shows* concorridíssimos e interpretando uma música que despertava vibração, fascínio e emoção, seu nome era sinônimo de estar na moda, ter estilo e irradiar coisas boas: energia positiva, talento e muita alegria. Ser um Simonal, naquele contexto, era o sonho de qualquer ser humano que vivesse no “país tropical”. Na década de 1970, o cantor caiu em descrédito e, nas décadas de 1980 e 1990, quando morreu, jazia no ostracismo. Sua música já não mais encantava. Rejeitado pelas gravadoras, perseguido pela imprensa e esquecido pelo grande público, seu nome era associado a coisas ruins: delação, decadência e ressentimento. Ironicamente, ninguém mais queria ser um Simonal. Qual o mistério que envolveu a ascensão e queda do maior “*showman* brasileiro”? Como a opinião pública aprendeu a amá-lo e, depois, a preteri-lo? Em síntese, qual a trajetória de vida de Simonal? São essas as questões, relacionadas à biografia desse vulto da música popular brasileira, que motivaram o livro *Nem vem que não tem: a vida e o veneno de Wilson Simonal*, do jornalista paulista Ricardo Alexandre.

Fruto de dez anos de pesquisa, o livro está dividido em sete capítulos. No primeiro – intitulado *O “Pai João” (1938-1960)* –, o autor aborda aspectos da infância, adolescência e parte da juventude de Simonal. Filho de Maria Silva de Castro, uma cozinheira negra, mineira e analfabeta, que se radicou no Rio de Janeiro, e de Lúcio Pereira Castro, um radiotécnico mulato, também mineiro, Wilson Simonal de Castro nasceu no bairro da Cidade Nova, na capital fluminense, na madrugada chuvosa de 23 de fevereiro de 1938, em plena época em que a cidade era palco de desfile de blocos e se via contagiada com a alegria

dos foliões do carnaval. Seu nome foi homenagem a um jovem ginecologista que acompanhou o parto. Desde a tenra idade, Simonal acompanhou as crises no relacionamento dos pais, até que se deu a separação. Meses depois, Lúcio procurou Maria e, após uma conversa, reataram o relacionamento. Foi nessa época que Simonal recebeu da mãe o apelido de “Pai João”, assim como foi nessa época que ele ganhou mais um irmão. A chegada do segundo filho não foi suficiente para manter o pai em casa. Lúcio acabou com o casamento; desta vez, definitivamente. Se a situação já era difícil, sem o provedor da família tornou-se caótica. Para conseguir sobreviver, Maria trabalhou como cozinheira em casas de família. Com poucos recursos, ela e os dois filhos moravam num barraco, na favela da Praia do Pinto, no Leblon. Foi naquele ambiente de pobreza que Simonal experimentou muitas humilhações, enfrentou o problema do racismo e se submeteu a vários tipos de privação. Estudou graças à ajuda de terceiros, mas não por muito tempo, pois teve que trabalhar para ajudar no orçamento de casa. Alistou-se no Exército e prestou o serviço militar. Foi no quartel que ele fez as primeiras apresentações como cantor. Sua *performance* arrancava elogios, inclusive, do comandante. Motivado, Simonal montou o Dry Boys – seu primeiro grupo musical, que se apresentava em pequenas festas, eventos e programas de televisão – e decidiu pedir baixa da carreira militar, em 1960. Devido às divergências de seus integrantes, o Dry Boys se extinguiu no ano seguinte. Simonal, porém, continuou investindo no sonho de brilhar como artista. Trabalhou em diversos lugares de dia, pois, à noite, perambulava pelas boates e clubes atrás de alguma chance como cantor. Até o fim de 1960, sua vida foi um mar de dificuldades.

No segundo capítulo do livro – denominado *O Frank Sinatra do Beco das Garrafas (1961-1965)* –, o autor narra como Simonal iniciou sua meteórica ascensão no *show business* brasileiro. Quem lhe deu uma força, nessa fase, foi Carlos Imperial, um então apresentador de programa musical na TV Guanabara, produtor cultural e descobridor de grandes talentos. Imperial tinha grande influência no meio artístico e contratou Simonal, a princípio, como ajudante do programa de televisão, para depois incentivá-lo na faina de *crooner*, na rede de bares, boates e restaurantes da noite da Zona Sul carioca. Por fim, Imperial foi decisivo para seu “cupincha” assinar um contrato com a gravadora Odeon, por cinco anos. Simonal entrou no estúdio em novembro de 1961, para gravar um single. Dois anos depois, lançou o seu primeiro LP, *Wilson Simonal tem algo mais*. Cantor versátil e eclético, Simonal significava a “autêntica” conexão entre o morro e o asfalto, cantando, nessa primeira fase, músicas de uma bossa-nova renovada, com voz poderosa, quente e sincopada. Sua carreira, entretanto, só decolou quando ele se apresentou nos palcos do

Beco das Garrafas, em Copacabana. Foi ali que, entre 1964 e 1965, Simonal ganhou sofisticação e cultura musical, aprendeu a explorar o palco e entendeu rapidamente a diferença entre boa música e bom espetáculo. As canções de seu segundo álbum, *A nova dimensão do samba*, considerado até hoje um marco na música moderna brasileira, definiram o seu estilo inconfundível: o “suingue”, um ritmo musical contagiante, que reunia elementos do *jazz* repleto de balanço, feito para dançar por *big bands*, do samba e das baladas românticas. Simonal chegou a receber a alcunha de “Frank Sinatra do Beco das Garrafas”, mas o “rótulo” que nele vingou foi de “rei do suingue”. Tudo por causa de sua grande voz e de uma capacidade de improvisar e de reinventar a melodia vocal, nunca vista antes, mantendo a prosódia da letra e adicionando um “molho” todo especial, que foi chamado de “champignon”. Foi nesse momento que a carreira artística de Simonal se desdobrou, com *shows* em teatro, excursão ao exterior, aparições em programas de televisão, gravações de novos álbuns, assim como foi nesse momento que ele se casou com Tereza Leite Pugliesi, uma jovem loira de família de classe média, com quem viria a ter três filhos: Wilson Simonal Pugliesi de Castro (que hoje é cantor, adotando o nome artístico de Wilson Simoninha), Patrícia Pugliesi de Castro e Maximiliano Simonal Pugliesi de Castro (que também segue a carreira do pai, usando o nome Max de Castro).

No terceiro e quarto capítulos – intitulados *O showman (1966-1969)* e *O garoto-propaganda (1969-1971)* –, Ricardo Alexandre relata como, ao longo da segunda metade da década de 1960, a carreira artística de Simonal ascendeu numa escala exponencial. O novo *showman*, que nos palcos cantava, dançava e interagiu com o público, numa atmosfera de absoluta sinergia, foi contratado para comandar o programa – o *Show em Si...monal* – na poderosa TV Record; estreou novos espetáculos para teatro, no Brasil e exterior – em países como Portugal, Espanha, México, Alemanha, Itália, Argentina, Colômbia e Peru –; participou dos festivais de música popular brasileira; tornou-se garoto-propaganda da Shell, assinando o mais fabuloso contrato de publicidade já consignado no Brasil. E inaugurou um estilo musical próprio, que misturava o “samba jovem” – posteriormente rebatizado de “samba-rock” –, e o *boogaloo*, o *jazz* latinizado, produzido para as pistas de dança por porto-riquenhos e cubanos de Nova York; tudo com um tempero *pop* e muito “veneno”, como dizia. Todos sabiam que estavam diante de algo novo. Ou, nas palavras de um músico da época, “não era iê-iê-iê, não era bossa-nova, não era canção de protesto, não era *jazz*, mas era tudo isso e era algo completamente diferente” (p. 89). A partir dali, Simonal emplacou um *hit* atrás do outro, como: “Mamãe passou açúcar em mim”, “Meu limão, meu limoeiro”, “Carango”, “Nem vem que não tem”, “Tributo a Martin Luther King”, “Sá Marina”,

“Zazueira”, “País tropical”, entre outros. O cantor se transformou em ícone. Além das “roupas, do sorriso, da voz e de acessórios como o boné e os óculos, havia as gírias que ele lançava ou reverberava em seu programa”. Algumas eram inspiradas no meio musical, outras ele ouvia na rua e outras ainda eram “inventadas por ele ou por Carlos Imperial. Todas eram imitadas por fãs do Brasil inteiro e algumas sobrevivem até hoje no nosso vocabulário”. Dotado de uma magia incomensurável, Simonal tornou-se “simplesmente” o maior artista do Brasil (pp. 147-148). Enquanto Roberto Carlos vendia, em 1969, 300 mil discos, o astro afro-brasileiro vendia entre 500 e 600 mil. Nas palavras de Nelson Motta, ele era “tão popular quanto a seleção [brasileira de futebol, que conquistou a Copa do Mundo de 1970] e nas ruas dava mais autógrafa do que Pelé” (p. 167). Quando o sucesso, a fama e o dinheiro pareciam ser eternos, veio a derrocada. No momento mais extremo do regime militar, em meio ao clima de caça às bruxas, Simonal passou a cantar músicas de apelos ufanistas, o que agradou os ditadores de plantão, mas desagradou tremendamente a imprensa, cujos profissionais eram, em sua maioria, ligados à esquerda. Para piorar, o cantor brigou com a cúpula da emergente TV Globo, cancelando sua participação no Festival Internacional da Canção de 1970. Todavia, o estopim de tudo foi o episódio envolvendo um dos funcionários da Simonal Produções.

No quinto e sexto capítulos – chamados *O criminoso (1971-1975)* e *O proscrito (1975-1993)* –, o autor narra a ruína de Simonal. Desconfiado de que Raphael Viviani, seu “ex-contador”, estava desviando recursos da empresa - a Simonal Produções Artísticas -, o cantor resolveu procurar seus “amigos” policiais do DOPS para apurar os fatos. Estes então foram até a casa do ex-contador e o obrigaram a ir até o escritório da Simonal Produções, onde Simonal os aguardava. Na sala de reuniões da empresa, os policiais queriam que Viviani admitisse oficialmente que havia desfalcado o caixa numa quantia equivalente a mais de 500 dólares semanais. O ex-contador se recusou a fazer qualquer tipo de confissão. Diante disso, foi conduzido até a sede do DOPS, no centro do Rio de Janeiro, onde foi torturado e obrigado a redigir uma confissão de culpa. Viviani foi liberado. Quando chegou em casa, decidiu registrar queixa contra o cantor e procurar a imprensa. O assunto ganhou destaque nas páginas policiais dos principais jornais. Em face da repercussão, o diretor de Divisão de Operações do DOPS determinou a abertura de sindicância. O problema, nessa altura, adquiriu uma nova dimensão. Em vez do desfalque nas contas da Simonal Produções, a preocupação passou a ser: por que um “contador” foi torturado numa delegacia montada pelo governo para investigar crimes contra a segurança nacional? E por que o DOPS destacou seu pessoal e seu equipamento, “que deveriam

estar protegendo o país da ‘ameaça terrorista’, para resolver um problema contábil de um cantor pop” (p. 204)? Para responder a essas questões, Simonal apresentou um termo de declaração, em que comunicava ter recebido telefonemas anônimos, os quais sempre ameaçavam de sequestro a sua pessoa e os seus familiares caso não fosse feita “uma certa injunção com o possível grupo subversivo em nome do qual o anônimo falava”. O declarante não vinha dando importância aos telefonemas, porém o tom ameaçador com que era feita essa nova ameaça e a semelhança de voz do anônimo com a de seu ex-empregado Raphael Viviani o levaram a pedir ajuda aos agentes do DOPS. Tudo foi forjado; tudo parecia perfeito, entretanto falhou. O último parágrafo do documento comprometia a imagem pública do cantor: “Wilson Simonal aqui comparece visto a confiança que deposita nos policiais aqui lotados e visto aqui cooperar com informações que levaram esta seção a desbaratar por diversas vezes movimentos subversivos no meio artístico”. Por incrível que pareça, Simonal assinava um documento em que declarava “cooperar com informações” com o DOPS, informações estas que levaram o órgão de repressão a “desbaratar por diversas vezes movimentos subversivos no meio artístico”. Não tardou para a declaração vir a público. A partir dali, o cantor foi impiedosamente perseguido pela imprensa, caindo em descrédito e carregando, para o resto da vida, o estigma de delator de colegas da esquerda, dedo-duro dos artistas. O fato é que sua carreira entrou em franco declínio. Mudou de gravadora, mas o novo repertório, notadamente de samba-rocks, já não fazia o mesmo sucesso de massa de outrora. Investiu no samba. Também não houve boa aceitação. Para complicar, Simonal passou a ser vaiado nos *shows*. Repudiá-lo, naquele contexto, adquiriu um sentido simbólico de resistência contra a ditadura. Com a imagem pública chamuscada, contratos publicitários foram cancelados. Emissoras de TV, como a Globo, e rádio vetavam o seu nome. Muitos teatros e grandes casas de espetáculos boicotavam-no. Uma sucessão de acidentes, tragédias e infelicidades ao longo da década de 1970 marcaram, peremptoriamente, a queda do maior *showman* do Brasil.

Nos dois últimos capítulos do livro – designados de *O proscrito (1975-1993)* e *O sobrevivente (1993-2000)* –, Ricardo Alexandre relata as melancólicas tentativas de reabilitação de Simonal no *show business* brasileiro, até o final da sua vida. Quase tudo em vão. A imprensa e os formadores de opinião não perdiam a oportunidade de atacar o cantor. Sua carreira foi ceifada pelo estigma de dedo-duro, na década de 1980. É dessa época o pungente desabafo: “Sou um exilado dentro do meu próprio país. Falam em direitos humanos, em democracia, em entulho autoritário, mas acusam-me por ouvir falar; o ódio

permanece impune, o patrulhamento sobrevive” (p. 272). Sem gravadora, patrocinadores e espaço na *mass media* (rádio e TV), os espetáculos de Simonal ficaram cada vez mais esporádicos. É verdade que ele jamais ficou em inatividade, não obstante seus *shows* ocorriam apenas no circuito marginal: em palcos de pequeno e médio porte, em clubes no subúrbio ou mesmo nas feiras de frutas no interior, exposições de gado, convenções de empresas e festas-baile, quando satisfazia um público mais maduro, que tinha saudade dos tempos áureos do astro *pop*. Depois de um compacto publicado no início de 1984, Simonal passaria mais de dez anos sem lançar um novo disco nas lojas brasileiras. Na década de 1990, seu nome foi banido dos jornais, revistas e programas de televisão, até cair no esquecimento. Aquele que foi um dos rostos mais conhecidos do Brasil já podia andar pelas ruas de São Paulo, onde passou a residir, quase que anônimo. Isolado, longe da vida de glamour, sem fama, prestígio, passou a enfrentar dificuldades financeiras. Para agravar de vez a situação, sucumbiu ao alcoolismo. Foi à sarjeta. “A partir de 1991”, escreve o autor, “cada vez mais deprimido, sem forças e sem voz, sua vida se resumia a beber”. Com os três filhos adultos e a esposa com problemas psiquiátricos, Simonal “perdeu os pudores em passar a noite fora bebendo cachaça ou cerveja, ou em ter de ser carregado pelos filhos para o elevador nas primeiras horas da manhã” (p. 278). Depois de alguns internamentos decorrentes da cirrose hepática e ficar, desesperadamente, tentando provar não ter sido dedo-duro da ditadura, Simonal faleceu no dia 25 de junho de 2000, aos 62 anos.

Ricardo Alexandre encerra o livro fazendo um balanço crítico da suposta colaboração de Simonal com os órgãos de repressão da ditadura. Mesmo sendo uma questão controversa e espinhosa, o autor apresenta argumentos plausíveis. Simonal não foi vítima de uma conspiração maquiavélica, mesmo porque ele não era nenhum alienado. Segundo César Camargo Mariano, seu amigo, Simonal só falava sobre duas coisas: música e mulher. Nunca falava sério sobre nada, nem política, nem religião. Para dizer o que pensava, sempre recorria à blague, à chacota, à piada. Ele era brincalhão, divertido, afirma Mariano. O único assunto que abordava com alguma seriedade era a questão racial. Mas mesmo ali ele era superficial (p. 114). Isto não significa dizer que Simonal era alheio à vida política e um ignorante dos rumos da direita e esquerda brasileiras. Como aponta Alexandre, o cantor era simpático ao golpe de 1964. Ele próprio admitiu: “Não havia outra saída [além do golpe militar]. Não tínhamos nenhuma liderança política. Nada mais correto do que os militares assumirem o poder em um momento de caos” (p. 176). Defender essa posição publicamente causou grande revolta na esquerda, inclusive entre os artistas, conquanto não era coisa de alienado. Por outro lado, rotular Simonal como sendo de

direita é igualmente equivocado. No dia 11 de novembro de 1970, em uma apresentação na convenção final do MDB, partido de oposição ao governo militar, o cantor declarou publicamente que, nas eleições do dia 15, votaria nos senadores e deputados de oposição. Poucos eram os artistas que declaravam seus votos na época (é de Chico Buarque a “bela” frase: “entre MDB e Arena, sou Fluminense”). Mas Simonal, afirma Alexandre, “era o homem que fez um discurso contra o Comando de Caça aos Comunistas, que levava cartas aos exilados na Europa e que recitou em seus *shows* trechos de ‘A mais-valia vai acabar’, seu Edgar, de Vianinha. Em que, em 1979 declarava que ‘o MDB e a Arena são uma farsa, é preciso criar o Partidos dos Trabalhadores’” (p. 177).

Se há evidências de alinhamento do cantor com o DOPS, não se sabe até hoje, afirma o autor, como isso se dava. Após 40 anos da implantação da ditadura militar no Brasil, não apareceu nenhuma pessoa que tenha sido denunciada nem “movimento” que tenha sido “desbaratado” por Simonal. O promotor do caso Viviani, Antonio Carlos Biscaia, em entrevista para o autor, disse “que ninguém poderia pedir um favor ao DOPS como fez Simonal se não tivesse algum grau de intimidade com a polícia política da época. Mas ele mesmo, em seguida, admite que em nenhum momento do processo, nem entre acusadores nem entre defesa, houve qualquer prova concreta de que essa tal colaboração era delação” (p. 334). Segundo Alexandre, há razões para acusar Simonal de ter sido usado pela direita, bem como há motivos para pensar que ele foi crucificado pela esquerda, mas a única certeza é de que o cantor afro-brasileiro era – e sempre foi – “fruto híbrido em tempos de contrastes”, um “personagem multifacetado em tempos de ídolos unidimensionais”. Roberto Carlos seria o genro que toda mãe queria ter, bom moço e galã. Por seu turno, Simonal era, a um só tempo, mocinho e vilão, elegância e avacalhação, direitos civis e pilantragem, convenção do MDB e reunião no DOPS. Como ele próprio se identificou certa vez, “como artista, sou um paradoxo”. Não à toa, afirma o autor, “Simonal só voltou a fazer sentido em tempos em que os absolutos são questionados, em que um governo de ex-guerrilheiros é investigado pelos mesmos escândalos de corrupção de governos anteriores, em que Lula sobe ao palanque com Fernando Collor de Mello. Wilson Simonal já era esse futuro esquisito em 1968” (pp. 334-335).

Ricardo Alexandre tem razão em algo: Simonal deve ser visto antes como um camaleão, um sujeito que, ao longo da vida, forjou identidades fluidas, descentradas e fragmentadas, sem respeitar coerências estéticas, padrões culturais uniformes e lealdades político-ideológicas esquemáticas ou maniqueístas. Como artista versátil e criativo, ele se inventava e se reinventava conforme o cenário, as narrativas e os sujeitos de cada contexto.

No entanto, quando analisa o processo de condenação moral de Simonal, o autor não confere, a meu ver, a devida importância para o problema do racismo. Se a sua condição de um negro diferenciado não é suficiente para explicar o porquê ele foi o único caso de “colaborador”, qualquer que tenha sido sua colaboração, a ser punido publicamente pela ditadura militar, o fator racial não pode ser negligenciado desse processo. Ninguém discute que Simonal era um talento ímpar; seu “suíngue” colocava para dançar, numa mesma pista, a socialite e sua faxineira. Sua habilidade de comandar a plateia como se fosse seu próprio coral de apoio, tanto em uma casa de *show* da moda, como em seu programa na TV Record, em teatro ou no Maracanãzinho, impressionava a todos. No ápice de sua carreira, ganhou respeito da crítica, despertou os olhares do grande público, atraindo milhares de fãs, e conquistou a confiança da *mass media*. Mas isso não bastava. Ele era um negro, cuja postura de altivez e garbo e estilo heterodoxo – que o cantor gostava de chamar de “pilantragem”¹³⁰ – provocavam grandes incômodos e, em alguns aspectos, significavam uma afronta ao *status quo*.

Portanto, qualquer explicação que busque decifrar o mistério que envolveu a ascensão e queda do maior “*showman* brasileiro” deve levar em conta as múltiplas variáveis em jogo. Sem abordagens reducionistas, pode-se dizer que suas ações escusas só adquiriram aquela dimensão (negativa) devido a uma conjugação de fatores, como questão racial, inveja, idiosincrasias e a conjuntura histórica polarizada. Para a “boa sociedade” brasileira, não era fácil “engolir” um sujeito que, do anonimato, tornou-se o primeiro negro a apresentar sozinho um programa de televisão no país – o *Show em Si...monal*. Um negro que, de *crooner*, acabou duetando com Sarah Vaughan e arrancando elogios de Quincy Jones, em Paris. Um negro que, de ex-favelado, tornou-se empresário, montando seu próprio escritório para ter controle total de sua carreira. Um negro que foi o maior protagonista de peças publicitárias de uma multinacional do setor pretolífero e adorava ostentar poder econômico: roupas caras, compradas em lojas suntuosas; carros importados (como uma Mercedes do ano, vermelha e preta, como o Flamengo, seu time do coração), que

¹³⁰ Em 1970, Simonal concedeu uma entrevista para um órgão da grande imprensa e explicou como moldou o seu estilo: “Um dia, fui assistir a um filme do Sean Connery, um desses *007 contra uma chantagem qualquer*, na última sessão de sábado. O cinema estava duro de tanta gente, não tinha lugar nem no banheiro e eu tive de ficar driblando uma coluna até o filme acabar. Eu estava certo que o cinema estava cheio de mulher para ver *007*, mas quando a luz acendeu tinha 80% de homens. Aí eu me perguntei, ‘como é que é?’. E comecei a descobrir que o *007* faz aquele gênero que todo homem gostaria de fazer. Ele não é bonito. Pode ser um tipo de machão, mas isso não é difícil de ser. Conquista todo mundo, bate a torto e direito, é polícia, mas transgride a lei e ainda leva esculacho. É um irreverente, um irresponsável. Foi lá na Rússia e atacou a embaixatriz; tem reunião e ele chega atrasado, com aquela roupa. Os outros de terno azul-marinho e camisa branca, e ele chega de azul-claro e camisa cor-de-rosa. Uma pasta diferente, um ar cínico. Todo mundo se projeta nele, e foi aí que eu senti que dava pé. Uma certa irreverência, um certo cinismo, mas ao mesmo tempo, uma aura de simpatia para que todos estejam na sua e você acaba sendo aquele cara que todo mundo queria ser”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1970 *apud* Alexandre (2009:99).

frequentava ambientes sofisticados e só tomava uísque importado. Um negro de personalidade forte, que falava publicamente do problema do racismo, numa época em que esse era um assunto tabu. Um negro, digamos, abusado, que declarava para a imprensa no auge da fama e riqueza: “carros, mulheres, caviar... Mulheres, carros... Minha vidinha está ficando monótona” (p. 120). Um homem negro, por quem as loiras da alta sociedade suspiraram. Em síntese, Simonal foi um “crioulo” que não soube se colocar em seu devido lugar na sociedade. O fato de ser negro depunha contra ele, na medida em que, do ponto de vista simbólico, sua postura altaneira colocava em cheque o *status quo* racial brasileiro, mas sua personalidade difícil, o despeito de muitas pessoas e o clima de patrulhamento ideológico, de maniqueísmo político, típico dos anos de chumbo, também ajudaram na sua sentença condenatória, sem direito à anistia.

O livro *Nem vem que não tem* padece de alguns (poucos) problemas. A narrativa é, em certos momentos, demasiadamente descritiva e factual, com o autor arrolando determinados acontecimentos e eventos reiteradamente, sem a preocupação de estabelecer conexões com as tramas e os contextos mais amplos nos domínios político, social, cultural e econômico. Talvez isso ocorra porque Ricardo Alexandre seja um jornalista e, por conseguinte, não denota as preocupações típicas do *métier* dos historiadores. Essa assertiva fica reforçada quando se constata que a obra é desprovida de diálogo historiográfico e há pouco rigor na apresentação das fontes. Muitas das fontes consultadas (e citadas) não são referenciadas. Isto, contudo, não compromete a qualidade de um livro que em 2010 já foi premiado pelo Prêmio Jabuti, o maior prêmio da literatura nacional, na categoria de “biografia”. A quantidade de fontes, a riqueza informativa, a qualidade das imagens, o esmero gráfico da obra e a sensibilidade do autor saltam aos olhos do leitor. Não se trata de uma narrativa insípida, mas fluente e apaixonada. Se Wilson Simonal morreu com a pecha de alcaguete da ditadura militar e, em função disso, teve sua contribuição apagada da memória oficial da música brasileira – como se milhões de discos não tivessem sido vendidos, milhões de pessoas não tivessem cantado com ele nos *shows*, nem o assistido pela televisão –, com a leitura de *Nem vem que não tem* não dá para ficar indiferente às contradições de *Clio* e repensar as (in)justiças de *Mnemósine*.

Entrevista

Wilson do Nascimento Barbosa¹³¹:

“História, Cultura Negra e Luta Antirracista no Brasil”

1. **Professor, o Sr. fez parte de uma geração importante de intelectuais ligados ao movimento negro, pós-Ditadura Militar, que contou com Joel Rufino, Clóvis Moura, Henrique Cunha Jr., Nei Lopes, Lélia Gonzalez e outros. Não cito Abdias ou Guerreiro porque são de uma geração anterior. Como o Sr. vê, hoje, o legado desta geração dos anos 80 para a luta anti-racista no Brasil?**

Na verdade, a minha geração começou a lutar lá nos anos 60, sob influência do Abdias, do Solano Trindade, do Pompílio da Hora, entre outros. Veja o exemplo do Grupo Quilombo, aqui em São Paulo. Penso que o legado da minha geração são os textos deixados pelos membros dela mais notáveis, como o Joel, e a experiência consolidada em instituições influenciadas pelo Movimento Negro de então, o MNU, através de pessoas como a Lélia, o Mestre Moraes, a Luiza e tantos outros.

2. **Muitos dos seus trabalhos tratam da questão da *ginga*, como elemento chave da matriz afro-negra, o Sr. poderia comentar um pouco sobre este assunto particular.**

A minha provocação com o tema da *ginga* foi uma tentativa de contribuir para desmitificar a tábua rasa da igualdade cultural, com achincalhar do tipo de pensamento pré-lógico, etc. O negro, o indígena e seus descendentes têm uma cultura tão complexa como qualquer outro grupo. Somente que sua cultura é mais forte que a cultura classista, porque expressa uma abordagem – e elaboração – que ainda são coletivas. Isso pode ser tratado metodologicamente sobre cada plano da investigação histórico-social. Portanto, escolhi o exemplo da *ginga* para avacalhar os avacalhadores da cultura alheia.

3. **Em artigo recente para *Sankofa*¹³², o Sr. interpretou a subalternização do negro como um problema estrutural das relações de poder que formam a**

¹³¹ Professor titular de História Econômica no Departamento de História da FFLCH-USP. Especialista em Cultura Negra no Brasil e autor de vários textos na área entre eles o livro *Cultura Negra e Dominação*, Editora Unisinos, 2006.

sociedade brasileira, quais são os caminhos para reverter esta construção histórica?

Cada vez mais eu me convenço que o negro precisa tomar um pouco de vergonha na cara e criar um partido político que lute pelos direitos civis dos negros e dos indígenas. Eles – indígenas e negros – não vão conseguir nada bancando os bonzinhos e pegando migalhas.

4. Professor, como era a perspectiva do movimento negro nas décadas de 1970/1980/1990 a respeito do papel das religiões afro-brasileiras na luta anti-racista? A visão dos religiosos é que o movimento não dava a devida importância à questão religiosa. Seria assim? Por quê?

É esse o problema. Os jovens negros passam uns aninhos na Universidade e aderem de toda à ideologia social da dominação européia. Eles se tornam fascistas, liberais ou criptossocialistas – porque ser socialista de verdade custa o couro – e passam a desprezar os valores da cultura dos seus avós, porque tais avós não sabiam ler nem escrever, ou não produziram artefatos religiosos em dourado ou em ouro. Eles não realizaram a travessia, que é a única experiência mental de fazer-se retornar à África e às comunidades negras espiritualmente. Ao pensar que podem resolver tudo politicamente – negociando com os senadores que relatam as comissões racistas – o que fazem é ir para o buraco, caminhar para o esquecimento.

O desprezo do negro pela religião negra revela apenas alienação, subalternidade e ignorância. Trata-se de um negro que sofreu a lavagem mental dos brancos e ainda não se recuperou de tal trauma.

5. Nas últimas décadas fortificou-se um viés de análise à cultura negra brasileira em que a busca da Matriz Africana tornou-se o eixo de muitas pesquisas. Qual o sentido dessa busca? Quais as implicações políticas e de compreensão à cultura brasileira ela coloca?

Não basta para quem é negro estudar a África e a história do negro brasileiro e entender tais temas desde uma metodologia das ciências sociais. O negro deve aproveitar esta oportunidade como um banho cultural de africanidade, de retorno mental e restauração psicológica de sua própria

¹³² Wilson do Nascimento BARBOSA. **A Discriminação do Negro como Fato Estruturador do Poder.** Sankofa, Ano II, Nº 3, junho/2009.

identidade. Por isto, o estudo da África e da Cultura reveste-se para a comunidade negra de um componente identificador, de um componente libertador, enquanto que para o branco trata-se apenas de mais uma disciplina no currículo. Assim, a cultura brasileira deve ser estudada em sua dimensão africana e indígena como uma atuação dramática, porque ela se constitui de algo vivo. É preciso criar peças de teatro nas escolas, fazer música, afro-indígena, etc, transformando tal ensino em processo construtivo de brasilidade, como queria, por exemplo, Vila Lobos.

6. Professor Barbosa, quais os maiores desafios para a construção de uma história antirracista do Brasil? Teórico-metodológicos? Políticos? Ideológicos?

Os maiores desafios são políticos e ideológicos. Os negros – e indígenas – devem parar de rastejar ante o poder político. Eles são Sapiens, não precisam andar curvados diante de cada advogadozinho ou jornalista do poder. Só um negro com coragem e astúcia política pode construir uma sociedade antirracista. Para fazê-lo ele não pode ser um tipo de branco.

7. Acerca do multiculturalismo professor. O Sr. acredita que o multiculturalismo deveria implicar diferentes concepções paradigmáticas de saber, ou apenas contribuições diversas, dentro do paradigma ocidental de pensar?

Eu acho o ocidentalismo um lixo. Mas, de certa forma, ele nasceu na África, há muito anos, no Egito helenístico. Podemos botar na conta dos avós de Cleópatra, de Moisés ou de Salomão. É importante defender o multiculturalismo porque o mundo é de fato multicultural, debaixo de um viés de opressão e negação do Outro. A multiculturalidade não pode ser reduzida a uma estratégia de grupo, ou a uma visão cultural ocidental.

8. No pensamento social brasileiro, a discussão sobre relações raciais no Brasil, entre os anos 1950-80, esteve direcionada para a compreensão da dicotomia raça (sentido sociológico)-classe. A partir de fins dos anos 1980, ela parece estar mais preocupada para a relação raça (ou etnia)-cultura. O que o Sr. acha que se ganhou e o que se perdeu neste redirecionamento?

Nem se ganhou, nem se perdeu. Esta questão apenas começa a ser discutida. O cientista social branco, em geral, é uma criatura de apartamento que descende dos plantadores de cana (proprietários da cana...) ou de imigrantes que vieram “vencer na vida”. Na verdade, consideram negros e indígenas como infra-humanos, seus inferiores, que devem ser tratados ora com firmeza (chumbo...) ora com pena (bolsa-família...). E o afro-indígena? Ele é o lado prático da vida. Ele é o quilombola sem noção do Complexo do Alemão, é o governador do Estado que manda liquidar tal quilombola, é o policial que faz a matança e é o morador e trabalhador que sofre na mão dos dois.

Como vê, falta a consciência de uma parte, justamente a parte que está com a faca e o queijo na mão. Diante desses fatos político-ideológicos, o debate acadêmico é apenas um instrumento da dominação, praticamente uma serra sem dentes... Ele vai para aonde as coisas vão e o negro ainda não foi no Brasil a lugar nenhum.

9. O Sr. é um notório especialista em História Econômica. Desta perspectiva, quais as principais questões a serem levantadas e respondidas diante do problema do negro na história do Brasil?

Sou mais um especialista do que notório. Do ponto de vista da história econômica, ressalta-se: (a) a continuidade da baixíssima renda para negros e seus descendentes; (b) a redução contínua do espaço material para a cultura e a propriedade afro-indígena, entendida pelo poder como uma inconveniência; (c) a exclusão sistemática do afro-indígena de todos os mecanismos de poder, seja político, seja social, seja econômico. A criminalização dos atos do Outro (do negro e do indígena) tem por finalidade por impedir que ele receba a proporção de propriedade que lhe é devida societariamente (aproximadamente 52% de tudo). Em compensação, esta parcela tem sido cedida ao estrangeiro. Trata-se do mais puro colonialismo.

10. Professor, já se falou e se fala muito do problema do negro brasileiro, mas qual é o problema do branco brasileiro? Se é que ele existe.

O problema do branco brasileiro é que ele é um europeu exilado no Brasil. Sente-se cercado por todos os lados, de uma cultura que não quer reconhecer. Por isto, importa constantemente seus valores desde as metrópoles ocidentais. No

entanto, o único lugar que estas metrópoles lhe concedem é o lugar de um intermediário de uma sociedade periférica, qual seja, afro-ameríndia.